

República Democrática



de São Tomé e Príncipe

MINISTÉRIO DO PLANO E DESENVOLVIMENTO

(Unidade – Disciplina – Trabalho)

**ESTRATÉGIA NACIONAL DE REDUÇÃO DA POBREZA II
(2012-2016)**

S. Tomé, Março de 2012

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS	6
SIGLAS E ABREVIATURAS	7
1. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS	12
2. BREVE APRECIÇÃO DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ENRP-I	14
3. CARACTERIZAÇÃO DO ATUAL PERFIL DA POBREZA	16
4. ABORDAGEM GENÉRICA DA ATUAL SITUAÇÃO	22
4.1. Boa governação e gestão de bens públicos	22
4.1.1. Governação política	22
4.1.1.1. Segurança e Defesa Nacional	23
4.1.2. Governação judiciária	24
4.1.3. Governação administrativa.....	24
4.1.4. Governação local.....	25
4.1.5. Governação financeira e transparência na gestão de fundos públicos.....	25
4.1.5.1. Políticas fiscais de expansão da base tributária	27
4.2. Análise do quadro macroeconómico e dos sectores produtivos	28
4.2.1. Quadro macroeconómico	28
Crescimento económico.....	28
Inflação	29
Finanças Públicas.....	30
Investimentos Públicos	32
Dívida Pública	32
Balança Corrente.....	34
Emprego.....	36
4.2.2. Evolução dos sectores de produção e do ambiente de negócios.....	37
Agricultura.....	37
Pecuária.....	38
Pescas.....	39
Floresta	41
Turismo.....	42
Comércio.....	43
Indústria	44
Infraestruturas de transporte e comunicação.....	44
Energia.....	45
Ambiente de negócios.....	45
4.3. Sectores sociais, pobreza e objetivos do milénio	47
4.3.1. Performance dos sectores sociais básicos	47
Educação.....	47
Saúde	49
VIH/SIDA.....	51

Água e Saneamento	51
Habitação	53
4.3.2. Sectores transversais	53
População e desenvolvimento	53
Juventude e desporto.....	54
Género.....	54
Meio Ambiente	55
4.4. Tendências relativas ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio	56
5. VISÃO DE MÉDIO PRAZO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	58
5.1. Desafios e visão de médio prazo	58
5.2. Objetivos estratégicos.....	59
6. ESTRATÉGIA QUINQUENAL E PROGRAMA PRIORITÁRIOS	61
7. EIXO 1 : REFORMA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E REFORÇO DA POLÍTICA DE BOA GOVERNAÇÃO.....	63
7.1. Consolidação da autoridade do Estado e reforço da boa governação	63
7.1.1. Programa: Reestruturação do Estado e da Administração Pública.....	63
7.1.2. Programa: Promoção da Governação local	64
7.1.3. Programa: Promoção da Defesa Nacional	64
7.1.4. Programa: Garantia da Segurança Pública	65
7.1.5. Programa: Reforma do Sistema Eleitoral	65
7.1.6. Programa: Credibilização e melhoria da acessibilidade da Justiça	66
7.1.7. Programa: Capacitação contínua dos Recursos Humanos da Administração Pública	66
7.2. Promoção de uma gestão responsável das finanças públicas.....	67
7.2.1. Programa: Gestão das Finanças Públicas	67
7.2.2. Programa: Melhoria da eficácia da Ajuda Pública ao Desenvolvimento	68
7.2.3. Programa: Melhoria do sistema de informação e orientação de políticas públicas	68
7.3. Promoção do acesso a informação e conhecimento e da participação cidadã	69
7.3.1. Programa: Acessibilidade da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	69
7.3.2. Programa: Promoção dos Mass Medias	69
7.3.3. Programa: Promoção da Sociedade Civil e do seu envolvimento participativo	69
8. EIXO 2: PROMOÇÃO DE UM CRESCIMENTO ECONÓMICO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO.....	71
8.1. Desenvolvimento do sector primário.....	74
8.1.1. Programa: Fomento da produção e produtividade das culturas de exportação.....	75
8.1.2. Programa: Aumento e melhoria da qualidade de produção animal	75
8.1.3. Programa: Aumento e melhoria da qualidade de produção do pescado	76
8.1.4. Programa: Promoção de um ambiente saudável e de utilização racional de recursos naturais.....	77
8.2. Melhoramento do ambiente para o sector privado e reforço das performances no sector terciário	78

8.2.1.	Programa: Promoção do sector Privado como opção viável para o desenvolvimento da economia nacional	78
8.2.2.	Programa: Valorização do turismo e atividades conexas	79
8.2.3.	Programa: Inserção da economia na sub-região e no sistema comercial multilateral	79
8.2.4.	Programa: Desenvolvimento da indústria petrolífera	80
8.3.	Desenvolvimento das redes e infraestruturas de transporte.....	82
8.3.1.	Programa: Infraestrutura de transporte rodoviário	82
8.3.2.	Programa: Infraestruturas de transporte marítimo	82
8.3.3.	Programa: Modernização e Expansão Aeroportuária	83
8.4.	Reforço do acesso a infraestruturas de apoio ao desenvolvimento.....	83
8.4.1.	Programa: Provisão de energia fiável e de baixo custo	83
8.4.2.	Programa: Promoção e desenvolvimento da rede de Telecomunicações	84
8.4.3.	Programa: Ordenamento do território e Urbanismo	84
8.4.4.	Programa: Construção de habitação a custo controlado	85
8.5.	Integração das questões relativas a alterações climáticas nas políticas do país	86
9.	EIXO 3: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E MELHORIA DOS SERVIÇOS SOCIAIS BÁSICOS	88
9.1.	Melhoria do acesso, equidade e qualidade no sistema da educação e da formação	89
9.1.1.	Programa - Educação Pré-Escolar	89
9.1.2.	Programa - Ensino Básico	89
9.1.3.	Programa - Ensino Secundário	90
9.1.4.	Programa - Ensino Especial	90
9.1.5.	Programa - Ensino Superior	90
9.1.6.	Programa - Ensino técnico profissional.....	90
9.1.7.	Programa - Ensino recorrente/ alfabetização.....	90
9.2.	Melhoria do acesso e da qualidade da saúde, do abastecimento em água e do saneamento de base	91
9.2.1.	Programa: Equidade no acesso e na utilização de cuidados de saúde e viabilidade do sistema sanitário	91
9.2.2.	Programa: Reabilitação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água	91
9.2.3.	Programa: Melhoria de acesso ao saneamento básico	92
10.	EIXO 4: REFORÇO DA COESÃO E PROTEÇÃO SOCIAL	93
10.1.	Promoção da cidadania e equidade social	93
10.1.1.	Programa: Valorização e preservação da identidade histórica -cultural de STP.....	93
10.1.2.	Programa: Promoção da igualdade e equidade de género.....	95
10.1.3.	Programas: Promoção da juventude e do desporto	95
10.2.	Assistência e proteção social.....	95
10.2.1.	Programa: Desenvolvimento do sistema de proteção social	95
11.	ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO PRIORIDADES	96
12.	PERSPETIVAS MACROECONÓMICAS PARA 2012-2016.....	98

12.1. Perspetiva macroeconómica internacional	98
12.2. Perspetiva macroeconómica nacional	99
12.2.1. Cenário de base.....	100
12.2.2. Cenário alternativo (não petrolífero)	103
12.3. Riscos	104
13. MECANISMO DE IMPLEMENTAÇÃO, SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO	106
13.1. Quadro organizativo para a implementação, seguimento e avaliação.....	107
Conselho Ministerial	107
Conselho Consultivo Nacional	107
Comissão de Coordenação Técnica	108
Observatório de Redução da Pobreza	109
Pontos Focais	109
13.2. Processo de Implementação e Monitorização da Estratégia.....	110
13.3. Sistema de seguimento e avaliação	111
13.4. Disseminação das informações de seguimento e avaliação dos resultados	112
13.4.1. Disseminação de informações	112
13.4.2. Formas e meios de disseminação de informações	113
ANEXOS.....	115

Índice de Quadros

Tabela 1 - Distribuição da pobreza monetária em São Tomé e Príncipe (%), 2000-2010	16
Tabela 2 - Distribuição da pobreza monetária em São Tomé e Príncipe (%), 2010	17
Tabela 3 - Índices da pobreza por sexo do chefe do agregado familiar	18
Tabela 4 - Despesa média com Saúde e Educação (%)	20
Tabela 5 - Taxa de alfabetização segundo os níveis de pobreza	20
Tabela 6 - Taxa de crescimento do PIB real por sector de atividade e contribuição do sector no PIB (%)	29
Tabela 7 - Programa de Investimento Público, por sector de atividade (% total)	32
Tabela 8 - Evolução da taxa de desemprego e subemprego (%)	36
Tabela 9 - Produção Agrícola (2000 - 2009 em toneladas)	37
Tabela 10 - Evolução dos efetivos pecuários nacionais e da produção interna de carne (2005-2010)	38
Tabela 11 - Nº de embarcações e capturas (2005-2007)	40
Tabela 12 - Volume (metros cúbicos) de árvores abatidas, 2000 - 2003	42
Tabela 13 - Entrada de turistas e excursionistas, 2000 -2010	43
Tabela 14 - Classificação de S.T.P. na avaliação a nível do clima de negócios	46
Tabela 15 - Indicadores de eficácia do ensino básico (2007/2008)	48
Tabela 16 - Resumo de Indicadores Básicos do Bem-Estar: Saúde (%)	50
Tabela 17 - Taxa de mortalidade infantil e taxa de mortalidade materna	51
Tabela 18 - Taxa de acesso à água potável (2001-2006)	52
Tabela 19 - Cobertura em água potável e do saneamento do meio (2001 e 2006)	53
Tabela 20 - Objetivos do Milénio em São Tomé e Príncipe	56

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição da pobreza por grupo socioeconómico (%), 2010	18
Gráfico 2 - Taxa de desemprego de indivíduos de 15 anos e mais, segundo o estatuto da pobreza	19
Gráfico 3 - Índice de Desigualdade (Índice de Gini)	21
Gráfico 4 - Taxa de crescimento do PIB real (%)	29
Gráfico 5 - Taxa de variação anual do IPC	30
Gráfico 6 - Evolução das receitas e despesas primárias	30
Gráfico 7 - Evolução do saldo primário	31
Gráfico 8 - Evolução do GAP monetário	31
Gráfico 9 - Evolução da Dívida Externa	33
Gráfico 10 - Evolução da Balança Corrente	34
Gráfico 11 - Volatilidade da taxa de câmbio (2001-2011)	35
Gráfico 12 - Taxa de juro de referência	36
Gráfico 13 - Emprego criado por sector de atividade (%)	37
Gráfico 14 - Captura de pesca artesanal e semi - industrial em S.T.P, 2001-2010	40

Síglas e abreviaturas

AID	Agência Internacional de Desenvolvimento
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
CNP	Conta Nacional de Petróleo
EITI	Iniciativa pela Transparência nas Indústrias Extrativas
EMAE	Empresa de Água e Eletricidade
ENASA	Empresa Nacional de Administração e Segurança Aérea
ENRP	Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
GOP	Grandes Opções de Plano
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IEC	Informação Educação e Comunicação
IOF	Inquérito ao Orçamento Familiar
IPC	Índice de Preço ao Consumidor
NLTPS	Estudo Nacional de Perspetivas a Longo Prazo
OGE	Orçamento Geral de Estado
OMD	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
OMT	Organização Mundial de Turismo
PAP	Programa de Ações Prioritárias
PFB	Ponto focal distrital
PFR	Ponto focal regional
PFS	Ponto focal sectorial
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Polícia de Investigação Criminal
PIP	Programa de Investimento Público
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QUIBB	Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar
RAP	Região Autónoma de Príncipe
SAFE	Sistema de Administração Financeira de Estado
SPS	Serviço de planeamento sectorial
STP	S. Tomé e Príncipe
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UA	União Africana
UCA	Unidade de Coordenação das Ajudas
VIH/SIDA	Vírus / Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
ZDC	Zona Económica Conjunta
ZEE	Zona Económica Exclusiva

Em 2002 foi elaborado um primeiro documento de ENRP no âmbito da qual as autoridades se propunham reduzir a metade a percentagem da população santomense (53,8%) que vivia na situação de pobreza até 2010 e a menos de 1/3 até 2015, enquanto percentagem da população em extrema pobreza passaria de 15,1% para 4,9.

Em Dezembro de 2005 um Programa de Ações Prioritárias (PAP 2006-2008) foi submetido à apreciação dos parceiros na Mesa Redonda de Bruxelas, visando o estabelecimento de uma parceria para a boa governação e redução da pobreza e, conseqüentemente, poder responder à necessidade de cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Esse exercício de negociação com os parceiros técnicos e financeiros teve o seu seguimento em Mesas Redondas Sectoriais realizadas em S. Tomé em Dezembro de 2006, bem como numa Reunião de Concertação realizada em S. António, na Região Autónoma do Príncipe. Apesar dessas iniciativas, constatou-se que a implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP-I) ficou aquém do previsto, tal como demonstraram os relatórios de seguimento e de avaliação dos impactos das medidas e programas implementados.

Face a essa situação e aos desafios que se colocam para o prosseguimento das ações de luta contra pobreza, S. Tomé e Príncipe assumiu a iniciativa de elaborar uma Estratégia Nacional de Redução da Pobreza atualizada (ENRP-II) com o objetivo de redirecionar as intervenções em matéria de luta contra a pobreza para o período 2012-2016.

Com esse propósito, o presente documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP-II) retoma o espírito e o processo participativo que norteou a elaboração da ENRP-I e articula com diferentes instrumentos de política e planificação precedentes, pretendendo criar um novo quadro estratégico que procura incorporar um conjunto de mudanças ocorridas quer ao nível nacional, quer internacional, bem como novas orientações de política e preocupações manifestadas tanto pelos parceiros de cooperação, como pelos beneficiários.

A presente Estratégia é resultado de um largo processo participativo, que procurou conciliar as aspirações dos santomenses e as diferentes opiniões das instituições públicas ao nível nacional, regional e distrital, bem como das organizações não-governamentais, dos parceiros técnicos e financeiros, do sector privado e da sociedade civil organizada.

Tendo assumido o processo de continuidade da ação governativa para a satisfação das grandes aspirações da população santomense, porém, a visão a médio prazo, projeta fazer de STP um país: (i) bem governado com instituições fortes e credíveis; (ii) com um ambiente favorável ao crescimento económico sustentável e integrado e à (re) distribuição de rendimentos; (iii) com

recursos humanos bem formados e adequados aos desafios de desenvolvimento; (iv) e que valorize o património cultural e garanta a igualdade e oportunidade entre os géneros.

Partindo dessa visão circunscrita ao período 2012-2016, são definidos os objetivos estratégicos gerais seguintes:

- Alcançar uma taxa de crescimento do PIB de pelo menos 6%, (criando condições para uma diversificação consistente da economia);
- Reduzir em 10% a percentagem da população santomense que vive na situação de pobreza, (promovendo iniciativas geradoras de rendimento, melhorando, por conseguinte, a sua capacidade produtiva);
- Conseguir que toda a população tenha acesso (facilitado e melhorado) aos serviços sociais básicos.

Os objetivos gerais definidos deverão ser alcançados através do cumprimento de programas inscritos em cada um dos eixos estratégicos seguintes:

- Eixo I - Reforma das instituições públicas e reforço da política de boa governação: em obediência à necessidade de criação de condições que permitam o regular funcionamento das instituições, a garantia da estabilidade política e o sucesso das políticas económicas e sociais num ambiente de transparência e prestação de contas. Os programas inscritos neste eixo correspondem com questões que têm a ver com a funcionalidade das instituições do Estado, da Administração Pública, a credibilidade e celeridade da justiça e a gestão eficaz e transparente das finanças públicas. De igual forma são serão empreendidas ações e medidas que visam melhorar a qualidade da coordenação e gestão das ajudas públicas ao desenvolvimento, dando resposta assim aos compromissos assumidos no quadro da Declaração de Paris.
- Eixo II – Promoção de um crescimento económico integrado e sustentável: um dos pressupostos básicos desta estratégia é a promoção do crescimento económico sustentável, para gerar emprego e rendimento com vista à redução da pobreza absoluta que afeta 66% da população¹ santomense. Os programas previstos deverão concorrer para a revalorização do sector primário da economia como motor de produção nacional, incidindo as ações particularmente nos domínios da agricultura, pecuária, pesca, bem como do turismo; por outro lado, são também direcionados para a criação de condições infraestruturais para o relançamento do sector produtivo de forma sustentável e para a promoção de condições favoráveis de atração do investimento direto estrangeiro.
- Eixo III: Desenvolvimento de capital humano e melhoria dos serviços sociais básicos: considerado como um dos principais pré-requisitos para a realização dos objetivos

¹INE – STP, IOF, 2010

preconizados de crescimento da economia, integração no mercado globalizado e mitigação da pobreza. Este terceiro eixo estratégico dedica-se ao fortalecimento nos domínios da educação, formação e saúde, entre outros, tendo em vista recursos humanos melhor preparados para enfrentar os desafios do futuro e contribuir no desenvolvimento do país.

- Eixo IV - Reforço da coesão e proteção social: A coesão social é um princípio incontornável para a construção de uma sociedade mais integradora e equilibrada, e para a mitigação da pobreza. Nas atuais condições, porém, registam-se ainda desigualdades sociais inibidoras do exercício da cidadania, por um lado, e, por outro, com consequências críticas para o desenvolvimento dos grupos sociais carenciados e mais vulneráveis. Pretende-se com as intervenções nesta vertente melhorar as condições de vida da população através de programas de apoio à integração social, particularmente dos grupos mais vulneráveis, apoiar as vítimas de desastres e catástrofes naturais e prestar assistência aos idosos carenciados e garantir a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

O quadro macroeconómico para o período de implementação desta Estratégia Quinquenal observa dois cenários, designadamente: i) um cenário de base, que presume o arranque da produção/exportação de petróleo em 2015 e ii) um cenário alternativo, sem a produção/exportação de petróleo.

Ambos os cenários presumem que a taxa de câmbio nominal continuará vinculada ao euro à taxa de Dbs. 24 500 por euro. As projeções orçamentais partem do pressuposto de que o Governo manterá em dia os pagamentos pelo fornecimento de energia, através de um esforço que combinará uma forte disciplina orçamental, reformas estruturais na EMAE e a adoção de um mecanismo de reajuste automático dos preços dos combustíveis no retalho. As principais características das perspetivas macroeconómicas em ambos os cenários são:

- No cenário petrolífero, o crescimento deverá subir para 6% até 2014 e em seguida disparar com o início da produção/exportação petrolífera, enquanto a inflação deverá baixar para um dígito. Espera-se que o governo estabilize o défice primário interno em cerca de 3% do PIB até 2014, em linha com o financiamento disponível, enquanto o défice da conta corrente deverá declinar.
- No cenário não petrolífero, projeta-se um crescimento menor do que no cenário petrolífero, dada a ausência de despesas de investimento relacionadas ao petróleo e de efeitos de segunda ordem decorrentes da receita do petróleo. O financiamento do orçamento será limitado, e o governo terá de adotar políticas orçamentais mais restritivas e utilizar como meta um défice primário interno de cerca de 2% do PIB.

Entre as principais vulnerabilidades no médio prazo, suscetíveis de constituírem riscos para a implementação coerente desta estratégia figuram o crescimento do PIB mais lento que previsto, o prolongamento dos problemas financeiros e económicos na Europa e choques nos preços internacionais.

Para garantir o cumprimento dos programas de cada eixo, propõe-se uma atualização e melhoria da performance do mecanismo de implementação, seguimento e avaliação, devendo neste sentido ser redefinido o quadro organizacional e reforçados os recursos humanos, materiais e financeiros para o seu funcionamento.

1. Considerações prévias

S. Tomé e Príncipe elaborou o seu primeiro documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza em 2002 e submeteu um Programa de Ações Prioritárias (PAP) 2006-2008 à apreciação da Mesa Redonda de Bruxelas em Dezembro de 2005, visando o estabelecimento de uma parceria para a boa governação e redução da pobreza e, conseqüentemente, poder responder à necessidade de cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

Partindo da análise da situação da pobreza e da identificação das suas principais determinantes, a primeira Estratégia Nacional da Redução da Pobreza perspectivava, através da sua implementação, o cumprimento dos seguintes objetivos globais:

- alcançar um ritmo de crescimento do PIB de 5% a partir de 2003;
- reduzir a metade a percentagem da população santomense que vivia na situação de pobreza até 2010, e a menos de 1/3 até 2015;
- conseguir até 2015 o acesso de toda a população aos serviços sociais básicos e promover a melhoria da sua qualidade de vida;
- reduzir consideravelmente as diferenças sociais e de género, entre os distritos e entre estes e a Região Autónoma de Príncipe, bem como entre a população urbana e rural;
- promover o reforço da capacidade institucional e uma política de boa governação.

A vontade política necessária para o perfilhar das ações estratégicas prioritárias, a estabilidade política e o funcionamento regular das instituições democráticas deveriam constituir os trunfos para a garantia dos resultados esperados.

Por conseguinte, o documento da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza foi validado num Seminário Nacional realizado em 10 de Dezembro de 2002, aprovado por Decreto na Sessão Ordinária do Conselho de Ministros de 19 de Dezembro de 2002 e promulgado pelo Presidente da República em 23 de Janeiro de 2003.

No entanto, constatou-se que a implementação dessa Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP-I) ficou aquém do previsto, tal como demonstraram os relatórios de seguimento e de avaliação dos impactos das medidas e programas implementados.

Além disso, as evoluções constatadas ao nível de informações e dados considerados no âmbito da sua conceção e elaboração tornam recomendável a sua atualização em função da reapreciação do fenómeno da pobreza e, conseqüentemente, para fins de mobilização de recursos ajustados às necessidades de financiamento das atuais prioridades.

Neste contexto, e face aos atuais desafios de desenvolvimento, S. Tomé e Príncipe assumiu a iniciativa de elaborar uma Estratégia Nacional de Redução da Pobreza atualizada (ENRP-II) com o objetivo de redirecionar as intervenções em matéria de luta contra a pobreza para o período 2012-2016.

Trata-se, pois, de criar um novo quadro estratégico que procura ter em linha de conta um conjunto de mudanças ocorridas quer ao nível nacional, quer ao nível internacional, e incorporar novas orientações de política e preocupações manifestadas tanto pelos parceiros de desenvolvimento como pelos beneficiários.

Com esse propósito, o presente documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP-II) retoma o espírito e o processo participativo que norteou a elaboração da ENRP-I e articula com diferentes instrumentos de política e planificação precedentes, tais como o Estudo Nacional das Perspetivas de Longo Prazo (NLTPS), Programas de Ações Prioritárias, Programas de Governo, as Grandes Opções do Plano e o Plano de Desenvolvimento da Região Autónoma do Príncipe, no sentido de reintegrar as prioridades suscetíveis de viabilização no período de sua implementação.

Por outro lado, as ações inscritas ao nível dos seus diferentes eixos estratégicos correspondem com a necessidade de cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), na medida em que o Governo está comprometido e engajado no processo conducente ao alcance das respetivas metas.

2. Breve apreciação do processo de implementação da ENRP-I

Apesar do processo de elaboração da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza I ter seguido uma abordagem participativa, envolvendo de forma bastante ampla as mais variadas instituições e individualidades no país, os índices de participação e as formas de relacionamento dos distintos Governos e dos sectores com o processo de sua implementação permitem depreender que não se conseguiu de forma efetiva mobilizar o país e os parceiros na implementação desse importante documento.

A Estratégia Nacional de Redução da Pobreza aprovada em 2003, com horizonte temporal até 2015, integrava um primeiro Plano de Ações (2003-2005), que consubstanciava a primeira fase da sua implementação. Mas ao longo dos três anos que se seguiram à sua aprovação não se registou uma implementação efetiva do referido Plano de Ações. Essa situação deveu-se fundamentalmente à insuficiência de recursos financeiros e momentos de instabilidade político-institucional que tiveram repercussões ao nível da apropriação desejada das ações inscritas. Por outro lado, a ausência de uma estrutura de coordenação e seguimento também constituiu um dos fatores que determinou a sua deficiente implementação no referido período.

Ainda assim, alguns dos projetos sectoriais inscritos nos PIP anuais foram concretizados, pelo menos parcialmente, e os respetivos resultados são suscetíveis de apreciação, dado que, apesar de não terem necessariamente obedecido às preocupações de coerência, contribuíram de certa forma para a melhoria das condições de vida das populações mais pobres e carenciadas.

Em 2005, na sequência da elaboração do Programa de Ações Prioritárias (PAP 2006-2008), criou-se através do decreto 32/2005 uma estrutura de coordenação, seguimento e avaliação, integrando um Observatório de Redução da Pobreza (ORP), e realizou-se uma mesa redonda com os principais doadores e parceiros, o que veio permitir alguma melhoria em termos de execução das ações e projetos inscritos.

Também foram realizadas Mesas Redondas Sectoriais realizadas em S. Tomé em Dezembro de 2006, bem como uma Reunião de Concertação em S. António, na Região Autónoma do Príncipe.

No entanto, diversos constrangimentos conduziram ao fraco desempenho do PAP (2006-2008) e, conseqüentemente, da ENRP I, nomeadamente:

- a fraca apropriação por parte do Governo e dos sectores técnicos;
- a falta de uma estratégia de comunicação dinâmica que permitisse uma divulgação consistente da ENRP I;

- o disfuncionamento da estrutura de coordenação e fraco apoio técnico-financeiro ao ORP;
- a desarticulação entre os instrumentos de planificação e execução do Governo, nomeadamente a ENRP I, o Programa do Governo, as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento Geral do Estado (OGE).

A implementação da ENRP I foi também dificultada pelo facto de não existirem, em determinados sectores, estratégias sectoriais devidamente definidas e articuladas, de modo a permitir que as atividades desses sectores pudessem estar em consonância com os objetivos da estratégia nacional.

3. Caracterização do atual perfil da pobreza

No âmbito do segundo inquérito sobre o consumo dos agregados familiares (IOF), realizado em 2010, foram adotadas duas metodologias: a dos rendimentos médios e a do custo das necessidades básicas. Seguindo a metodologia dos rendimentos médios, o rácio da pobreza baixou, passando de 53,8% em 2000 para 49,6% em 2010. De acordo com a metodologia do custo das necessidades básicas, 66,2% da população santomense são pobres, ou seja, vivem com menos de 30 mil dobras diários per capita.

Tabela 1 - Distribuição da pobreza monetária em São Tomé e Príncipe (%), 2000-2010

	Distritos						Príncipe	Território Nacional
	Água-Grande	Mé-Zochi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata		
Situação em 2000 a partir da análise da pobreza relativa (Limiar da pobreza de 2.638.618 Dobras)								
Incidência da pobreza (P0)	39,4	58,9	58,9	82,2	76,6	66,4	60,1	53,8
Profundidade da pobreza (P1)	11,9	21,4	17,5	40,5	33,4	25,6	24,1	19,2
Severidade da pobreza (P2)	5,1	10,4	7,3	23,2	18,0	12,9	12,1	9,3
Situação em 2010 a partir da análise da pobreza relativa (Limiar da pobreza de 8.680.490 Dobras)								
Incidência da pobreza (P0)	52,0	38,0	45,5	69,3	60,2	53,6	58,5	49,6
Profundidade da pobreza (P1)	17,1	11,5	11,9	22,9	21,0	17,3	20,6	15,9
Severidade da pobreza (P2)	7,4	5,0	4,3	10,2	9,7	7,9	9,3	6,9

Fonte: IOF, 2000 e 2010, INE STP

Comparando os resultados do perfil da pobreza de 2000 e 2010, baseado no método do rendimento médio, constata-se que houve um progresso no sentido da redução da pobreza, apesar de ficar muito aquém das expectativas. O rácio de incidência da pobreza baixou de 53,8% em 2000 para 49,6% em 2010, o que representa uma redução de 4,2 pontos percentuais, ficando muito aquém da meta estabelecida na ENRP-I para 2010², apresentando igualmente uma melhoria relativamente à profundidade da pobreza (estimada

² A Estratégia Nacional de Redução da Pobreza I (ENRP-I) visava reduzir a metade a percentagem da população santomense (53,8%) que vivia na situação de pobreza até 2010.

respetivamente em 19,2% e 15,9%). Reduzir o atual nível da pobreza representa um grande desafio para o país.

Ao nível da Região Autónoma do Príncipe (RAP) a taxa de incidência da pobreza baixou 1,6 ponto percentual (de 60,1% para 58,5%), a profundidade da pobreza 3,5 pontos percentuais (de 24,1% para 20,6%) e a severidade da pobreza 2,8 pontos percentuais (de 12,1% para 9,3%).

De acordo com a repartição da pobreza por distrito, a pobreza reduziu em todos os distritos, com exceção do distrito de Água Grande. A maior redução verificou-se no distrito de Mé-Zochi, que passou de 58,9% em 2000 para 38% em 2010, enquanto que no distrito de Água Grande aumentou de 39,4% em 2000 para 52% em 2010. Não obstante os progressos verificados ao nível global, os níveis da pobreza são considerados muito elevados nos distritos de Caué, Lembá e Lobata, onde mais de 50% das populações estão abaixo da linha da pobreza definida em 24 mil dobras diários por pessoa. Comparando os índices de profundidade e severidade da pobreza, constata-se que são os distritos de Caué, Lembá, Lobata e Água Grande os que apresentam maiores percentagens em comparação com os distritos de Cantagalo e Mé-Zóchi.

Tabela 2 - Distribuição da pobreza monetária em São Tomé e Príncipe (%), 2010

	Distritos						Príncipe	STP
	Água-Grande	Mé-Zochi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata		
Situação em 2010 a partir da análise da pobreza relativa (Limiar da pobreza 10 975 730 Dobras)								
Incidência da pobreza (P0)	68,3	56,6	65,9	84,5	73,7	67,8	71,4	66,2
Profundidade da pobreza (P1)	26,1	19,1	21,1	34,3	30,7	26,5	29,9	24,8
Severidade pobreza (P2)	12,8	8,9	8,9	17,2	15,9	13,3	15,4	12,0

Fonte : IOF 2010, INE S. Tomé e Príncipe

De acordo com os resultados do perfil da pobreza, baseado no custo das necessidades básicas, 66,2% da população total de S. Tomé e Príncipe são pobres, ou seja, cerca de 2/3 da população vivem com menos de 30 mil dobras por dia per capita. Na RAP cerca de 60,1% da população vivem na pobreza, ou seja, não conseguem satisfazer as necessidades definidas como básicas para que um indivíduo possa gozar de um nível de vida digno.

A situação da pobreza por distrito mostra que a incidência da pobreza é maior nos distritos de Caué (84,5%), Lembá (73,7%), Água Grande (68,3%) e Lobata (67,8%). Em relação aos índices de profundidade e de severidade da pobreza, as maiores taxas continuam a verificar-se nestes distritos, o que significa que o rendimento da maior parte dos pobres destes

distritos está muito abaixo da linha da pobreza, e os níveis de desigualdade de rendimento entre eles são elevados em comparação com os distritos de Mé- Zochi e Cantagalo que apresentam menores níveis de pobreza nos três indicadores calculados.

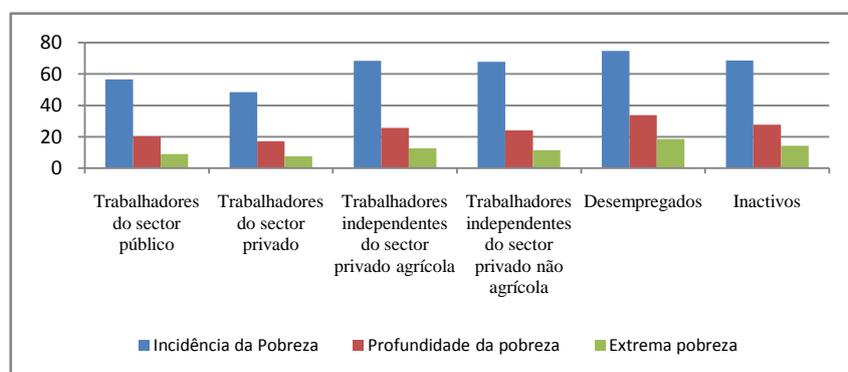
Tabela 3 - Índices da pobreza por sexo do chefe do agregado familiar

	Incidência da pobreza (P0)			Profundidade da pobreza (P1)			Severidade da pobreza (P2)		
	Homem	Mulher	Nacional	Homem	Mulher	Nacional	Homem	Mulher	Nacional
Água-Grande	65,8	71,7	68,3	25,2	27,4	26,1	12,5	13,2	12,8
Mé-Zochi	52,2	63,9	56,6	16,4	23,5	19,1	7,3	11,5	8,9
Cantagalo	65,4	67,0	65,9	21,0	21,4	21,1	8,8	9,2	8,9
Caué	84,7	83,7	84,5	33,7	37,0	34,3	16,8	19,4	17,2
Lemba	72,2	77,4	73,7	30,1	32,4	30,7	15,4	17,0	15,9
Lobata	59,9	83,2	67,8	22,5	34,4	26,5	10,8	18,0	13,3
Príncipe	68,6	77,7	71,4	29,6	30,9	29,9	15,1	16,0	15,4
STP	63,4	71,3	66,2	23,3	27,2	24,8	11,2	13,4	12,0

Fonte: IOF 2010, INE STP

O quadro nº 3 mostra a estimativa da pobreza por sexo do chefe do agregado familiar. Pode-se observar que os agregados familiares chefiados por mulheres são mais afetados pela pobreza do que os dirigidos por homens. Consta-se assim que, cerca de 71,3% dos agregados dirigidos por mulheres são afetados pela pobreza contra 63,4% dirigidos por homens. Grande parte das mulheres que chefiam agregados familiares são mães solteiras, com baixo nível de educação e os seus rendimentos provêm essencialmente da agricultura ou do sector informal. O índice de profundidade e da severidade da pobreza também são maiores nos agregados chefiados por mulheres, o que significa que grande parte dos rendimentos dos agregados familiares pobres dirigidos por mulheres estão muito distantes da linha da pobreza e os níveis de desigualdade são maiores nestes grupos da população, em relação à sua contraparte masculina.

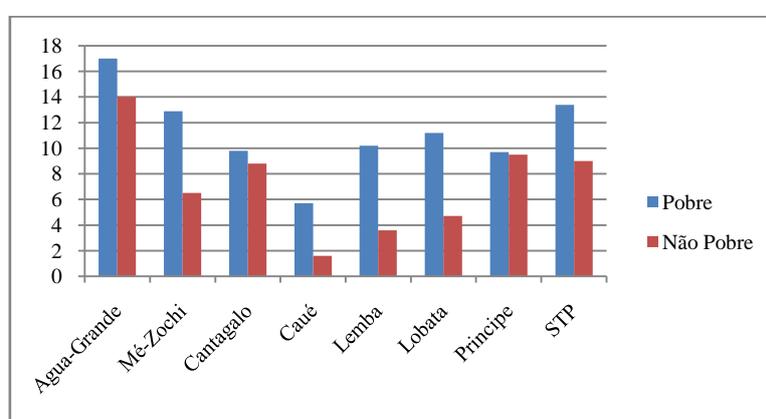
Gráfico 1 - Distribuição da pobreza por grupo socioeconómico (%), 2010



Fonte : IOF 2010, INE STP

O gráfico n.º 1 mostra a decomposição da pobreza, por vários grupos socioeconómicos. O empobrecimento da população parece estar relacionado diretamente com a situação de emprego, afetando menos os ativos empregados do que os inativos e desempregados. No emprego, os ativos mais vulneráveis à pobreza são os trabalhadores independentes do sector privado agrícolas (68,4%) e do sector privado não agrícola (67,7%), enquanto que outros ativos apresentam níveis de pobreza inferiores a 60%. Um emprego em cada três ocupados pelos pobres é caracterizado por um salário mensal inferior ao salário mínimo (822.255 STD), contra um em cada quatro empregos dos não pobres. Em relação ao índice de profundidade e severidade da pobreza, verificamos que a situação é semelhante à verificada na incidência da pobreza.

Gráfico 2 - Taxa de desemprego de indivíduos de 15 anos e mais, segundo o estatuto da pobreza



Fonte: IOF, INE STP

De acordo com o gráfico 2 a taxa de desemprego afeta cerca de 13,4 % da população pobre e 9% da população não pobre a nível nacional. Esta percentagem é menor na RAP, tanto na população pobre como não pobre.

Relativamente à desagregação do desemprego por distrito, conforme o estatuto de condições de vida individual, o estudo revelou que os distritos de Água Grande e Mé-Zóchi apresentam maiores taxas de desemprego, enquanto o distrito de Caué que é o distrito mais pobre tem menor taxa de desemprego. Aqueles são constituídos principalmente por zonas urbanas, que em meados dos anos 90 até ao início do novo milénio viram as suas populações a crescerem devido ao êxodo rural, de um grande número de desempregados e indivíduos com baixo nível de formação, vindo assim a engrossar a taxa de desemprego já existente nestes distritos. Os distritos de Cantagalo, Lembá e Lobata apresentam taxas de desempregos semelhantes.

Tabela 4 - Despesa média com Saúde e Educação (%)

	Distritos						Príncipe	STP
	Água-Grande	Mé-Zochi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata		
% na despesa com educação na despesa total	3,7	3,4	3,8	1,6	3,0	5,0	1,5	3,5
% da despesa com saúde na despesa total	3,0	3,2	2,9	1,0	1,3	3,8	1,8	2,8

Fonte: IOF, INE STP

As famílias santomenses gastam em média 3,5% dos seus orçamentos com educação e 2,8% com saúde. Os distritos mais pobres são os que menos gastam em saúde e educação. Esta constatação não se aplica no caso do distrito de Lobata, uma vez que, apesar de ser um dos distritos mais pobres os habitantes deste distrito afetam maior percentagem dos seus orçamentos às despesas com saúde e educação em comparação com os outros distritos igualmente mais pobres. Os habitantes da RAP canalizam somente 1,5% dos respetivos orçamentos para a realização de despesas com saúde e 1,8% para despesas com educação.

Tabela 5 - Taxa de alfabetização segundo os níveis de pobreza

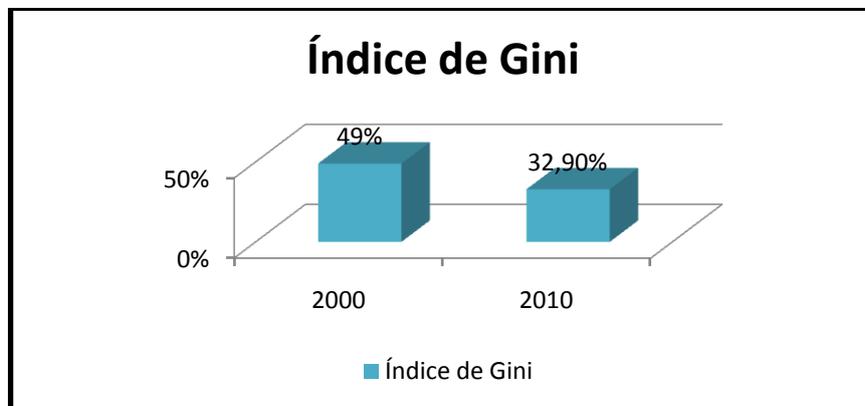
	Estatuto de pobreza	
	Pobre	Não pobre
Sexo		
Homem	93,5	94,4
Mulher	80,6	84,5
Meio de residência		
Água-Grande	88,3	95,8
Mé-Zochi	88,1	88,2
Cantagalo	86,9	83,1
Caué	77,2	73,6
Lemba	78,5	80,9
Lobata	88,1	86,5
Príncipe	86,2	89,8
Total	86,7	89,4

Fonte : IOF 2010, INE S. Tomé e Príncipe

A taxa de alfabetização dos indivíduos com 15 e mais anos é estimado em 86,7% em 2010 em São Tomé e Príncipe. Os distritos mais pobres apresentam maiores taxas de alfabetização em comparação com os distritos menos pobres. A taxa de alfabetização aumenta conforme se vai passando dos distritos menos pobres para os mais pobres. Os distritos de Caué e Lembá são os distritos com taxas mais baixas de alfabetização. Os

indivíduos de sexo masculino tanto pobres como os não pobres apresentam taxas de alfabetização superiores que às da sua contraparte feminina.

Gráfico 3 - Índice de Desigualdade (Índice de Gini)



Fonte: IOF, 2000 e 2010, INE STP

Os dados do gráfico n.º. 3 mostram a desigualdade na distribuição de rendimento a nível nacional. O índice de Gini saiu de 49% em 2000 para 32,9% em 2010, o que demonstra uma melhoria na distribuição dos rendimentos a favor dos pobres. Esta melhoria deveu-se à implementação de programas que permitiram o desenvolvimento de atividades geradoras de rendimentos aos pobres.

4. Abordagem genérica da atual situação

4.1. Boa governação e gestão de bens públicos

A boa governação continua a ser ainda um grande desafio para São Tomé e Príncipe. É certo que avanços consideráveis tiveram lugar nos últimos vinte anos no que respeita a afirmação da democracia e no engajamento das autoridades na implementação dos princípios de boa governação na gestão dos bens públicos. A operacionalização destes princípios padece ainda de inúmeros constrangimentos estruturais, o que faz com que os progressos ainda sejam limitados a vários níveis (maturidade do sistema político, reforço do controlo do executivo, modernização da administração pública, acesso à justiça, eficácia e transparência na gestão das finanças pública).

4.1.1. Governação política

A Constituição da República dispõe um quadro de referência coerente com vista a assegurar os pré-requisitos necessários para o funcionamento de uma sociedade democrática. Com o advento do multipartidarismo, as eleições desenrolaram-se em condições satisfatórias, o que tem vindo a dar lugar a alternâncias político-partidárias. A liberdade de imprensa e de expressão já é uma realidade no país. Os cidadãos têm acesso a leis através das publicações no Diário da República, assim como a sessões de debate na Assembleia Nacional em diferentes canais (secção pública, publicação dos jornais da Assembleia na internet, transmissão em direto das sessões da plenária através da Rádio Nacional). Porém, o quadro legal santomense carece de modernização em vários domínios para a correção das fraquezas ainda existentes.

Instabilidade política : A gestão dos assuntos públicos foi caracterizada ao longo do último decénio por mudanças frequentes de governos (quatro mudanças em 5 anos). Estas mudanças de executivos têm-se traduzido em alterações significativas das equipas ministeriais, alterações de prioridades políticas e abandono dos dossiers anteriores. A ação do Estado fica assim marcada por momentos de descontinuidade, tornando difícil dar sequência ao processo de reformas com sustentabilidade.

Desequilíbrio entre o executivo e o parlamento: Embora a constituição consagre o parlamento como a mais alta instituição legislativa do país e dotada de poder de controlo, estas duas funções, legislativa e de controlo, são pouco exercidas pelo mesmo. A maioria das iniciativas legislativas tem vindo da parte do executivo. Além disso, regista-se lentidão no processo de discussão e aprovação dos projetos de lei e muitos dos projetos de lei nem sequer conhecem a fase inicial do processo (votação na generalidade). Da mesma forma, o debate parlamentar sobre as opções de desenvolvimento e os princípios de políticas públicas, bem

como as atividades de controlo ao nível das comissões especializadas ainda não correspondem ao desejado.

Falta de seguimento do estatuto dos deputados : Nenhuma estrutura foi criada com vista a garantir o cumprimento do estatuto dos deputados, particularmente no que diz respeito a incompatibilidades, incapacidades, impedimentos, levantamento de imunidade, conflito de interesses. Colocam-se, por conseguinte, questões preocupantes e uma certa confusão na delimitação dos papéis a desempenhar em cada momento (os deputados são frequentemente também funcionários públicos).

Necessidade de atualização de textos legislativos : O pacote legislativo deve ser revisto e ajustado à realidade atual em vários domínios. O estatuto dos titulares de cargos políticos e especiais nunca foi revisto depois da sua entrada em vigor em 1991. Uma legislação deve ser adotada para fazer evoluir o mais rápido possível a questão de paridade entre homens e mulheres, nomeadamente ao nível da responsabilidade política. De igual forma, torna-se necessário um quadro jurídico (e institucional) nacional que regule a organização e o funcionamento das ONG.

Limitações no sector de comunicação social : muito embora a liberdade de expressão esteja bem plasmada na lei, o funcionamento dos médias encontra diferentes constrangimentos : fraco nível dos recursos humanos, falta de equipamentos, financiamento precário, inexistência de legislação específica para a classe dos jornalistas. Por outro lado, a pequenez do país, assim como a cumplicidade nas relações familiares, sociais e políticas tendem a ter influência na liberdade de expressão.

4.1.1.1. Segurança e Defesa Nacional

A defesa e a segurança nacional, enquanto valor e condição para que a Nação sobreviva de uma forma soberana, em paz e em liberdade, obriga a que o Estado desenvolva esforços que contribuam essencialmente para a sua coesão política, económica, militar, a salvaguarda dos valores nacionais e a consolidação do sistema pluralista vigente no país.

No entanto, o narcotráfico, o contrabando de armamento, o terrorismo e a proliferação de outros crimes, como a pirataria, a delapidação de recursos marinhos, o tráfico de pessoas, o branqueamento de capital, que põem causa a segurança dos Estados, obriga a que STP por razões estratégicas reoriente a sua política de defesa e segurança, com vista a conferir as forças e serviços de defesa e segurança as valências de que necessitam para fazer face aos novos desafios e garantir a segurança coletiva dos cidadãos.

É, por isso, de interesse prioritário uma estratégia global do Estado para a promoção de alterações orgânicas e reformas nas forças e serviços de segurança e defesa, visando potenciar as mesmas para os desafios da modernidade.

A aposta do Governo centra-se na gestão de atividades formativas, inscritas num projeto alicerçado em critérios que visem, a aquisição de conhecimento atualizado em diversas áreas do saber policial e militar. Concomitantemente será desenvolvido um projeto de reequipamento em meios, passíveis de se adequarem à tipologia e “modus faciendi” das ameaças e riscos.

4.1.2. Governação judiciária

A constituição de 2003 reafirma os princípios fundamentais do Estado de Direito e garante a independência do poder judiciário. Todavia, existem disfuncionamentos persistentes e múltiplos no funcionamento do sistema judiciário, com efeitos negativos na atividade económica (fraca capacidade do sistema em garantir o respeito dos direitos dos operadores económicos) e dos cidadãos (acesso difícil aos serviços da justiça). A falta de confiança relativamente às instituições judiciais compromete as possibilidades de obtenção de créditos em prol do desenvolvimento das iniciativas dos homens de negócios, as possibilidades de negócios e a atração de investimentos estrangeiros.

Quadro legal ainda obsoleto : Grande parte dos instrumentos legais data da época colonial. São visíveis os esforços importantes efetuados e em curso para revisão de vários diplomas legislativos: Código Comercial revisto em 2009, Código de Processo Penal promulgado em 2009, Código Civil, Código de Processo Civil, Código de Litígios Administrativos, Código de Custas Judiciais, Código Penal (em vias de ser aprovado). Na sequência do encontro nacional da justiça (Novembro de 2009), uma nova Lei de Base do Sistema Judiciário entrou em vigor. Todavia, vários textos jurídicos necessitam de ser revistos em profundidade, tais como o código de propriedade fundiária (1967) e o Código de Registo Civil (1969).

Défice na aplicação da justiça : Para além da inadequação dos textos legais, o sistema judiciário santomense tem dificuldades em aplicar os seus próprios textos legais e controlar a execução das decisões da justiça. As principais razões prendem-se com (i) a falta de meios físicos e humanos para o bom funcionamento dos tribunais, (ii) a debilidade organizacional e humana da ordem dos advogados, (iii) a interferência frequente do poder político ou económico no decorrer dos processos judiciais, (iv) a fragilidade do mecanismo de controlo existente.

4.1.3. Governação administrativa

Apesar da sua reduzida dimensão e de sucessivas tentativas de implementação de programas de reforma, a Administração Pública em S. Tomé e Príncipe é pouco desenvolvida, pesada (burocrática) e excessivamente centralizada. Confronta-se com vários problemas estruturais: insuficiente nível de formação e qualificação profissional dos agentes; instalações inadequadas; falta de meios de funcionamento; fraca utilização de tecnologias de informação e de comunicação; baixo nível de remuneração e ausência de um plano de carreira ; distribuição inadequada de recursos humanos e materiais existentes ; falta de disciplina laboral; utilização e

aplicação limitada de sanções nas instituições; excesso de concentração de responsabilidades e de decisões.

4.1.4. Governação local

O processo de descentralização foi lançado nos anos 90 com a publicação da Lei-quadro das Autarquias Locais e a consequente realização em Dezembro de 1994, das primeiras eleições municipais, mas as estruturas político administrativas locais não têm sido um instrumento eficaz de apoio à população na resolução dos seus problemas de ordem social, habitacional e profissional.

Este processo de administração apoia-se numa divisão do território em seis (6) distritos ao nível da ilha de São Tomé (Água Grande, Mé-Zochi, Cantagalo, Caué, Lembá e Lobata) e uma Região Autónoma que compreende a ilha do Príncipe. Mas o avanço concreto na afirmação do poder local, bem como a gestão de proximidade revela-se insuficiente por diversas razões:

- Fraco engajamento das autoridades relativamente ao processo de descentralização, bem como o seu não agendamento no calendário político como prioridade ;
- O poder local não foi renovado durante mais de uma dezena de anos : após as eleições de 1994, foi preciso esperar Agosto de 2006 para que novas eleições locais tivessem lugar. As últimas eleições locais tiveram lugar em 2010.
- As autarquias locais não dispõem de meios e instrumentos de planificação e seguimento que sirvam de referência para a gestão das ações de desenvolvimento, bem como de iniciativas de elaboração de planos locais de desenvolvimento;
- As autarquias locais têm uma forte carência de recursos financeiros e capacidade institucional, não estando, portanto, em condições de fornecer serviço eficaz às comunidades locais em diferentes domínios da sua competência;
- As disposições específicas, previstas na lei sobre a gestão dos recursos petrolíferos, com vista a reforçar as capacidades financeiras das autarquias, continuam um projeto de intenções.

4.1.5. Governação financeira e transparência na gestão de fundos públicos

Em 2005, as autoridades são-tomenses deram início a um processo de profundas reformas nas finanças públicas. O acento tónico foi posto no reforço das capacidades dos recursos humanos, e no desenvolvimento de um sistema informático integrado (SAFINHO), bem como na

modernização do quadro legal e regulamentar, o que conduziu a adoção em 2007, da Lei sobre o Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE), substituindo a anterior lei orgânica de gestão das finanças públicas, datada de 1986. A implementação do SAFE-e permitiu que houvesse uma melhoria na qualidade da informação financeira e orçamental.

Em 2008, um novo classificador orçamental foi introduzido, assim como foi adotada uma codificação específica para o seguimento das despesas a favor dos pobres.

Reformas foram também engajadas no domínio da gestão de tesouraria e na planificação dos fluxos de tesouraria. Por outro lado, a implementação da reforma ao nível de aquisições públicas (licitações e contratações públicas), com base numa nova legislação, começa já a dar resultados encorajadores.

Não obstante os avanços efetuados, o nível de performance do sistema de gestão das finanças públicas santomense ainda é muito fraco, as avaliações testemunham ainda grandes debilidades. O ponto mais crítico é a prestação de contas. Se no quadro legal está claramente definido o procedimento e o calendário relativo a aprovação da Conta Geral do Estado, o Tribunal de Contas, depois da sua criação em 2003, numa teve a oportunidade de emitir um parecer sobre a Conta Geral do Estado, devido a não apresentação de contas anuais pelo executivo após o fecho de cada exercício.

A RDSTP ocupa hoje uma posição crítica no que se refere a transparência das contas e o acesso público aos documentos orçamentais.³ No âmbito de luta contra a corrupção e branqueamento de capitais, a ação do Estado deve ser mais reforçada. A corrupção é um fenómeno em crescimento, e a classificação da RDSTP no que concerne ao índice de perceção da corrupção testemunha uma situação muito crítica⁴. Relativamente a luta contra o branqueamento de capitais, é de se mencionar a aprovação em 2008 de uma lei específica (Lei nº 15/2008 sobre o Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo).

Quanto à transparência no sector petrolífero, importa realçar que uma Lei sobre a Gestão das Receitas Petrolíferas foi aprovada em 2004 pela Assembleia Nacional, o que levou à regulamentação da utilização das receitas ligadas às atividades de prospeção e produção petrolífera, bem como à criação da Agência Nacional de Petróleo (ANP), também em 2004. Não obstante a desclassificação de São Tomé e Príncipe da iniciativa EITI, por razões alheias ao país, a transparência evoluiu de forma considerável nos últimos tempos com a criação da Comissão de Controlo do Petróleo (2006) e do Gabinete de Registo e Informação Pública (2007).

³ A RDSTP se encontra na última posição na classificação sobre a transparência orçamental, publicado pela International Budget Partnership (édition 2010).

⁴ O índice de perceção da corrupção, estabelecido pela Transparência Internacional, classifica a RDSTP na 111 lugar numa lista de 180, divulgado em 2009. O país não referido no relatório de 2010. O seu índice de corrupção é de 3, para um nível de classificação de 0 a 10.

A falta de transparência impede a mobilização efetiva dos recursos, uma vez que corrói a confiança dos parceiros de desenvolvimento nos procedimentos de utilização e alocação dos fundos postos a disposição do país. Com a criação da Direção de Contabilidade Pública, ações estão em curso para a elaboração e publicação da Conta Geral do Estado a partir do exercício económico de 2010 e anos seguintes. Com este propósito, várias ações de capacitação dos técnicos nacionais em matéria de Contabilidade Pública já foram realizadas de forma a melhorar a qualidade dos relatórios de prestação de contas em linha com as boas práticas internacionalmente aceites.

O desenvolvimento de uma Conta Geral do Estado e contabilidade pública consolidada e sustentável implicará também a necessidade de reforço da Direção do Património para a inventariação de ativos não financeiros. A Direção do Tesouro também deverá reforçar as suas capacidades para a apresentação do stock dos ativos e passivos financeiros de forma a melhorar a previsibilidade do risco associado a sustentabilidade fiscal.

No que se refere à Gestão da Dívida Externa, o Governo, através do Gabinete de Gestão da Dívida Pública, tem vindo a elaborar relatórios de gestão da dívida para ser submetido à Assembleia Nacional. Também está previsto a sua publicação no portal do Ministério das Finanças, de forma a aumentar a transparência na gestão da dívida soberana. Ainda relacionado com transparência na gestão da dívida, já foi elaborado e apresentado à Assembleia para aprovação uma proposta de lei-quadro cujo objetivo é a adoção de boas práticas internacionais em matéria de gestão da dívida pública, prevendo instituir um novo procedimento na contratação dos empréstimos.

4.1.5.1. Políticas fiscais de expansão da base tributária

Com a crise financeira internacional a ajuda externa em forma de créditos bilaterais tem sido dominante e deve ser gradualmente substituída por investimentos privados estrangeiros como fonte de financiamento não geradora de dívida. Embora essa substituição não possa ser realisticamente esperada a curto prazo, é preciso usar de forma eficiente e efetiva os recursos oficiais disponíveis para a criação de condições necessárias para que haja fluxo de capitais privados estrangeiros.

Existe assim a necessidade urgente de se reestruturar a economia do lado da oferta para facilitar a atração de investimento direto estrangeiro, o que será possível com medidas de políticas orçamentais de reforço aos incentivos e investimentos em portos, aeroportos, telecomunicações e energia. No que diz respeito a aeroportos e portos, programas governamentais de investimento já foram facilitados com as concessões feitas a investimento privado estrangeiro. Relativamente às telecomunicações, com a fibra óptica espera-se a partir de 2012 ter um serviço mais moderno e competitivo a níveis internacionais. Para as infraestruturas energéticas, medidas de

privatização estão a ser equacionadas de forma a tornar os serviços de fornecimento de água e energia mais competitivos e eficientes.

Mas o Governo reconhece que a atração de investimento estrangeiro não depende só da criação de infraestruturas básicas. De relevante importância para os investidores estrangeiros, especialmente os que apostam em investimentos de longo prazo, são os direitos de propriedade. A proteção dos investidores conta muito para que possam encontrar capitais de investimento com maturidade de longo prazo, particularmente num ambiente de crise financeira internacional. A melhor estabilidade cambial que se observa hoje e a inflação que vem-se tornando cada vez mais estável aumentam a probabilidade de retorno de capital estrangeiro e assim diminui o receio dos investidores sobre a possibilidade de expropriação. Tendo o clima de negócios melhorado de forma significativa, segundo Doing Business 2012, o Governo entende que reformas macroeconómicas deverão continuar e ser consolidadas para que o risco associado ao país e à taxa de câmbio se reduza de forma considerável.

4.2. Análise do quadro macroeconómico e dos sectores produtivos

4.2.1. Quadro macroeconómico

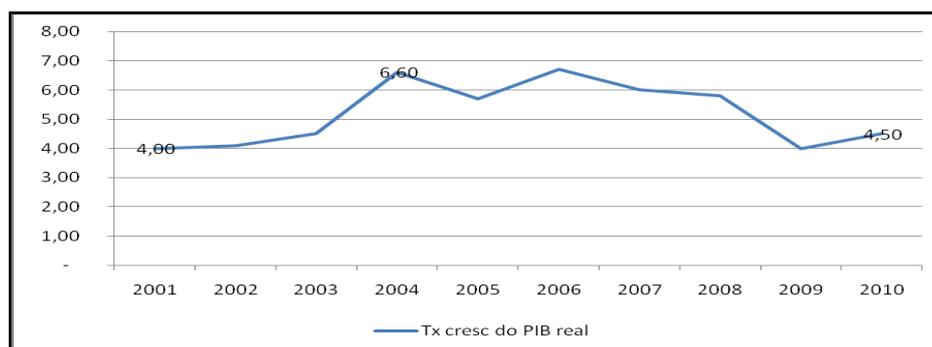
Crescimento económico

Evolução global: Nos últimos 10 anos, o país conheceu um ritmo sustentável de crescimento, com uma taxa de crescimento médio do PIB na ordem dos 5,2%, ligeiramente superior à taxa de crescimento médio dos países da África ao Sul do Sahara (4,8%). Este crescimento conduziu a uma melhoria sustentada do rendimento per capita, pela primeira vez desde a independência. Dois fatores podem ser apontados como diretamente responsáveis por este resultado: o primeiro é o aumento de fluxos de financiamento externo, especialmente de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), antecipando a potencial produção de petróleo; o outro tem a ver com a reafecção de recursos de fins menos produtivos (agricultura) para outros mais produtivos (serviços), que fez subir o potencial de crescimento do país.

O sector primário apresentou um declínio continuado, particularmente na produção do cacau, o tradicional produto de exportação de São Tomé e Príncipe.

Desde 2008, que o crescimento tem sido contrariado pela crise económica e financeira internacional. A subida dos preços dos bens alimentares e dos produtos petrolíferos a nível internacional teve repercussões na procura das famílias e nos custos de produção dos operadores nacionais. Esta crise financeira provocou uma diminuição do investimento direto estrangeiro nos sectores de construção e do turismo, bem como da entrada da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, que tem representado ao longo dos anos a principal fonte de financiamento dos investimentos públicos.

Gráfico 4 - Taxa de crescimento do PIB real (%)



Fonte: FMI

Contribuição dos sectores: o desempenho da atividade económica tem sido fortemente dominado pelo sector terciário (Quadro 6). De 2002 a 2011, este sector cresceu em média 6% e representa 66,4% do PIB. Foi sobretudo impulsionado pelos sectores de comércio, transportes, armazenagem e comunicações, e da administração pública. O sector secundário representa em média 16,4% do PIB, tendo crescido em média 2,6% durante o mesmo período. Dentro do sector secundário, o maior crescimento registou-se nas indústrias de transformação. Por fim, o sector primário cresceu em média de 2,3%, tendo sido o sector com menor contribuição no PIB.

Tabela 6 - Taxa de crescimento do PIB real por sector de atividade e contribuição do setor no PIB (%)

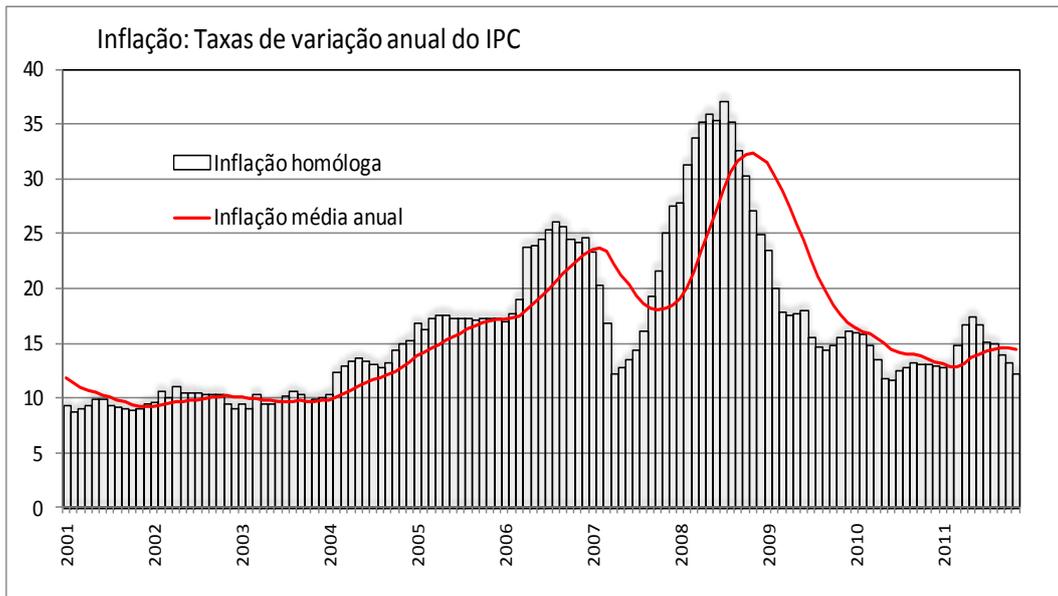
Sectores de Actividade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	media (2002-2011)	Contrib. No PIB (2002-2011)
Sector Primário	0,01	2,42	1,65	0,72	1,14	10,38	8,01	-4,10	0,26	2,05	17,20
Sector Secundário	-9,89	6,49	5,55	-3,94	14,75	4,41	0,49	1,77	3,30	2,29	16,36
Sector Terciário	5,59	7,36	4,78	3,18	12,73	-0,91	10,24	6,19	5,44	5,46	66,44

Fonte: INE

Inflação

Com uma inflação com tendência decrescente desde 2009 (Gráfico 5), ou seja, com tendências para se aproximar de níveis mais sustentáveis próximo de um dígito, adicionado a uma menor volatilidade na taxa de câmbio efetiva nominal, criou-se espaço para que o Banco Central desde 2009 reduzisse a taxa de juro de referência. Esta política monetária expansionista e contracíclica teve o propósito de estimular a economia, quando esta apresentava sinais de abrandamento. A diminuição da taxa de juro, por sua vez, está associada à depreciação da taxa de câmbio efetiva nominal, não obstante uma menor volatilidade da mesma.

Gráfico 5 - Taxa de variação anual do IPC



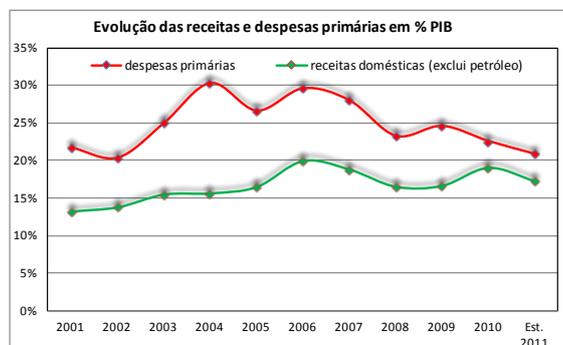
Fonte: INE

Finanças Públicas

Os países em desenvolvimento estão há 4 anos do prazo fixado para se alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, mas continuam a sofrer os efeitos da já histórica crise financeira e económica internacional e São Tomé e Príncipe não foge a regra.

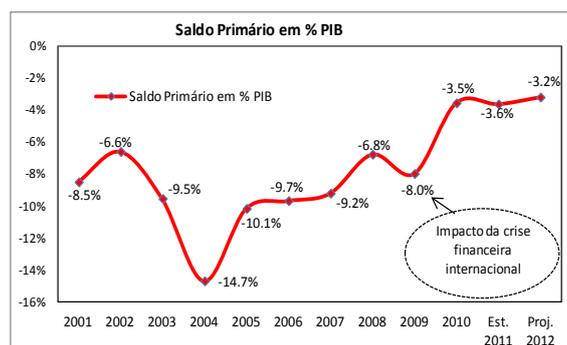
As circunstâncias determinam que São Tomé e Príncipe esteja particularmente a confrontar-se com constrangimentos a nível de acesso ao mercado financeiro internacional dada a redução da ajuda pública ao desenvolvimento, o que tem causado maior pressão na já frágil situação de mobilização adicional de receitas domésticas.

Gráfico 6 - Evolução das receitas e despesas primárias



Fonte: Direção do Orçamento/Direção do Tesouro

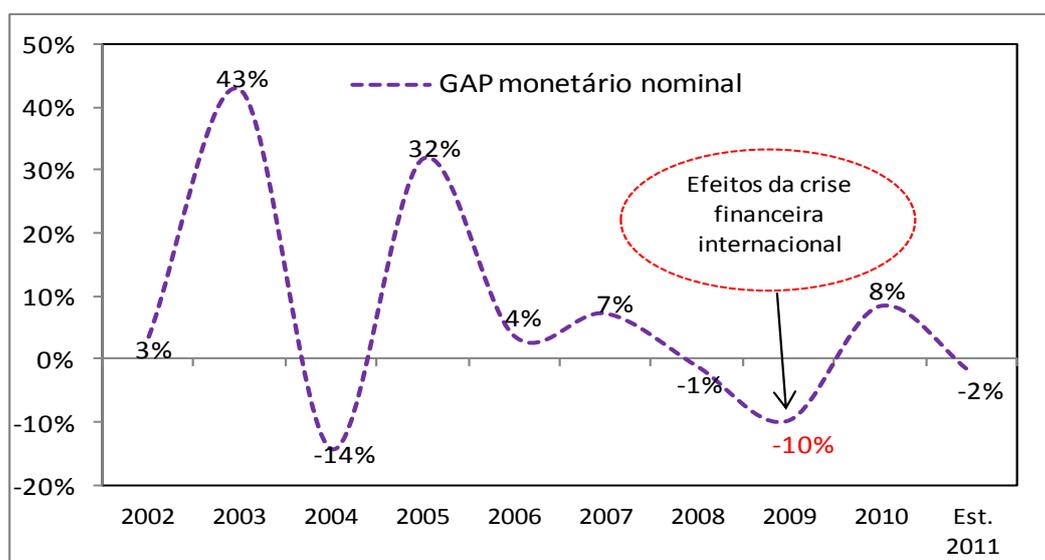
Gráfico 7 - Evolução do saldo primário



Fonte: Direção do Orçamento/Direção do Tesouro

O deficit primário apresenta uma tendência decrescente desde 2005, sendo que esta trajetória foi temporariamente invertida em 2009, dada a necessidade que o país teve de recorrer a financiamentos internos excepcionais - recursos de privatização para implementação de políticas fiscais contra-cíclicas que ajudaram a estabilizar as despesas de investimento de carácter social. A partir deste período em diante tem-se registado uma aproximação do deficit para níveis sustentáveis de 3% do PIB com base numa gestão mais rigorosa dos recursos. Esta tendência positiva do deficit rumo a níveis sustentáveis, deveu-se particularmente ao facto de a política orçamental de execução das despesas tem acompanhado, desde 2005, de forma mais rigorosa a evolução das receitas (Gráfico 6). Além disso, tem-se observado nos últimos anos uma redução da discrepância entre as receitas domésticas e as despesas primárias como se constata através da redução do deficit primário (Gráfico 7).

Gráfico 8 - Evolução do GAP monetário



Fonte: Banco Central e cálculos de staff da Direção de Orçamento

A crise financeira internacional esteve também associada a um abrandamento da economia e escassez de liquidez em 10% no mercado doméstico. Assim, a política fiscal expansionista - de utilização de liquidez adicional provenientes do fundo de privatização para financiar as despesas em benefício dos pobres – num contexto de abrandamento da economia também contribuiu para o agravamento do deficit primário que se observou em 2009.

Até finais de 2008 a taxa de câmbio efetiva nominal apresentava uma grande variação em relação a média, sendo que a partir de 2009 já apresentava uma baixa volatilidade. Essa baixa variância face a média tornou-se mais acentuada com o Acordo de Paridade Cambial implementado em Janeiro de 2010. O revés dessa maior estabilidade cambial é que a inflação, embora com tendência decrescente, ainda assim foi suficiente para causar a apreciação da taxa de câmbio efetiva real que se tem registado desde 2009.

Investimentos Públicos

O nível de investimento público continuou baixo entre 2003 e 2007, com despesas oscilando entre 200 a 300 milhões de dobras. A partir de 2008, os investimentos públicos conheceram uma subida significativa, tendo crescido 190% entre 2008-2010.

Em média, durante o período de 2003 a 2010, os sectores que mais beneficiaram dos investimentos públicos são, por ordem decrescente, Administração Pública (26,2%), Transportes e Telecomunicações (18,1%) Saúde (13,3%) e Educação (12,6%). A agricultura parece ser um sector negligenciado: com um PIP de 6,2%, em 2010 este sector beneficiou somente de 3% do PIP, o valor mais baixo dos últimos 5 anos.

Tabela 7 - Programa de Investimento Público, por setor de atividade (% total)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2003-2010
Total Investimento Público	252.296	262.636	200.411	311.325	277.179	372.960	884.411	1.082.248	
% Total									
Administração Pública	24,65	39,37	31,87	17,97	27,28	38,53	11,85	18,02	26,19
Agricultura	6,85	3,24	7,21	4,75	3,53	14,05	7,11	2,87	6,20
Água e Saneamento	13,74	6,65	4,79	3,61	3,17	2,39	4,68	2,94	5,25
Educação	14,15	6,50	4,86	19,39	15,20	7,07	8,14	25,75	12,63
Energia	2,97	0,77	0,00	0,00	0,00	0,50	9,70	16,51	3,81
Habituação	4,50	1,42	1,39	1,00	8,48	0,00	1,29	0,71	2,35
Pescas	1,41	0,44	0,00	1,69	12,23	0,00	0,00	0,08	1,98
Saúde	14,93	13,86	17,18	20,90	5,37	13,09	11,65	9,58	13,32
Transportes e Telecomunicações	14,63	12,16	20,31	11,17	15,03	19,69	37,63	14,25	18,11
Outros	2,16	15,59	12,38	19,51	9,71	4,67	7,96	9,30	10,16

Fonte: DPE

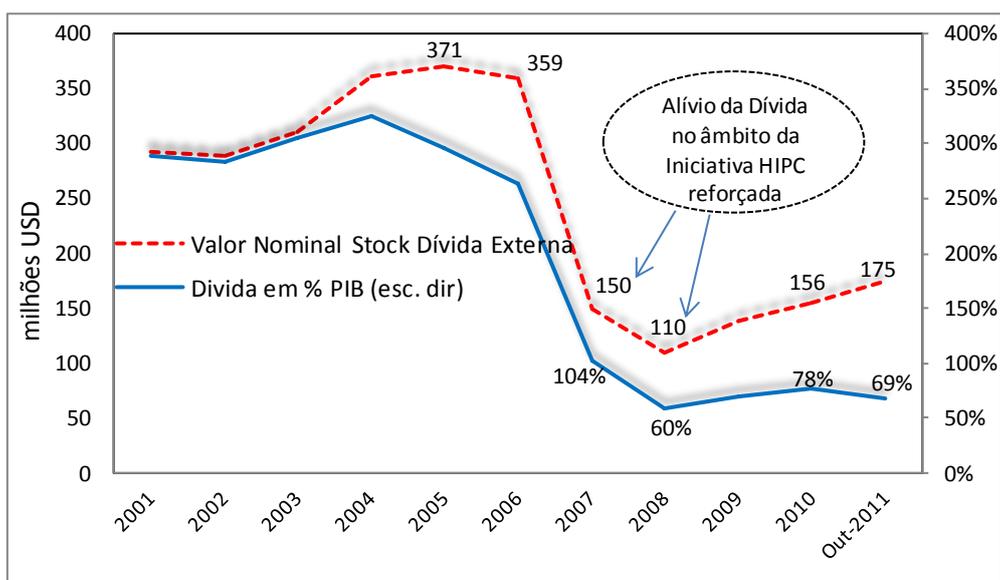
Dívida Pública

Foi possível em 2007 e 2008, com o alcance do Ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC Reforçada, reduzir o stock da dívida externa de USD 359.5 Milhões em 2006 para USD 110

Milhões em 2008, ou seja uma redução de USD 259.5 Milhões. Embora o país, após o alívio da dívida, tenha ficado obrigado a contrair dívidas com maior maturidade e com baixas taxas de juro, a necessidade de contínuo acesso ao financiamento externo para o financiamento de programas de crescimento e redução da pobreza fez com que a dívida continuasse a aumentar a partir de 2009 até a presente data. Importa aqui realçar, que numa conjuntura de crise financeira internacional o acesso aos donativos por parte dos parceiros de desenvolvimento naturalmente torna-se mais escasso. Mais, mesmo o acesso aos créditos tende a ser pro-cíclico, o que faz com que o acesso ao mesmo seja mais restrito. Assim, a contínua necessidade de financiamento faz com que a alternativa imediata aos donativos seja a contratação de créditos - principalmente bilaterais - que embora concessionais, está particularmente associado ao aumento da dívida externa. Não obstante o aumento natural da dívida externa, pode-se assumir que o mesmo fora feito dentro de níveis mais próximo dos sustentáveis quando normalizado para a produção de riqueza nacional (Gráfico 9). Contudo, desafios ainda se colocam relativamente a insustentabilidade do rácio da dívida sobre a exportação.

No cômputo geral, graças a uma mais sã política fiscal, alívio da dívida obtido em 2007 e 2008, melhor estrutura concessional da dívida e moderada inflação, S. Tomé e Príncipe tem agora uma melhor margem para a implementação de políticas fiscais e monetárias expansionistas de forma a intensificar os esforços de crescimento e redução da pobreza. Essa melhor estabilidade macroeconómica constitui a receita a ter continuidade através da consolidação das reformas, incluindo a das finanças públicas, para assegurar um desenvolvimento sustentável.

Gráfico 9 - Evolução da Dívida Externa

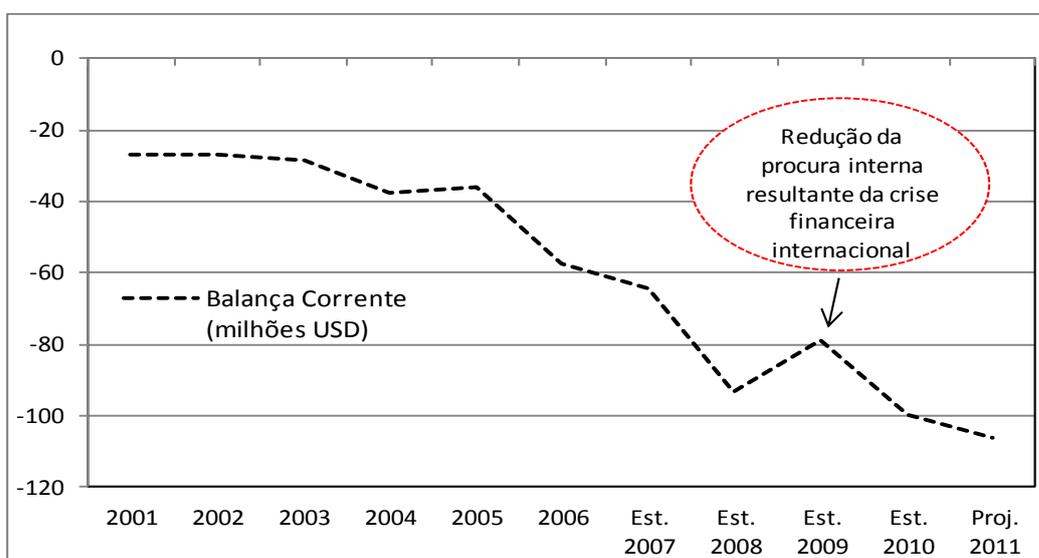


Fonte: Gabinete de Gestão da Dívida

Balança Corrente

Não obstante essa contrariedade a nível dos preços internacionais e a consequente pressão para a atualização dos preços internos dos combustíveis – que se veio a verificar em Março 2011 -, desde finais de 2008 que a inflação vem apresentando uma tendência decrescente. Para isto terão contribuído particularmente a implementação do Acordo de Paridade Cambial. Uma política mais rigorosa por parte das autoridades relativamente ao controlo de preços também contribuiu para redução do nível geral de preços.

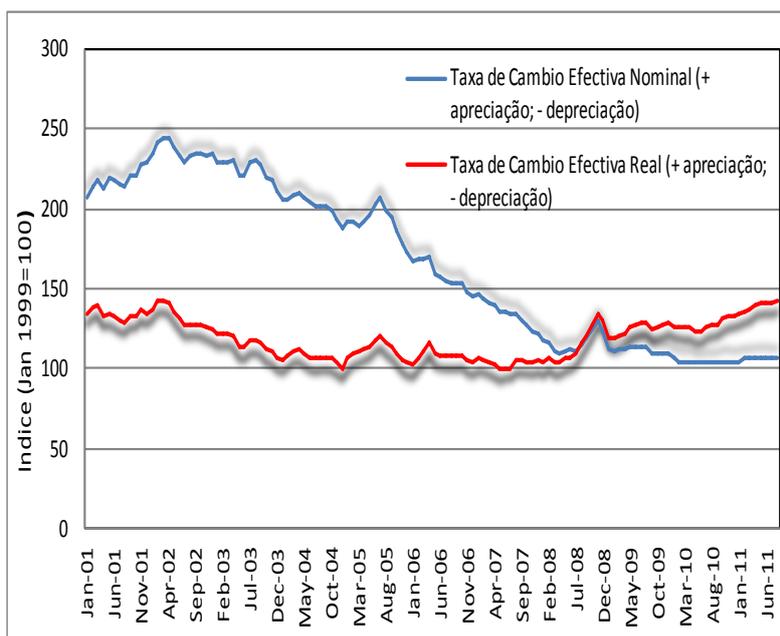
Gráfico 10 - Evolução da Balança Corrente



Fonte: Banco Central

Esta perda de competitividade no mercado internacional está, sobretudo, associada à tendência crescente da inflação importada devido aos aumentos dos preços internacionais das matérias-primas e produtos alimentares. A temporária redução do défice da balança corrente observado em 2009 (Gráfico 10) está especialmente associada ao facto de a crise financeira internacional também afetar os mercados internos por via de redução da procura interna de bens e serviços importados.

Gráfico 11 - Volatilidade da taxa de câmbio (2001-2011)

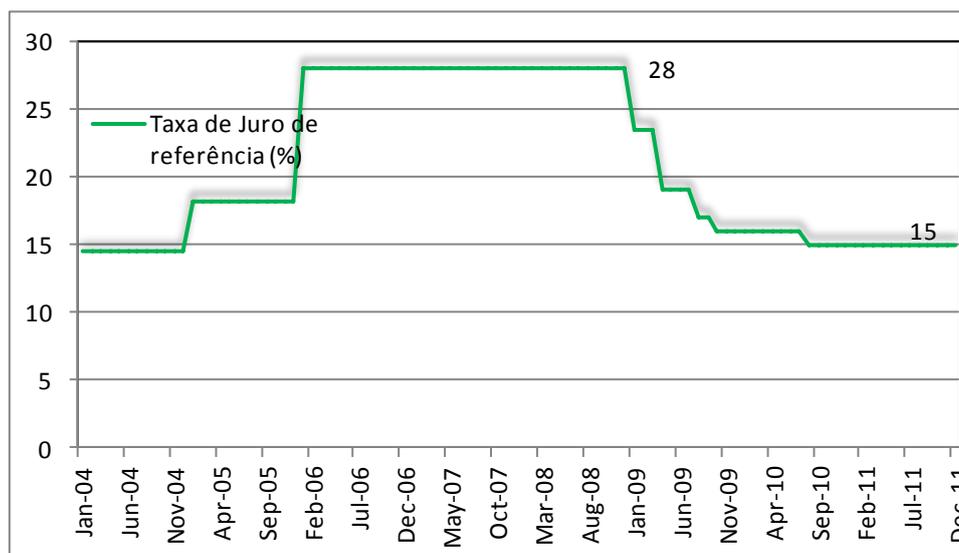


Fonte: Banco Central

Por outro lado, a elevada taxa de juros verificada até inícios de 2009 era inicialmente necessária para preservar a confiança no mercado e também no sentido de se continuar a estimular o fluxo de capitais estrangeiros num ambiente inflacionista e de alta volatilidade da taxa de câmbio, como forma de compensar os investidores pelo prémio de risco associado ao país e à taxa de câmbio. Também era importante esse alto nível da taxa de juro como forma de se evitar que os recursos dos credores não fossem confiscados pelos devedores através de uma taxa de juro real negativa.

Num regime de taxa de câmbio fixa e numa perspectiva de se dar continuidade à consolidação dos objetivos macroeconómicos, as autoridades monetárias e fiscais estão empenhadas em manter o controlo da inflação para que não comprometa os objetivos de competitividade do país. Na perspectiva de introdução de Bilhetes de Tesouro, o Governo compromete-se a financiar o deficit junto da banca e não por via do Banco Central de forma a não comprometer os níveis de reservas necessárias para defender o regime de paridade fixa.

Gráfico 12 - Taxa de juro de referência



Fonte: Banco Central

Emprego

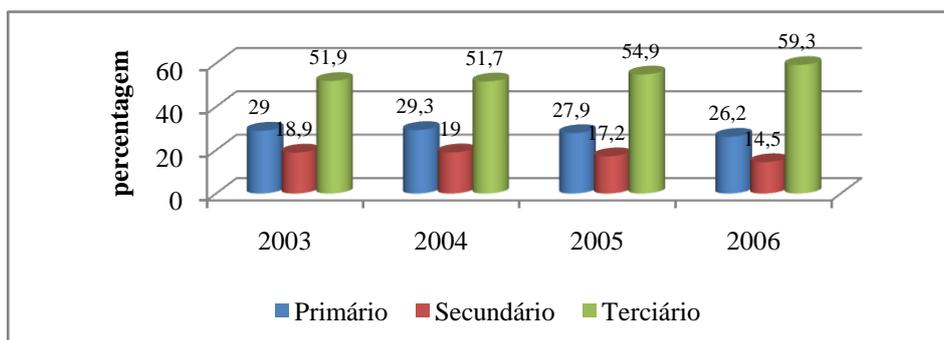
De uma maneira geral, o crescimento teve efeitos na criação de emprego. Segundo os últimos dados disponíveis (quadro 7), a taxa de desemprego decresceu de 16,0% em 2002 para 13,9% em 2008. O impacto parece ser menos evidente no subemprego que cresceu em cerca de 48% em comparação com 2002. As mulheres continuam a ser mais afetadas pelo desemprego do que os homens. Em 2008 a taxa foi de 17,4% contra 10,7% dos homens. É de realçar que o recuo observado na taxa de desemprego foi mais acentuado nas mulheres do que a sua contraparte masculina. Mas são menos atingidas por fenómeno de subemprego.

Tabela 8 - Evolução da taxa de desemprego e subemprego (%)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Homens	11,2	9,6	9,6	9,5	13,0	10,8	10,7
Mulheres	22,1	22,4	22,7	21,1	15,6	18,1	17,4
Desemprego	16,0	15,1	15,0	14,8	14,2	14,2	13,9
Homens	7,1	6,0	10,0	19,5	13,2	14,4	15,2
Mulheres	11,7	9,7	8,9	9,0	13,8	9,9	10,5
Sub-emprego	9,1	7,6	9,5	14,7	13,5	12,3	13,0

Fonte: INE

Gráfico 13 - Emprego criado por setor de atividade (%)



Fonte: INE

No período de 2003 a 2006, os postos de trabalhos criados nos sectores primários e secundários decresceram 10% e 23% respetivamente, sendo os sectores das pescas, agricultura, pecuária e silvicultura, e comércio a grosso e a retalho, os que mais contribuíram para este decrescimento (facto relacionado com a redução de investimentos ao longo dos anos verificados nestes sectores), enquanto que o sector terciário cresceu 14,2%. Este crescimento deveu-se principalmente aos sectores da Administração Pública e da Educação.

4.2.2. Evolução dos sectores de produção e do ambiente de negócios

S. Tomé e Príncipe é um país essencialmente agrícola, com mais de um terço da população a exercer a atividade na agricultura, pecuária e pesca, cujo rendimento não se revela suficiente para fazer face as necessidades básicas. A contribuição do sector agrícola no PIB é da ordem dos 17,2% e cerca de 26,2% da população ativa depende diretamente do sector.

Agricultura

Com o intuito de aumentar e diversificar a produção agrícola nacional, procedeu-se a distribuição de terras aos antigos trabalhadores agrícolas. Esta distribuição foi feita sem que fosse equacionado o acompanhamento técnico e financeiro necessário aos novos detentores de terra, que também não possuíam qualquer experiência de gestão de uma exploração agrícola, entre outros condicionalismos, que provocaram o abandono das terras e o êxodo da população do meio rural, afetando negativamente a produção agrícola nacional e, em particular, a segurança alimentar nacional.

Tabela 9 - Produção Agrícola (2000 - 2009 em toneladas)

Culturas	2000	2001	2002	2003	2006	2007	2008	2009
Cacau	2.883	3.652	3.462	3.820	1.900	2.800	1.900	2.800
Banana	26.000	27.020	28.620	29.050	31.648	32.000	31.648	30.744
Matabala	26.976	26.000	24.650	24.750	9.025	9.927	11.019	12.231
Café	12	22	25	28	30	26	30	23

Fonte: FAO

De acordo com os dados apresentados no quadro acima, em termos de culturas alimentares, a produção de banana aumentou de 26.000 t para 30.744 t entre 2000 a 2009 enquanto que a produção de matabala diminuiu de 26976 para 12231 t ou seja mais do que metade. Quanto a cultura de exportação, a produção de cacau, o principal produto de exportação, tem vindo a decrescer ao passo que o café aumentou de 12 para 23 t.

O subsector enfrenta vários constrangimentos e problemas: (i) falta de articulação e coordenação claras entre os diversos órgãos e atores envolvidos, para uma implementação coerente da política do sector (Carta de Política Agrícola); (ii) falta de leis, regulamentos e serviços eficazes para permitir a regulação das atividades agrícolas e florestais. (iii) inexistência de infraestruturas de apoio à agricultura; (v) ausência de crédito agrícola e de campanha.

A nível operacional, o Estado não tem serviços descentralizados e dotados de meios técnicos e rolantes necessários para assegurar o enquadramento dos camponeses. Do mesmo modo, o Estado não conseguiu levar a cabo ações duráveis no sentido de trazer o apoio técnico (formação e vulgarização), financeiro (crédito agrícola) ou em termos de infraestruturas de irrigação para o relançamento da agricultura.

Pecuária

A produção pecuária nacional é insuficiente para satisfazer a procura ou necessidades da população em consumo de proteína animal e obtenção de rendimento para melhorar o bem-estar ou qualidade de vida dos criadores e outros agentes económicos que se dedicam a sua exploração, comercialização e transformação. De acordo com as informações disponibilizadas pela Direção da Pecuária, a produção de carne cobre apenas cerca de 59 % das necessidades mínimas dos consumidores, ou seja de 10 Kg de carne/habitante/ano, segundo as normas da FAO.

Estima-se que existe cerca de 11.000 criadores de animais (10.000 em S. Tomé e 1.000 no Príncipe), sendo a grande maioria criadores de aves de capoeira. A produção pecuária contribui atualmente com 4,2% do PIB nacional. Esta atividade é essencialmente assegurada pelo sector privado, com uma manifesta representação no sector de exploração familiar.

Tabela 10 - Evolução dos efetivos pecuários nacionais e da produção interna de carne (2005-2010)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
EFECTIVOS (CABEÇAS)						
Bovinos	834	857	867	870	950	884
Caprinos	24.506	25.100	25.477	25.589	25.686	25.758
Ovinos	2.249	2.361	2.442	2.542	2.621	2.418
Suínos	26.452	26.882	26.984	27.379	27.985	24.035

PRODUÇÃO INTERNA DE CARNE (TONELADAS)						
Bovino	6,2	10,4	6,1	5,9	6,4	6,1
Caprino	2,1	2,6	4,5	2,7	2,7	2,6
Ovino	0,41	0,48	1,6	1,1	1,4	1,5
Suínos	339	315	323,2	225,4	320	347

Fonte: Direção da Pecuária

O desenvolvimento sustentado da pecuária no país, associado à otimização no uso dos recursos existentes, poderá contribuir simultaneamente para aumentar significativamente a produção de proteína animal e, conseqüentemente, melhorar a dieta alimentar e também contribuir para a fixar a população no meio rural, reduzir a pobreza e aliviar o peso das importações.

Os principais constrangimentos e problemas que a pecuária enfrenta são:

1. Problemas sanitários (Higiene e manejo);
2. Reprodutores locais de baixa performance genética;
3. Ausência de unidades de transformação de matéria-prima local (coco, coconote, matabala e mandioca);
4. Deficiente funcionamento das infraestruturas de venda de produtos de origem animal, causando desmotivação ao cliente consumidor;
5. Legislação e regulamentos existentes inadequados;
6. Falta de conhecimento técnico e de gestão por parte dos criadores;
7. Falta de insumos para os animais;
8. Ausência de uma política de crédito para os criadores;
9. Falta de uma política coerente para a Direção da Pecuária.

Pescas

A pesca é a principal atividade das comunidades costeiras do país e constitui também um grande potencial para o desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe (STP). Joga papel importante na alimentação e na criação de emprego e rendimento das comunidades. No plano nacional, sempre deu uma cobertura nutricional nitidamente dominante em proteína animal. Mas existe uma série de lacunas que impedem o sector de contribuir de modo mais significativo para o desenvolvimento económico e social. Estas carências são sentidas a nível institucional e em toda a cadeia produtiva, incluindo a captura, processamento e comercialização de pescado.

O sub-sector caracteriza-se essencialmente pela pesca de subsistência, recorrendo a métodos artesanal e semi-industrial.

Conforme inquéritos levados a cabo ao nível sectorial, o número de pescadores artesanais ronda os 2500. Um número considerável de agricultores pratica a pesca como fonte de rendimentos

secundários, quando não há outras alternativas, e cerca de 16.000 a 20.000 pessoas vivem diretamente da pesca.

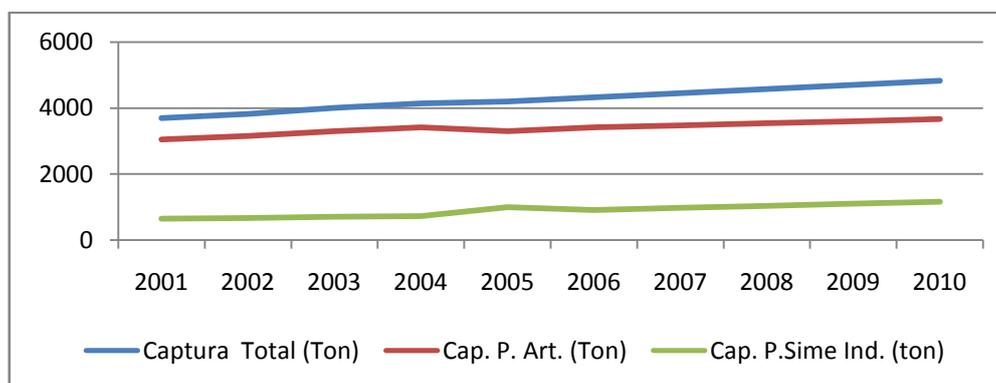
Ainda no âmbito da pesca artesanal, há cerca de 2000 palaiês (mulheres que se dedicam a comercialização de pescado) e o número de pirogas está estimado em 1500. (Quadro 11)

Tabela 11 - Nº de embarcações e capturas (2005-2007)

Descrição	2005	2007
Nº de pescadores	2200	2500
Nº de palaiês		2000
Nº de embarcações artesanais	1610	1500
Capturas da pesca artesanal	4197	4000

Fonte: FAO

Gráfico 14 - Captura de pesca artesanal e semi - industrial em S.T.P, 2001-2010



Fonte: DGAP

Para além disso, o país concede licenças de pesca a cerca de 70 navios estrangeiros anualmente, nomeadamente da União Europeia e do Japão.

Atualmente contribui com 4,7% para o PIB nacional e emprega cerca de 15 % da população ativa. A organização de mercado interno de pescado é bastante deficiente, devido principalmente à falta de estruturas adequadas para a venda de pescado e fraco nível de escolaridade dos operadores. Paralelamente, a produtividade das unidades de pesca mostra nitidamente a tendência de baixar, afetando a rentabilidade de todos os segmentos da fileira, particularmente as atividades de pesca artesanal e de comercialização.

S. Tomé e Príncipe tem um potencial estimado em 12 000 toneladas por ano (9.000 t à volta de Príncipe, 3 000 à volta de São Tomé). Contudo, o país explora apenas a franja costeira da sua Zona Económica Exclusiva (ZEE), sendo que, um potencial relativamente importante permanece sub-explorado. Este potencial sub-explorado representa uma perspetiva importante de crescimento ao nível da pesca artesanal e semi-industrial, cujas capturas poderiam

praticamente duplicar em relação ao seu nível atual, contribuindo assim, para a melhoria do abastecimento do mercado interno, do rendimento nacional, particularmente da população que vive da atividade pesqueira. Para isso, o sector necessita de investimentos adequados (infraestruturas de desembarque, embarcações, etc.), recursos humanos qualificados, recursos financeiros suficientes, serviços de base de qualidade e suficientes.

Os principais constrangimentos e problemas do subsector são:

1. Falta de ponte de desembarque ou porto pesqueiro;
2. Falta de equipamentos, materiais e apetrechos de pesca;
3. Inexistência de crédito à pesca;
4. Falta de capacidade para controlo e fiscalização nas águas marítimas santomenses;
5. Indisponibilidade de dados estatísticos de pesca atualizados;
6. Ausência de controlo de qualidade de produtos da pesca;
7. Sobre-exploração de zonas de pesca mais próximas da costa;
8. Frota de pesca artesanal e semi-industrial obsoleta e mal equipada.

Floresta

Os recursos florestais podem contribuir significativamente para o desenvolvimento económico do País. A madeira é o principal material de construção e maior combustível doméstico e a sua comercialização nos últimos anos cresceu tanto que tornou uma autêntica atividade alternativa geradora de rendimento para um número cada vez maior de santomenses. Mas com a crescente valorização que conheceu principalmente os recursos lenhosos, a partir dos anos 90, essa atividade é infelizmente caracterizada por uma exploração desenfreada e ilegal, integralmente informal. Como consequência, a zona dos cacauzais e cafezais (floresta de sombra) e florestas secundárias mais acessíveis aos exploradores acusa já uma rotura de stock de madeira, fazendo com que se assista atualmente a atos de abate de árvore e corte de arbustos, de forma invasiva, nas zonas florestais de reserva, situados nas montanhas, morros e vales íngremes, o que poderá provocar um desequilíbrio ecológico com consequências graves para todo sistema agrário nacional.

O número de árvores abatidas e conseqüentemente o seu volume aumentou, com maior ênfase no ano de 2003, como mostra o Quadro 12. Torna-se necessário inverter esta situação tendo em vista a proteção do ecossistema florestal e também dos recursos hídricos e das bacias hidrográficas, pois a desflorestação faz aumentar o caudal dos rios e acentuar as inundações, afetando comunidades costeiras localizadas na foz dos rios (como Ribeira Afonso, Santa Catarina).

Portanto, para que este subsector do sistema agrário nacional assuma a sua real função na vida económica nacional, é imprescindível racionalizar a exploração dos seus recursos, tanto lenhosos como não lenhosos para que essa atividade se torne sustentável.

Tabela 12 - Volume (metros cúbicos) de árvores abatidas, 2000 - 2003

Anos	Nº de árvores abatidas	Volume de árvores
2000	204	848,3
2001	439	2.380,63
2002	1.592	9.458,34
2003	1105	6.026,74

Fonte: Direção das Florestas

Os principais constrangimentos e problemas do subsector florestal são:

1. Abate indiscriminado de árvores de valor comercial;
2. Falta de capacidade de fiscalização e controlo;
3. Falta de inventário florestal;
4. Fraca capacidade institucional da Direção das Florestas;
5. Ausência de um Plano Nacional de Desenvolvimento Florestal;
6. Mercado de madeira completamente informal e adoptado;
7. A lei florestal não regulamentada.

Turismo

O turismo é a principal componente de exportação de serviços e, atualmente, a sua contribuição como fonte de divisas é superior à das exportações de produtos. No entanto, a contribuição do turismo no PIB mantém-se ainda deficiente, apesar das potencialidades naturais e da grande diversidade cultural do país.

Atualmente, o turismo representa apenas 4% do PIB e emprega um número muito baixo da população ativa.

A capacidade de oferta do sector em 2010 era de 517 quartos e 842 camas distribuídas por 30 estabelecimentos hoteleiros, tendo o número de turistas que visitou o país em 2010 sido de apenas 7936 pessoas, quando em 2005 tinha atingido o pico de 15.736 (de acordo com os dados da DTH). Em 2010, por exemplo, 45% dos turistas tiveram como mercado emissor a Europa, dos quais 35% - Portugal, 36% a África 9% as Américas e 10% a Ásia.

O objetivo do governo através do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Turismo (OMT/PNUD -2001) era de atingir 25.000 visitantes em 2010. Porém, por diversas razões esse objetivo não foi cumprido.

Portanto, enquanto não estiverem reunidas certas condições prévias, que têm a ver, por um lado, com a valorização do produto turístico e, por outro, com a redução dos custos de transportes aéreos, energia, telecomunicações e com a melhoria da qualidade de saneamento e boa prestação de serviços de saúde, S. Tomé e Príncipe terá poucas possibilidades de tirar proveito de todo potencial que tem.

Os constrangimentos e problemas do sector são:

- Legislação inadequada ou obsoleta
- Falta de uma escola profissional na área turismo e hotelaria para formação e capacitação de Recursos Humanos existentes no país;
- Falta de incentivos que estimulem o investimento no sector turístico;
- Necessidade da criação de infraestruturas básicas (estrada, água e energia elétrica e telecomunicações) nas zonas de construção de unidades hoteleiras e não só;
- Fraca animação/diversão turística (pouca diversão noturna, falta de teatro, cinema);
- Taxa elevada praticada pelas empresas ENASA e INAC que influenciam no preço dos bilhetes praticados pelas companhias aéreas.
- Pouca ligação aérea e marítima com o exterior, quer ao nível regional, como continental, assim como com a Europa e outros continentes.

Principais indicadores do sector de turismo

Tabela 13 - Entrada de turistas e excursionistas, 2000 -2010

Estações do ano	Números de turistas e excursionistas							
	2002	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Estação de chuva	3760	5735	8901	6556	4042	5840	5125	5148
Estação seca	700	1031	1329	704	2223	3584	3062	1956
Total	5757	10792	15746	12266	7601	9424	8187	7104

Fonte: DGT

Comércio

O comércio detém uma grande importância na economia nacional e representa cerca de 28% do PIB, mas a sua total desorganização, a desatualização da legislação em vigor, a inexistência de mecanismos que garantam a defesa do consumidor, a descapitalização contínua dos comerciantes, a concorrência desleal praticada no sector, o fraco poder de compra das populações, a dificuldade na implementação de acordos assinados com os países amigos e vizinhos no domínio da exportação dos produtos nacionais, o custo elevado dos transportes, são, dentre outros, os fatores que têm dificultado o seu desenvolvimento. Por isso, esforços deverão

ser envidados no sentido de se eliminar os atuais constrangimentos que afetam o desenvolvimento do sector.

Indústria

O sector industrial da economia de STP é bastante incipiente, constituindo apenas 6,2% do PIB, em 2010. O processo industrial tendo estagnado e mesmo regredido, as indústrias existentes são pouco significativas e, sobretudo, de produção irregular (sabão, cerveja, panificação,). Encontram-se numa situação de grande dependência externa, tanto no que respeita ao fornecimento de tecnologia como ao abastecimento de equipamentos e insumos e, por conseguinte, de divisas para suportar tais custos. Associado a tudo isto regista-se ainda a insuficiência ou mesmo ausência de recursos humanos qualificados para garantir o seu adequado funcionamento.

Infraestruturas de transporte e comunicação

As infraestruturas económicas de base, (infraestruturas de transporte e comunicação, água e energia) necessárias para desenvolver o sector privado e estimular o crescimento ainda não correspondem às atuais necessidades.

Transporte rodoviário: A RDSTP beneficia de uma rede de estradas da ordem dos 1180 km, dos quais 250 asfaltados. Contudo, as infraestruturas rodoviárias sofrem de uma insuficiência crónica de manutenção. O estado das estradas, sobretudo as de terra batida, continua a ser um dos constrangimentos à competitividade económica e à qualidade de vida dos que habitam no meio rural.

Transporte marítimo: O país está dotado de quatro portos marítimos, três deles em S. Tomé e o quarto na cidade de Santo António, na ilha do Príncipe. O Porto de Ana Chaves em São Tomé, para além da baixa produtividade dos seus equipamentos, associado à sua obsolescência, é muito pouco profundo (a profundidade atinge um pouco mais de 3 m em maré alta), o que o torna inadequado para navios internacionais. Com estas restrições, a maioria dos serviços de frete vê-se obrigado a carregar e descarregar fora do porto, em barcaças que asseguram o transporte entre o navio ancorado e o porto. Isto força os navios a um longo tempo de espera (normalmente 5 a 8 dias) e aumenta o risco de danos nos contentores e extravios das cargas. Subsequentemente, os preços dos seguros sobe e os custos de transporte tornam-se mais elevados. O Porto do Príncipe não possui condições para acomodar navios de calado superior a 1,7m (o que exclui a maioria dos navios) e está mal equipado. A situação atual do porto de Príncipe é incompatível com qualquer desenvolvimento sério na Região.

Transporte aéreo: S. Tomé e Príncipe dispõe de dois aeroportos, sendo um em São Tomé e outro na Ilha de Príncipe. A gestão dos aeroportos é assegurada por uma empresa pública – a ENASA.

O Aeroporto Internacional de S. Tomé carece de reabilitação urgente, não responde a normas internacionais de segurança e qualidade, o que limita o número de voos internacionais e agrava ainda mais os custos de insularidade ligada à distância e à descontinuidade do território.

As ligações aéreas limitam-se a 8 voos semanais com o continente (Abidjan, Libreville e Luanda, Lomé, Cabo-Verde) e dois voos por semana para a Europa (Lisboa).

Energia

A Empresa Nacional de Água e Energia (EMAE) dispõe duma rede de 27.000 clientes. Cerca de 90% da população têm acesso a 15 megawatts de eletricidade produzida. Durante o período 2003-2010, a energia recebeu em média apenas 3,8% do investimento total do Programa de Investimento Público (PIP).

Em termos de infraestrutura de energia, o país enfrenta enormes problemas, o que constitui um dos entraves ao desenvolvimento do sector empresarial/privado. Muitos empresários são obrigados a recorrer a geradores elétricos, com custos económicos que isto acarreta, fazendo aumentar assim o custo de investimento e de exploração.

O sector de energia enfrenta dificuldades de várias ordens: produção muito aquém da real capacidade instalada, perdas frequentes na rede de distribuição, aproximadamente 40%, devido a obsolescência das redes, inexistência de capacidade de armazenagem, inexistência de grupos de emergência, limitada capacidade instalada, elevado custo de produção elétrica (condicionada pela elevada dependência da importação de combustível para a produção de eletricidade), caducidade de vida técnica – económica dos geradores.

Ambiente de negócios

S. Tomé e Príncipe simplificou os procedimentos para a abertura de empresas através da criação do balcão de atendimento único.

Os índices publicados pelo Doing Business do ano 2012 indicam uma evolução positiva do ambiente de negócios de STP que passou da posição de 174 em 2010 para 163 em 2011, como resultado da implementação de medidas que conduziram à melhoria do ambiente de negócios e redução do custo de investimento no país. Estas medidas vieram facilitar o expediente para a criação de empresas, obtenção de licenças, recrutamento de trabalhadores, registo de propriedade, obtenção de crédito, proteção dos investidores, pagamento das taxas, condução das atividades comerciais transfronteiriças, aplicação dos contratos e encerramento de empresas.

Tabela 14 - Classificação de S.T.P. na avaliação a nível do clima de negócios

Facilidades	Classificação em 2012	Classificação em 2011	Classificação em 2010	Classificação em 2009	Classificação em 2008	Varição 2008/2001
Fazer Negócios	163	178	180	176	163	-15
Abertura de empresas	105	177	140	136	126	-51
Obtenção de alvarás para construção	134	113	116	113	113	0
Recrutamento de empregados	Nd	Nd	180	179	176	
Registo de propriedade	160	161	156	151	146	-15
Obtenção de crédito	177	176	167	163	115	-61
Protecção dos investimentos	155	154	154	150	122	-32
Pagar as taxas /impostos	113	135	160	151	153	+18
Comércio internacional	94	92	90	88	91	-1
Cumprimento de contratos	179	179	179	171	115	-64
Encerramento de empresas	159	183	183	181	178	-5

Fonte: Doing Business 2008 a 2012

Apesar de melhoria registada no clima de negócios, ainda persistem desafios para o desenvolvimento de um sector privado dinâmico e competitivo. As instituições são fracas, sofrendo de deficit de recursos humanos qualificados, má gestão e corrupção.

Num contexto, em que os países estão em constante competição para estabelecer incentivos mais atraentes para as empresas e investidores, STP precisa rever e implementar reformas e concentrar os esforços num conjunto de sectores e atividades nos quais o país tem melhores possibilidades de ser competitivo, transformando-os em pólos de atração de capitais privados, quer nacional, quer estrangeiro.

4.3. Sectores sociais, pobreza e objetivos do milénio

4.3.1. Performance dos sectores sociais básicos

Educação

A educação é uma área-chave que STP tem de melhorar para que possa desenvolver uma economia mais inovadora e apoiada no conhecimento. Desde a independência, e sobretudo nos últimos anos, esforços têm sido feitos para uma melhoria em termos quantitativos. As taxas de matrícula e de conclusão da educação primária aumentaram mais rapidamente do que se previa originalmente. No entanto, a qualidade da educação primária continua a ser preocupante e tem prejudicado os esforços para fazer crescer a frequência na educação secundária e prosseguir nos níveis mais elevados. Esse facto constitui um obstáculo ao desenvolvimento, pois serão exigidos trabalhadores qualificados, num número de áreas cada vez maior, particularmente no sector dos serviços, como os financeiros e de turismo.

A baixa qualidade do ensino tem a ver com fatores como a insuficiente formação e qualificação profissional do pessoal docente, a ausência de carreira profissional e baixo nível motivacional e salarial, o tempo limitado de estudo, a falta de manuais, laboratórios e demais materiais de aprendizagem, associado a um sistema de turnos triplos e a sobrelotação das turmas.

Apesar de estar institucionalizado na lei de bases o ensino secundário até a 12^a classe, ainda não foi implementada de forma generalizada no sistema público.

Ensino pré-escolar: No ensino pré-escolar, verifica-se que este nível ainda está pouco desenvolvido, com uma taxa de admissão na ordem dos 29%, ou seja, menos de 1/3 das crianças santomenses ingressam neste nível de ensino. A frequência das crianças neste nível de ensino reflete no desenvolvimento das capacidades cognitivas das crianças e no aumento das probabilidades de sucesso no Ensino Básico.

Ensino básico: Embora tenha sido implementada uma reforma curricular que veio permitir alargar a escolaridade básica e obrigatória até 6.^a classe, o sistema não é capaz de proporcionar um ensino básico de qualidade, por falta de materiais de aprendizagem, tais como manuais, laboratórios e outros materiais didáticos, de escolas e de professores suficientemente habilitados.

Ainda assim, algum progresso tem sido registado, a taxa de repetência no Ensino Básico caiu para 12% em 2010/2011, quando em 2007 ela era de 26,3%, uma redução de mais de 100%, portanto. O desafio de reduzir a taxa de repetência a um dígito ainda perdura, embora o país esteja muito mais perto deste objetivo.

Tabela 15 - Indicadores de eficácia do ensino básico (2007/2008)

Indicadores	Ensino básico		Ensino secundário				
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª
Taxa de promoção	83%	61%	50,8	49,7	32,7	60,2	
Taxa de repetência	11%	26%	32,9	38,3	43,1	16,7	47,4
Taxa de abandono	5%	13%	16,2	12	24,2	23,1	
% de agentes docentes c/formação específica	47,1%	34,6%					
% de agentes docentes s/formação específica	52,9%	65,4%					
% de turmas em regime triplo	9,4%	-----					

Fonte: Departamento de estatísticas do MEC.

Ensino secundário: A situação é ainda mais crítica no ensino secundário. Nesse subsistema, cerca de 86% dos jovens com idade relevante inscrevem-se na 7ª classe, mas apenas 16,8% deste grupo sobrevivem até ao fim do ciclo do secundário. A insuficiência e a localização de escolas do ensino secundário estão na origem desta situação. Estão todas situadas nas capitais distritais, o que obriga os alunos a longas caminhadas à procura da escola. No Ensino Secundário as taxas de abandono e de repetência são respetivamente de 24% e 20% e as de conclusão e de sobrevivência são de apenas 11,3% e 15,2%, respetivamente (em todo o ciclo).

O corpo docente neste nível de ensino é caracterizado por uma fraca qualificação, pois, apenas 39,5% (média de todos os ciclos) dos professores possuem uma formação adequada e 100% dos professores com idade inferior aos 24 anos, não possuem formação específica para leccionar.

Ensino técnico-profissional: O ensino Técnico Profissional constitui um dos sectores menos desenvolvidos e com pouca relevância social, a política de formação profissional deve estar articulada de forma clara com os objetivos de desenvolvimento do país, particularmente nas áreas de desenvolvimento estratégico e estar orientada para o empreendedorismo e promoção de autoemprego e de criação de pequenas iniciativas económicas.

O ensino técnico profissional caracteriza-se pela pouca diversidade das áreas de formação. As instalações do Centro Politécnico possuem pouca capacidade de acolhimento, com apenas 4 oficinas ateliêrs e 4 salas de aula. O Centro Profissional de Budo-Budo defronta-se com limitações em termos de estrutura física para atender o elevado número de demanda de formação, conjugado com constrangimentos de ordem financeira. Os estudantes mostraram

pouco interesse em se matricularem na formação profissional devido à má apresentação que dela é feita e à baixa reputação do trabalho técnico e manual.

Neste âmbito é imprescindível descentralizar os centros de formação profissional e dos ensinamentos profissionalizantes de forma cautelosa e em concordância com as oportunidades que o mercado de trabalho oferece, (conhecimentos técnicos para construção, agricultura e pesca, ou turismo.), proporcionando o acesso a todos os tipos de meios – saber ativos, direitos e contactos que possibilitem ultrapassar as eventuais situações de vulnerabilidade.

Ensino superior: A formação superior de quadros são-tomenses tem sido feita predominantemente no estrangeiro através do sistema de atribuição de bolsas, oferecidas pela cooperação internacional e pelo Estado santomense.

Por outro lado, o país também já dispõe de algumas instituições de ensino superior (ISP, Universidade Lusíada de STP e IUCAI, estas duas, de natureza privada). Tanto a oferta como a procura são ainda limitadas, não só pela número limitado de formações na área tecnológica, mas, sobretudo, pelos custos das propinas que desencorajam os jovens a frequentarem esses estabelecimentos de ensino privado.

Saúde

A prestação de cuidados de saúde melhorou também substancialmente, sobretudo na área dos cuidados de saúde materna e infantil. A mortalidade materna também caiu acentuadamente, em grande parte devido ao aumento da proporção de partos assistidos por profissionais qualificados. STP reduziu a incidência da malária em crianças com menos de cinco anos, devido ao uso de mosquiteiros impregnados e ao tratamento dos casos de doença. A mortalidade devida à malária caiu para perto de zero em 2009. A prevalência do VIH entre grávidas caiu de 5,4 por cento em 2006 para 1,5 por cento em 2009.

O sistema nacional de saúde de S. Tomé e Príncipe vem-se confrontando, porém, com alguns problemas que impedem o cumprimento eficaz da sua missão de promover a saúde pública e o bem-estar físico e mental das populações e garantir cuidados de saúde a todo o santomense. O sector de saúde caracteriza-se por uma insuficiência de infraestruturas sanitárias, baixa qualidade dos serviços prestados, recursos humanos insuficientes, mal repartidos pelo país e pouco motivados, e insuficiência de especialistas em diferentes domínios. O acesso aos cuidados de saúde é, por outro lado, muito desigual segundo as regiões.

A cobertura da população em estruturas de saúde de base – centros de saúde e postos sanitários – é relativamente satisfatória em termos de infraestruturas físicas.

O nível de cobertura em pessoal médico também não é mau, considerando a região onde se situa o país. Existe, aproximadamente, 1 médico por 3000 habitantes (quando considerado apenas os nacionais, tendo em conta a presença de alguns médicos e especialistas estrangeiros), um

enfermeiro para cada 900 habitantes, uma parteira para cada 168 mulheres grávidas. Entretanto, a sua distribuição pelo País não é equitativamente feita. Por outro lado, importa referir que, por causa das pobres condições de trabalho, da insuficiente disponibilidade de medicamentos, da ausência de incentivos e de salários extremamente baixos, entre outras, de forma geral a motivação do pessoal para o trabalho do pessoal é fraca.

O perfil epidemiológico de S. Tomé e Príncipe continua dominado por um conjunto de doenças preveníveis, como as doenças respiratórias agudas, as doenças diarreicas e o paludismo, e as transmissíveis ou ligadas ao meio ambiente e aos hábitos e comportamentos das populações, que constituem as causas principais de morbilidade e mortalidade.

Tabela 16 - Resumo de Indicadores Básicos do Bem-Estar: Saúde (%)

Serviço de saúde	Total	Margem de Erro	Rural	Urbano	Água Grande	Outro Urbano
Acesso	74,1	7,9	59,0	87,0	86,1	88,9
Necessidade	18,7	1,7	17,9	19,3	19,0	20,0
Utilização	14,9	1,4	14,7	15,1	14,6	16,1
Satisfação	68,6	5,0	68,5	68,7	69,1	67,9
Programa de controlo e acompanhamento	68,3	4,2	71,6	65,1	65,5	64,5
Assistência profissional durante o parto	85,1	2,0	68,4	90,7	0,0	0,0

Fonte: QUIBB-2005, INE São Tomé e Príncipe

De acordo com o QUIBB (2005) cerca de 74% dos agregados familiares têm acesso a serviços de saúde a 30 minutos ou menos de marcha se bem que se verifiquem ainda grandes disparidades entre zonas urbanas e rurais com 87% e 59% respetivamente. No que se refere a saúde materno-infantil, 68% das mulheres grávidas reportam terem sido assistidas pelo programa de controlo e acompanhamento (65% meio urbano e 72% meio rural) e 85% das parturientes reportam terem sido assistidas no parto.

O paludismo, até recentemente o principal problema de saúde pública no país, encontra-se controlado graças à intervenção da cooperação internacional, tendo-se registado 11 mortes em 2008, o que constitui uma redução muito significativa em relação às 193 registadas em 2003.

Tabela 17 - Taxa de mortalidade infantil e taxa de mortalidade materna

	1991	1995	1999	2002	2006	2008
Mortalidade infantil (MI), por 1000 nados vivos	60,8	89,1	63,1	60,8	43	
Taxa de mortalidade materna, por 100 mil nados vivos	101,6	100,2	289	151,3	75,7	151,4

Fonte: RODM, 2008

De acordo com dados do 2º relatório nacional dos Objetivos do Milénio para o Desenvolvimento (2008), a taxa de mortalidade infantil baixou de 61/1000 nascidos vivos em 1991 para 43/1000 em 2006. A taxa de mortalidade materna é ainda elevada, 151,4 por 100 mil nascidos vivos em 2006, superior à verificada em 1991, quando era de 101,6 por 100 mil nados vivos.

VIH/SIDA

O primeiro caso de SIDA em S. Tomé e Príncipe foi notificado em 1990. Desde então verifica-se todos os anos um aumento regular do número cumulativo de casos notificados. A epidemia do HIV/SIDA, para além de ser um evidente e grave problema de saúde pública, afeta diretamente o desenvolvimento social e económico das nações tornando-se num problema de segurança nacional. O SIDA influencia negativamente a vontade dos investidores, particularmente do sector empresarial, de investirem no desenvolvimento de países altamente infetados, por saberem que a epidemia afeta particularmente a população em idade produtiva. A prevalência do HIV/sida ronda a volta de 1% na população em geral, e São Tomé e Príncipe tem uma epidemia HIV do tipo generalizado⁵. A fim de fazer face à epidemia, o Governo elaborou um Plano Estratégico Nacional de Luta contra a SIDA, cujo os objetivos são (i) reduzir o risco da infeção pelo HIV/sida; (II) reduzir a vulnerabilidade à infeção; (III) reduzir o impacto da infeção.

Segundo os resultados do Inquérito Demográfico Sanitário (IDS), a prevalência da infeção do HIV/sida na população de 15-49 anos é de 1,5%, sendo 1,3% nas mulheres e 1,7% nos homens do mesmo grupo etário. Resulta destas duas taxas, um rácio de infeção entre as mulheres e os homens de 0,77 ou seja existe 77 mulheres infetadas para 100 homens infetados.

No que se refere às regiões, nota-se igualmente diferenças. A região do Príncipe e o norte de São Tomé caracterizam-se pelos níveis mais elevados de prevalência (respetivamente 2,2% e 2,0%). O nível de prevalência mais baixo é encontra-se no sul de S. Tomé (1%).

Água e Saneamento

Água: Embora São Tomé e Príncipe possua um elevado potencial hídrico, composto de mais de 50 cursos de água, a sua qualidade é preocupante. Os recursos hídricos estão distribuídos de

⁵ IDS; 2008-2009

forma desigual, o que expõe determinadas regiões à penúria de água, sendo que mais de 60% dos cursos de água situam-se nas zonas Sul e Sudoeste das ilhas. Estima-se que apenas 4% do volume total de água existente são utilizados.

Uma grande parte da população, fundamentalmente nas zonas rurais, continua sem acesso à água potável e utiliza a água do rio ou recorre a fontes existentes sem qualquer proteção e controlo. Foram identificadas como principais causas para a deficiente qualidade da água por ordem de importância as seguintes: sistemas inadequados e degradados, vandalismo e falta de sensibilização, falta de apoio do governo e investimento insuficiente, deficiente gestão dos recursos hídricos.

Tabela 18 - Taxa de acesso à água potável (2001-2006)

Acesso	Meio urbano/rural	2001 (em %)	2006 (em %)
Água potável	Urbano	29	57,2
	Rural	6,4	12
Total	Água potável	19	38

Fonte: QUIBB, 2005

De acordo com o QUIBB 2005, 96,8 % da população tem acesso à água e 88,7% tem acesso à água canalizada. Todavia, o acesso seguro à água potável é ainda muito mais baixo. Com efeito a cobertura em 2001 era de 19% tendo atingido os 38% em 2006. No meio rural e semiurbano, a taxa de acesso à água potável passou de 6,4% para 12,6% entre 2001 e 2006, enquanto que no meio urbano a cobertura variou em média de 29% em 2001 para 5,7% em 2006.

Saneamento: A situação em matéria de saneamento é muito mais crítica do que relativamente ao abastecimento de água. O país confronta-se com problemas de drenagem das águas pluviais e da evacuação dos lixos, especialmente nas zonas urbanas. Essa situação contribui para a difusão de doenças infecciosas e parasitárias. O inquérito sobre o bem-estar das famílias santomenses, realizado em 2005, revelou que três quartos da população não dispunham de um sistema adequado de evacuação de excrementos. Apesar dos investimentos realizados em matéria de proteção das fontes e de construção de latrinas, é provável que a situação se tenha degradado desde então, tendo em conta o ritmo elevado de crescimento demográfico e a crescente concentração da população nas zonas limítrofes das cidades. Foram identificados como principais causas de deficiente saneamento básico: fraca sensibilização das comunidades, insuficiente campanha de Informação, Educação e Comunicação (IEC), ausência e insuficiência

de infraestruturas de saneamento, fracos recursos financeiros, pouca disponibilidade de água, casas com estruturas que inviabilizam a instalação de latrinas e falta de manutenção.

Tabela 19 - Cobertura em água potável e do saneamento do meio (2001 e 2006)

Acesso	Meio urbano/rural	2001 (em %)	2006 (em %)
Saneamento	Urbano	20,8	39,1
	Rural	10,2	19,2
	Saneamento meio	16	30

Fonte: Relatório de custeamento OMD

A taxa de cobertura nacional em infraestruturas de saneamento era de 16% em 2001, passando a 30% em 2006 com variações segundo o meio urbano ou rural. Em 2006, no meio rural apenas 19,2% da população tinham acesso a um sistema de saneamento contra 10,2% em 2001. No meio urbano, em 2001 tinham acesso a um sistema de saneamento 20,8% dos habitantes, tendo aumentado essa cobertura para 39,1 em 2006.

Habitação

O problema habitacional relaciona-se com uma multiplicidade de carências que estão na base da degradação do parque habitacional existente. O desmantelamento das antigas empresas agrícolas, associado à falta de emprego, deficiente acesso aos serviços básicos e condições de habitabilidade condignas fizeram com que as populações se dirigissem aos centros urbanos em busca de melhores condições de vida, nomeadamente habitação condigna e emprego.

Estes movimentos populacionais vieram gerar uma maior procura de infraestruturas sociais, em particular as habitacionais.

4.3.2. Sectores transversais

População e desenvolvimento

Um elemento fundamental a ser tomado em conta nesta estratégia para a redução da pobreza é a evolução do efetivo da população, considerando o seu impacto ao nível da projeção das infraestruturas, do acesso aos serviços sociais de base, da criação de emprego, da gestão dos recursos naturais, entre outros. Segundo as projeções mais recentes, a população é de cerca de 160.000 habitantes e cresce a uma taxa média de 2,0% por ano.

A política nacional de população definida compreende uma abordagem de desenvolvimento que tenha em conta os fatores, económicos, sociais, culturais, ambientais e demográficos.

Segurança e proteção social

O sistema de segurança e proteção social apresenta no contexto actual diversas dificuldades que impedem o desenvolvimento alargado de acções no cumprimento das suas obrigações, o que pode por em causa o próprio sistema.

Embora a Segurança Social em São Tomé e Príncipe se baseie em princípios de igualdade social, ainda não constitui um forte instrumento de política social, com serviços e dinâmica que permitam abarcar as necessidades de segurança social dos cidadãos, compatíveis com os esforços despendidos para o cumprimento das obrigações de contribuição da qual deverão ser beneficiários. Trata-se tão-somente de uma estratégia para o cumprimento dos direitos sociais, sem o significado político e jurídico, no que concerne ao pleno exercício dos direitos sociais.

Juventude e desporto

Juventude: O Instituto Nacional da Juventude, instituição pública vocacionada para lidar com instrumentos de política que propiciem oportunidades de integração e desenvolvimento aos jovens, defronta-se com inúmeras limitações que condicionam o seu desempenho, nomeadamente: (i) fraqueza do quadro legal e regulamentar da estrutura operacional do Instituto da Juventude (IJ); (ii) insuficiência de meios financeiros e logísticos; (iii) dificuldades em matéria de coordenação e garantia de sustentabilidade das ações e projetos já desenvolvidos; (iv) falta de espaço próprio.

Desporto: A situação do desporto nacional é desoladora e reflete o quadro de carências do próprio país expressas em:

- Deficiente institucionalização do desporto
- Falta de recursos humanos, material e financeiro
- Carência e exiguidade do parque de instalações desportivas.

O sucesso do desporto só será possível, se houver uma política de desenvolvimento nacional clara e sustentada, refletindo de facto o que se pretende para o desporto nacional. Este sucesso dependerá do divórcio com a letargia e o empirismo do passado, cedendo lugar a um desporto do presente e do futuro em que a projeção e a planificação a longo termo, baseado num projeto de desenvolvimento sustentado devam constituir a nota dominante.

Género

A análise da situação do género no país pôs a descoberto as desigualdades de género que afetam de maneira diferente os homens e as mulheres, apesar das garantias constitucionais e das demais Legislações.

Constatou-se que as mulheres e os homens não gozam do mesmo estatuto na sociedade e a predominância do homem sobre a mulher é socialmente aceitável. No plano económico, as mulheres são ativas em vários sectores, mas elas não têm a mesma oportunidade que os homens

de disporem de meios de produção e de recursos financeiros necessários, para as suas atividades. Suportam mais o fardo da pobreza e são, mais do que os homens, vítimas de violência. Participam menos na vida política e são sub-representadas nas instâncias de decisão. A taxa de representatividade parlamentar entre homens e mulheres está muito aquém do desejado para que haja equidade. Desde a implementação da democracia o número de mulheres deputadas em cada legislatura ficou muito aquém dos 35% de lugares garantidos na legislação. Atualmente, dos 55 deputados eleitos apenas 10 são mulheres.

As igualdades entre homens e mulheres determinam em grande medida o sucesso da estratégia de redução da pobreza. As causas da pobreza afetam de maneira diferente os homens e as mulheres. As desigualdades entre os sexos em São Tomé e Príncipe são relevantes e constituem uma das causas fundamentais da pobreza. Por isso a estratégia de redução da pobreza põe um acento tónico na abordagem género na elaboração, programação e implementação de diferentes políticas públicas de forma a travar as desigualdades sociais e de género no país.

Integrar o género no desenvolvimento consiste em tomar em consideração as preocupações e experiências das mulheres assim como as dos homens, na elaboração, implementação, seguimento e avaliação das políticas e programas nos domínios político, económico e social. O objetivo visado é fazer com que as mulheres e os homens possam participar conjuntamente no processo de planificação e de decisão e beneficiar igualmente dos frutos do desenvolvimento.

Meio Ambiente

A ameaça por diversos fenómenos naturais, tais como a vulnerabilidade às mudanças climáticas, a diminuição das chuvas e a conseqüente diminuição dos caudais dos rios, geram situações de risco que podem por em causa os esforços desenvolvidos para a melhoria das condições de vida dos cidadãos. A erosão costeira e as inundações também fazem parte dos problemas que preocupam São Tomé e Príncipe, devido a falta de barreiras de proteção, diques e muros de contenção destes fenómenos.

Foram identificados os seguintes problemas ambientais:

- Perda da biodiversidade;
- Poluição dos rios, ribeiras e nascentes por produtos químicos;
- Aumento da erosão costeira;
- Expansão desordenada das áreas urbanas;
- Falta de adesão à ratificação das convenções internacionais no domínio do ambiente;
- Desflorestação;
- Utilização de áreas com potencial agrícola para outros fins, e a conseqüente degradação dos solos.

4.4. Tendências relativas ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Os desafios que o país enfrenta põem em evidência que São Tomé e Príncipe deve continuar a fazer esforços no sentido dos Objetivos de Desenvolvimento Milênio. No entanto, um conjunto de metas e de objetivos não serão atingidos no horizonte 2015 mesmo que esforços excepcionais sejam efetuados. Onze anos após a Declaração do Milênio, foram alcançados alguns progressos em direção às metas fixadas em alguns domínios, embora tenham sido lentos. As dificuldades foram sobretudo de ordem financeira. Esta situação tem a ver com o nível do crescimento económico, assim como com a qualidade da governação, sobretudo económica, o que tem contribuído para retardar o processo de redução dos níveis da pobreza.

De acordo com as tendências atuais nos diversos indicadores que compõem os oito OMD, São Tomé e Príncipe não estará em condições de poder alcançar todos os OMD em 2015. O desenvolvimento atual permite aferir que, apesar dos progressos importantes na educação e na saúde, muito ainda resta por fazer nos domínios da igualdade e da equidade de género, autonomização das mulheres, estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento com a aplicação efetiva da Declaração de Paris e, principalmente, no combate para a redução da pobreza.

Tabela 20 - Objetivos do Milénio em São Tomé e Príncipe

	Indicadores	1990	1994/1995	2000/2001	2009	2015	Probabilidade de alcance em 2015	Grau de engajamento
OMD1. Erradicar a extrema pobreza e a fome								
Meta 1.A: ind.1.1	Incidência da pobreza	33	39	53,8	0	18	Fraco	Fraco
Meta 1.A: Ind. 1.3	Proporção de rendimento detido por 20% dos mais pobres	0	0	5,2	0			
Meta 1B: Ind. 1.5	Rácio emprego para a população +15 anos, total(%)	0	0	27,7	30,1			
	Taxa de emprego da população de 15- 24 anos	0	0		0			
Meta 1.B: Ind. 1.7	Emprego vulnerável em % do emprego total	27			0			
Meta 1.C: Ind. 1.8	Prevalência de malnutrição (peso por idade ao nível de crianças menores de cinco anos)	0	0	10,1	0			
Meta 1.C: Ind. 1.9	Prevalência de malnutrição em % da população	15	15	8	0			
OMD2. Alcançar o ensino primário universal								
Meta 2A: Ind. 2.1	Taxa líquida de escolarização de 1ª à 4ª classe(%)	0	0	69	98	100	Provável	Forte
Meta 2A: Ind. 2.2	Proporção de crianças que alcançam a 5ª classe	55	0	55		100		
Meta 2A: Ind. 2.3	Taxa de alfabetização de 15.24 anos(%)	94	0	94	95,4	100		
	Taxa de alfabetização de mais de 25anos (%)	73	0	83	88	100		
OMD3. Promover a igualdade entre sexos e a autonomização das mulheres								
Meta 3A: Ind. 3.1	Rácio Raparigas /rapazes no ensino primário					101	Fraco	Razoável
Meta 3A: Ind. 3.1	Rácio Raparigas /rapazes no ensino secundário					112		
Meta 3A: Ind. 3.1	Rácio raparigas /rapazes no ensino superior					93		
Meta 3A: Ind. 3.2	Percentagem de mulheres assalariadas no sector não agrícola sobre o total da população activa(%)	32,1		22	46,1			
Meta 3A: Ind. 3.3	Proporção de mulheres deputadas	12/55	7/55	9/55	7/55	17/55		
OMD4. Reduzir a mortalidade de crianças de menos de 5 anos								
Meta 4A: Ind. 4.1	Taxa de mortalidade de crianças de menos de 5anos (1000)	120	138	101	63	40	Provável	Forte
Meta 4A: Ind. 4.2	Taxa de mortalidade infantil(1000)	89		61	38	20,3		
Meta 4A: Ind. 4.3	Proporção de crianças de 1 ano vacinada contra o sarampo	69		70	84	99		
OMD5. Melhorar a saúde materna								
Meta 5A: Ind. 5.1	Taxa de mortalidade materna (100.000)	69	224	189	94	17		
Meta 5A: Ind. 5.2	Parto assistido por pessoal qualificado(% do total)			79	82			
	Taxa de prevalência de contraceptivos (mulheres 15-49 anos)			29	34			
Meta 5A: Ind. 5.3	Uso de contraceptivo (% de mulheres em idade 15-49)			29	34			
Meta 5B: Ind. 5.4	Taxa de fertilidade na adolescência (nº partos por mulheres ages 15-19)			87	93			
Meta 5B: Ind. 5.5	Mulheres grávidas que recebem cuidados pré-natal(%)			91	98			
Meta 5B: Ind. 5.6	Necessidade não satisfeitas em materia de planificação familiar				37	95		
OMD6. Combater o HIV/SIDA, o paludismo e outras doenças								
	Taxa de mortalidade por paludismo(1000 hab)				0,14	0		
Meta 6C: Ind. 6.6	Taxa de incidência do paludismo (1000 hab)				20,4	4		
	Taxa de utilização de preservativos em raparigas com idade de 15-24 anos							
	Taxa de utilização de preservativos em rapazes com idade de 15-24 anos							
Meta 6C: Ind. 6.8	Crianças com paludismo e que recebem o tratamento anti-palúdico (% crianças menores de 5 anos)			61		100		
Meta 6C: Ind. 6.9	Incidência de tuberculose/100000hab	135	124	114	77			
	Tuberculosis case detection rate(all forms)	11	26	61	41			
	Taxa de prevalência do HIV/SIDA em mulheres grávidas de 15 à 24 anos(%)			1	0,7			
	Taxa de prevalência do HIV/SIDA , em homens (% 20-24 anos)							
	Prevalência do HIV/SIDA, total (% população15-49 anos)				1,50%			
OMD7. Garantir a sustentabilidade ambiental								
Meta 7A: Ind. 7.1	Cobertura Floresta(% da superfície total)	30	30	30	30	30	Potencial	Razoável
Meta 7A: Ind. 7.2	Emissão de CO2(kg por PPPSdo PIB)			0,6				
	Emissão do CO2(toneladas métricas/hab)	0,6	0,6	0,6				
Meta 7B: Ind. 7.6	Área terrestre protegida (% do total da superfície)	0			30	30		
Meta 7C: Ind. 7.8	Percentagem de população com acesso a agua canalizada			19	89			
Meta 7C: Ind. 7.9	Percentagem de residência que dispõem de fossa séptica ou com ligação ao esgoto(%)			16	26	58		
	Área marinha protegida(% da superfície total)	0						
OMD8. Criar uma parceria mundial para o desenvolvimento								
Meta 8D: Ind. 8.12	Serviço da dívida (PPG e somente do FMI , em % das exportações, excluindo as transferências do emigrantes)	29		22	10		Improvável	Fraca
Meta 8F: Ind. 8.14	Linhas telefónicas /100 hab	2	2	3	5			
Meta 8F: Ind. 8.15	Adesão ao telefone móvel /100 hab	0	0	0	31			
Meta 8F: Ind. 8.16	Acesso a internet/100 hab	0	0	4,6	15,5			
	Ajuda Pública líquida recebida per capita capita(US\$)	466	657	249	294			

5. Visão de médio prazo e objetivos estratégicos

5.1. Desafios e visão de médio prazo

S. Tomé e Príncipe é um pequeno país insular grandemente dependente da ajuda pública dos parceiros no quadro da cooperação bilateral e internacional para o desenvolvimento de ações prioritárias que visem a redução da pobreza e a criação de condições para o seu desenvolvimento. No entanto, conjugados os resultados do balanço da implementação da ENRP-I com os dados mais atualizados sobre o perfil da pobreza, desenha-se um cenário de novos desafios a que devem corresponder intervenções consistentes com os atuais imperativos de luta contra a pobreza, visando fundamentalmente gerar oportunidades de rendimento, viabilizar a acessibilidade e credibilizar a prestação dos serviços sociais básicos e providenciar assistência e proteção aos grupos sociais mais carentes e vulneráveis.

Tendo assumido o processo de continuidade da ação governativa para a satisfação das grandes aspirações da população santomense, porém, a visão a médio prazo, circunscrito ao período 2012-2016, inspira-se também no cenário otimista “tlábá só cá dá tê” do Estudo Nacional de Perspetivas de Longo Prazo (NLTPS), segundo o qual “S. Tomé e Príncipe dispõe de oportunidades de sucesso para um desenvolvimento económico e social harmonioso. Contudo, devido à falta de entendimento da classe política, associada à descontinuidade e à ineficiência da governação, os sucessivos governos não têm sabido rentabilizar os recursos de que o país dispõe nem tão pouco aproveitar as oportunidades que lhes são oferecidas pela Comunidade Internacional. Ajuntam-se a esses fatores a fraca participação da sociedade civil e a ausência de um espírito empreendedor”. Torna-se, portanto, necessário “um trabalho abnegado de todos para inverter a tendência e transformar esse pequeno país insular sem grandes recursos, num verdadeiro oásis equatorial e fazer deste espaço territorial uma referência para o mundo se houver boa governação e estabilidade política e um esforço comum dos santomenses para a construção de uma sociedade onde o trabalho, a justiça e a paz social serão elementos promotores para levar o país rumo ao progresso e ao bem-estar social de todos”.

Assim, a visão de médio prazo projeta para o quinquénio, mediante a valorização racional dos esforços e potencialidades internas, bem como da cooperação bilateral e multilateral, fazer de STP um país: (i) bem governado com instituições fortes e credíveis; (ii) com um ambiente favorável ao crescimento económico sustentável e integrado e à (re)distribuição de rendimentos (iii) com recursos humanos bem formados e adequados aos desafios desenvolvimento (iv) e que valorize o património cultural e garanta a igualdade e oportunidade entre os géneros.

5.2. Objetivos estratégicos

A ENRP-1 fixou objetivos ambiciosos a serem alcançados até 2015, desde que implementadas as ações previstas para cada um dos eixos estratégicos definidos, sem que intervierem os fatores de risco em tempo indicados. Mas, conforme se refere nas conclusões da avaliação⁶ do processo de sua implementação, “a ENRP centra-se nos problemas identificados e nas necessidades de São Tomé e Príncipe, pelo que os programas, projetos, ações e atividades realizadas são relevantes, integrando-se nas prioridades e necessidades identificadas, mas em termos de eficácia, de uma forma geral, o cumprimento dos objetivos específicos ficaram aquém do desejado para a esmagadora maioria dos sectores e a taxa média de execução das atividades foi baixa. Os resultados alcançados até ao momento permitem afirmar que a ENRP contribuiu para a melhoria da situação económica e social em São Tomé e Príncipe, apesar de ficar muito aquém das expectativas. A ENRP teve um baixo grau de eficácia, o que limitou o seu contributo para a redução da pobreza. Em termos de eficiência, de uma forma geral, a taxa de mobilização de recursos financeiro foi também baixa sobretudo no período 2003-2005. O mecanismo de implementação estabelecido não funcionou de forma eficiente. As fraquezas do mecanismo de implementação efetiva conduziram à dispersão de ações e a não convergência dos diversos programas e projetos em termos de objetivos. Sendo que a ENRP contempla um horizonte temporal muito alargado (2003-2015), a sua implementação também ficou prejudicada, uma vez que se verifica a desadequação dos pressupostos e, em certa medida, a necessidade de redefinição das prioridades nacionais.”

Importa, por conseguinte, que sejam definidos objetivos numa perspetiva realista, suscetíveis de serem alcançados de facto, prevendo o seu impacto na melhoria das condições de vida das cidadãs e cidadãos, em particular, e na redução da pobreza, em geral, em todo o território nacional.

Assim, tendo em conta a visão de médio prazo com base no cenário inspirado no Estudo Nacional das Perspetivas de Longo Prazo, são objetivos estratégicos gerais de S. Tomé e Príncipe para 2012-2016 os seguintes:

- Alcançar uma taxa de crescimento de pelo menos 6%, (criando condições para uma diversificação consistente da economia);
- Reduzir em 10% a percentagem da população santomense que vive na situação de pobreza, (promovendo iniciativas geradoras de rendimento, melhorando, por conseguinte, a sua capacidade produtiva);
- Conseguir que toda a população tenha acesso (facilitado e melhorado) aos serviços sociais básicos.

⁶ CIAD, Relatório de Avaliação ENRP, S. Tomé, 2012.

Alcançar esses objetivos significa que se deve também ter em conta que S. Tomé e Príncipe é suscetível às vulnerabilidades características dos Pequenos Estados Insulares; confronta-se igualmente com problemas que resultam da situação de afastamento, isolamento e insularidade, capacidade limitada das instituições, diversificação limitada, suscetibilidade a alterações climáticas, debilidade de recursos. Essas particularidades, quando conjugados com os eventuais choques externos, impõem desafios acrescidos e reforçam as necessidades de esforços internos e de capacidade de mobilização de recursos para o financiamento de ações prioritárias de combate à pobreza.

Resulta, nessa ótica, preocupações acrescidas de equação de ações prioritárias viradas para a Região Autónoma do Príncipe, no sentido de uma exploração adequada das suas potencialidades, tendo em linha de conta tanto o facto da descontinuidade territorial como algumas das características tanto naturais, como sociais e culturais que fazem a sua especificidade e requerem atenção especial.

6. Estratégia Quinquenal e Programa Prioritários

Os objetivos definidos inscrevem-se numa perspetiva de se consolidar os ganhos já alcançados pelo país ao longo da última década. Por conseguinte, importa identificar os domínios prioritários de intervenções para o Quinquénio (2012-2016), implicando criar e assegurar as condições essenciais para o crescimento e criação de emprego e, conseqüentemente, reduzir a pobreza que afeta hoje 66,2% da população santomense.

Essa perspetiva de atuação envolve grandes desafios no decorrer dos próximos anos, como os de garantir a estabilidade macroeconómica, viabilizar o acesso e credibilizar a justiça, fomentar o crescimento do sector produtivo da economia, melhorar as infraestruturas económicas de base, assegurar o acesso a educação e saúde, garantir o saneamento básico e o acesso a água potável, e promover a segurança alimentar e nutricional, desafios esses que impõem que haja uma articulação das ações ao nível das diversas instâncias, quer públicas, quer privadas, nacional, regional e distritais, e da sociedade civil organizada.

Para que estes objectivos sejam alcançados, e concomitantemente com os objectivos de desenvolvimento do milénio, foram identificados quatro eixos estratégicos de intervenção, incluindo programas cuja realização permitirá ganhos mais celeres no processo de redução da pobreza, como a seguir se indica:

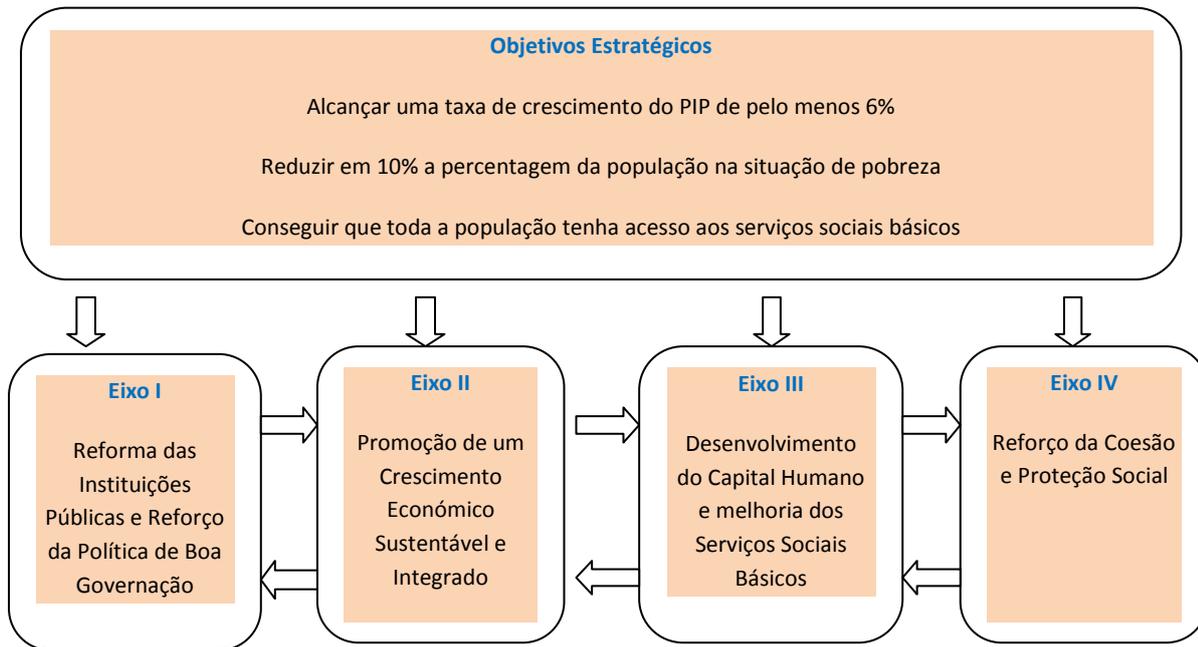
- (i) Reforma das instituições públicas e reforço da política de boa governação
- (ii) Promoção de um crescimento económico sustentável e integrado
- (iii) Desenvolvimento do capital humano e melhoria dos serviços sociais básicos
- (iv) Reforço da coesão e proteção sociais

As intervenções ao nível de cada eixo inscrevem-se numa lógica da necessidade de planificação e execução de orçamentos-programa para a viabilização técnica e financeira das ações prioritárias, com o apoio dos parceiros de cooperação e desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe.

A organização das ações do governo em obediência a essa lógica visa proporcionar maior racionalidade e eficiência na administração pública e ampliar a visibilidade dos resultados e benefícios gerados para a sociedade, bem como elevar a transparência na aplicação dos recursos públicos.

Nesse sentido, os programas indicativos inscritos ao nível de cada eixo serão detalhados e quantificados num documento de Programa de Ações Prioritárias a ser concebido como parte integrante da presente estratégia e instrumento de sua implementação.

Objetivos e Eixos Estratégicos



7. Eixo I : Reforma das instituições públicas e reforço da política de boa governação

Justificação da intervenção: O atual cenário que nos oferece as instituições do Estado também tem condicionado o desenvolvimento do país. É necessário rever a organização e funcionamento do Estado, imprimindo uma dinâmica na modernização das instituições, propor nova reengenharia de estruturas das instituições, bem como a simplificação de procedimentos. A Reforma do Estado e das suas instituições, tem vindo a figurar na agenda dos diferentes Governos, mas a sua implementação tem sido morosa.

Por isso mesmo, urge a (re) definição da missão do Estado, a reorganização do seu funcionamento e da forma da sua gestão, a adequação dos meios humanos e materiais em função da sua missão. Os esforços de reforma da administração pública devem ser suficientemente abrangentes para compreender todas as instituições de Estado, por forma a adaptar o seu tamanho, a sua missão, entre outras dimensões, a Assembleia Nacional, o Poder Regional e Local, inclusive.

A boa governação pressupõe o bom funcionamento das instituições do Estado, a operacionalização dos instrumentos que promovam e assegurem a reforma da administração financeira do Estado, a transparência nos expedientes de licitações e contratações públicas, a realização e divulgação dos contratos e dos resultados das auditorias externas, a melhoria da gestão monetária, a melhoria da gestão das finanças públicas e da dívida pública.

Assim, para a reforma das instituições públicas e reforço de uma política de boa governação são definidos para o quinquénio os seguintes objetivos específicos:

- Adequar e modernizar o aparelho do Estado às necessidades e aos recursos do país;
- Promover o envolvimento participativo do sector privado e da sociedade civil na conceção e execução de medidas de combate à pobreza;
- Garantir a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços da administração pública;
- Renovar o quadro de diálogo e concertação com os parceiros de desenvolvimento com base na Declaração de Paris.

Pretende-se conseguir o cumprimento desses objetivos através da realização de programas nas três vertentes seguintes:

7.1. Consolidação da autoridade do Estado e reforço da boa governação

7.1.1. Programa: Reestruturação do Estado e da Administração Pública

Perante vários problemas, constrangimentos, lacunas, inaptações ou imperfeições que caracterizam as instituições do Estado, em geral, e a Administração Pública, em particular, o presente programa visa proceder a redefinição do papel do Estado, a reestruturação e reajuste

das dimensões do aparelho do Estado, adequação da Administração Pública e o reforço das normas de proteção dos direitos dos cidadãos.

Medidas de política:

- Criar um Conselho Nacional e um Gabinete Técnico pluridisciplinar para a reforma do Estado;
- Reorganizar e modernizar a Assembleia Nacional;
- Informatizar os serviços do Estado;
- Desburocratizar os serviços e simplificar os procedimentos;
- Racionalizar os recursos e elevar a produtividade e a eficiência do trabalho;
- Introduzir sistemas de avaliação dos serviços públicos.

7.1.2. Programa: Promoção da Governação local

O aprofundamento da governação local está intrinsecamente ligado ao reforço do sistema democrático e da melhoria da eficácia da administração pública. A descentralização e a regionalização visam uma melhor responsabilização e participação ao nível de tomada de decisões, pela aproximação da administração aos cidadãos, e facilitar o envolvimento das populações na gestão da coisa pública.

Medidas de política:

- Promover iniciativas de revisão da divisão político-administrativa;
- Atualizar a lei das Finanças Locais e outros documentos legais que não coadunam com a atual exigência da administração local.
- Melhorar o acesso do poder local aos recursos financeiros e promover a sua gestão eficiente e eficaz.

7.1.3. Programa: Promoção da Defesa Nacional

Com este programa, a Estratégia Quinquenal preconiza: (i) preservar a integridade territorial nacional; (ii) lutar contra a insegurança e a criminalidade transfronteiriça e a proliferação de armas ligeiras; (iii) dinamizar a engenharia militar; (iv) participar em atividades de manutenção da paz ao nível do continente.

Medidas de política:

- Descentralizar os serviços das Unidades Militares, através da reabilitação e construção de novas infraestruturas.
- Promoção do capital humano, através de ações de formação e capacitação, interna e externa com o apoio dos parceiros de cooperação nos domínios das operações de salvamento e segurança marítima.

- Promover a participação das Forças Armadas em Operações de Ajuda Humanitárias, conduzidas sob e égide da Organização das Nações Unidas, e no âmbito da União Africana (UA), na Comunidade Económica dos Estados de África Central (CEAC) e na Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD).
- Adotar mecanismos que possibilitem a participação das Forças Armadas no combate à pirataria marítima e a assaltos à mão armada aos navios e plataforma petrolíferas, em operações multinacionais.
- Expansão da área de vigilância e controlo do mar, visando a proteção de recursos e operações de salvamento no mar.
- Implementar mecanismos que visem o controlo efetivo do uso de armas, munições e outros engenhos explosivos, procedendo a recolha das que estejam em situação ilegal.

7.1.4. Programa: Garantia da Segurança Pública

São objetivos principais deste programa: (i) garantir a segurança de pessoas e dos seus bens com vista a assegurar a paz e a tranquilidade indispensáveis ao processo de desenvolvimento socioeconómico do país (ii) garantir uma polícia de proximidade às populações; (iii) garantir a tranquilidade e ordem pública; (iv) combater o crime organizado e o tráfico tanto de pessoas como de estupefacientes; (v) melhorar a imagem das forças de polícia perante os cidadãos e a sociedade;

Medidas de política:

- Promoção do capital humano das Forças de Segurança Pública.
- Reforço da segurança de pessoas e bens do Estado.
- Intensificação de intervenções proactivas e reforço de medidas de policiamento de proximidade.
- Criação de condições que concorram para a prevenção e combate de incêndios e outras calamidades.

7.1.5. Programa: Reforma do Sistema Eleitoral

O sistema eleitoral tem funcionado de forma razoável. As eleições presidenciais, legislativas e autárquicas são realizadas e os resultados são de uma maneira geral aceites. Trata-se, no quadro deste programa, de consolidar o sistema e de acionar mecanismos para o reforço da transparência nos processos de financiamento relacionados com candidaturas e eleições.

Medidas de política:

- Revisão da lei eleitoral e de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.

7.1.6. Programa: Credibilização e melhoria da acessibilidade da Justiça

Uma das grandes preocupações deste sector é a modernização dos aparelhos judiciário, como meio de prestar aos cidadãos serviços com maior celeridade e melhor qualidade.

O objetivo do programa é o de melhorar a performance do sistema jurídico e judiciário de São Tomé e Príncipe e tornar os serviços mais acessíveis aos cidadãos.

Medidas de política:

- Atualizar e adaptar o quadro legislativo santomense à realidade actual;
- Melhorar a organização e a funcionalidade dos tribunais e das outras instituições judiciais;
- Dotar os Tribunais e o Ministério Público de um número suficiente de juizes e magistrados, com base na complexidade dos serviços, e em conformidade com a nova Lei Base do Sistema Judiciário;
- Criar uma Delegação da Polícia de Investigação Criminal (PIC) na Região Autónoma do Príncipe.

7.1.7. Programa: Capacitação contínua dos Recursos Humanos da Administração Pública

A falta de formação contínua dos recursos humanos da administração pública constitui um dos maiores constrangimentos ao desenvolvimento do país. A capacitação e valorização dos recursos humanos, e a adoção de métodos mais modernos da sua gestão, constituem fatores importantíssimos para a boa governação e accountability.

Medidas de política:

- Criar um Fundo Nacional para a Formação do pessoal dos quadros da função pública;
- Criar uma unidade central responsável pela Formação dos funcionários públicos;
- Elaborar um programa nacional de capacitação dos funcionários públicos;
- Rever e atualizar o Estatuto da Função Pública;
- Elaborar e implementar um Plano de cargos, carreiras e salários;
- Promover a reconversão profissional do pessoal excedentário;
- Introduzir sistemas de avaliação dos funcionários públicos com base em objetivos concretos e mérito;

- Elaborar, com carácter urgente, estudos sobre a análise e descrição de funções e cargos em todos os sectores da administração central do Estado;
- Elaborar estudos, tendo em vista a alteração do atual horário de trabalho da função pública;
- Proceder a revisão do sistema de remuneração praticado na administração pública

7.2. Promoção de uma gestão responsável das finanças públicas

O estabelecimento de uma gestão das finanças públicas eficaz e transparente é uma das condições essenciais da boa governação financeira e económica. Tem influência no crescimento económico e, sobretudo, na repartição de recursos. Neste âmbito, a introdução da melhoria de boas práticas em matéria de gestão e prestação de contas do erário público tem sido uma das preocupações dos sucessivos governos e dos nossos parceiros externos. Respondendo a essas preocupações, serão desenvolvidos os programas seguintes:

7.2.1. Programa: Gestão das Finanças Públicas

Ao nível de gestão da coisa pública não há uma cultura de prestação de contas. As regras que regem os concursos públicos e a adjudicação para a aquisição de bens e serviços são na maior parte das vezes negligenciadas ou deficientemente aplicadas.

Medidas de política:

- Reforçar o mecanismo de combate à fraude, contrabando e lavagem de dinheiro;
- Garantir a eficácia e a transparência na utilização dos recursos, reorientando as despesas para os sectores com impacto direto na redução da pobreza;
- Vulgarizar, através dos meios de comunicação social e outros, a importância e necessidade de responsabilidade, transparência e prestação de contas respeitantes à gestão da coisa pública;
- Reforçar os mecanismos de preparação, elaboração, aprovação e execução do Orçamento Geral de Estado, considerando que as opções orçamentais deverão incidir em ações estratégicas de redução da pobreza;
- Promover a responsabilidade e prestação periódica de contas nos serviços de cobrança de receitas do Estado;
- Elaborar o quadro de despesas de médio prazo.

7.2.2. Programa: Melhoria da eficácia da Ajuda Pública ao Desenvolvimento

Apesar da grande relevância que adquire a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) para o país, (representa em média 75 a 80% do volume anual do programa de investimentos públicos), vem-se constatando nos últimos anos uma diminuição dos recursos da ajuda externa para o financiamento das ações de redução da pobreza.

Medidas de política:

- Melhorar os mecanismos de mobilização e gestão de recursos externos;
- Alinhar APD às prioridades de desenvolvimento nacionais, de forma que os mesmos sejam usados adequadamente para alavancar o desenvolvimento;
- Reforçar a articulação entre o Gabinete de Coordenação e Gestão de Ajudas, Direção de Cooperação Internacional, Direção Geral de Planeamento, Direção de Orçamento e Tesouro, para uma melhor coordenação na programação, mobilização, implementação e controlo dos recursos externos;
- Criar um sistema integrado de informações sobre a APD e dívida Pública;
- Elaborar uma Política de Ajuda Pública ao Desenvolvimento orientadora de todas as ações conducentes a mobilização de financiamento, metodologias, objetivos, procedimentos e negociação;
- Elaborar uma estratégia da dívida pública.

7.2.3. Programa: Melhoria do sistema de informação e orientação de políticas públicas

Este programa tem por objetivo ajudar a administração central e regional a tomar decisões em matéria de política económica e social. Pretende-se com as suas ações dispor e melhorar o sistema de informações socioeconómicas com vista a orientar as decisões em matéria de política que beneficiem os pobres.

Medidas de política:

- Garantir e apoiar na recolha e tratamento das estatísticas económicas, sociais e demográficas, e o seguimento dos indicadores da pobreza, e dos OMD;
- Assegurar a coordenação estatística, e a difusão dos resultados dos inquéritos e recenseamentos;
- Seguir e avaliar as estratégias globais e sectoriais do País;

- Dispor de um sistema de informações fiáveis, nomeadamente económicas, sociais, demográficas, técnicas e outras ;
- Melhorar a produção e difusão de informações estatísticas.

7.3. Promoção do acesso a informação e conhecimento e da participação cidadã

7.3.1. Programa: Acessibilidade da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)

O programa “Acessibilidade da Tecnologia de Informação e Comunicação “ pretende dar um contributo no processo de aquisição e gestão de informação e conhecimento como condição para uma participação cidadã consciente e responsável no processo de luta contra a pobreza e desenvolvimento de iniciativas empreendedoras para a criação de riqueza e bem-estar da população, particularmente dos jovens.

Medidas de política:

- Disponibilizar infraestruturas necessárias para um acesso alargado às TIC;
- Promover a utilização das TIC nos serviços públicos, particularmente nos sectores da educação e da saúde;
- Garantir uma troca de experiências e assegurar uma cooperação bilateral e multilateral no domínio das TIC;
- Generalizar a utilização das TIC tanto na administração central, como na regional e local de forma a reduzir o tempo de tratamento dos dossiers e gastos com papel.

7.3.2. Programa: Promoção dos Mass Medias

Medidas de política:

- Melhorar o quadro legislativo e regulamentar para o exercício da profissão jornalística;
- Reforçar as capacidades institucionais dos órgãos de comunicação social;
- Facilitar iniciativas de criação de órgãos de comunicação social privados;
- Apoiar a criação e dinamização de programas culturais, educativos e de divulgação da ciência e tecnologia.

7.3.3. Programa: Promoção da Sociedade Civil e do seu envolvimento participativo

O presente programa visa reforçar a dinâmica de uma Sociedade Civil organizada e assim favorecer o seu envolvimento na promoção da boa governação, em parceria com o Estado e com o Sector Privado.

Medidas de política:

- Melhorar o diálogo com a sociedade civil organizada, em particular sobre questões que requerem consenso a todos os níveis para o reforço da boa governação;
- Prosseguir no esforço do reforço das capacidades técnicas e de organização das representações da Sociedade Civil através de apoios concretos nos domínios técnico, material, e de acesso a financiamentos;
- Desenvolver uma estratégia de comparticipação das ONG's nas intervenções prioridades da estratégia de redução da pobreza;
- Promover uma maior participação e envolvimento da sociedade civil organizada, tanto no processo de elaboração de instrumentos jurídicos, como de políticas públicas e sua implementação, seguimento e avaliação.

8. Eixo 2: Promoção de um crescimento económico sustentável e integrado

Justificação da intervenção: Atualmente o sector primário corresponde a cerca de 14% do PIB, e é dominado fundamentalmente pela produção e exportação do cacau entre outras culturas. Entretanto, as culturas alimentares têm ganhado algum peso na contribuição do PIB. Dados disponíveis indicam que a pesca contribui com 4,2% na estrutura do PIB. Entretanto existe ainda um enorme potencial a ser explorado. Quanto ao sector secundário, o mesmo ronda os 13,4% do PIB. A indústria transformadora representa 5,5%, construção civil 6,2% e produção de energia 1,5% do PIB. O sector terciário é o mais expressivo, representa 72,6% do PIB. O sector terciário é o mais expressivo, e constitui 72,6% do PIB. O comércio domina este sector, representando 28,6% e os transportes, armazenagem e comunicações com 19,0%. Estes dois ramos de atividades, representam 48% do sector terciário. Os domínios de administração pública, defesa e segurança e o turismo continuam a ter pouco peso na estrutura do PIB.

Em todos os sectores de atividade económica, dois princípios básicos deverão ser tidos em conta, a diversificação e a promoção das exportações.

O sector primário, e em particular a agricultura, pecuária e pesca, deverá continuar a desempenhar um papel importantíssimo nos próximos anos, uma vez que são estes domínios que apresentam a curto e médio prazos, melhores possibilidades de emprego (IOF- 2010, 84% dos que declararam ser pobres, apontaram a falta de emprego como a principal causa), redução da fome e pobreza e contribuem para a estabilização das populações rurais, bem como a produção de culturas alimentares para o consumo interno e a garantia da segurança alimentar e nutricional às populações. A produção de culturas alimentares para o consumo interno e a garantia da segurança alimentar e nutricional das populações, bem como a diversificação e promoção das exportações agrícolas e piscatórias constituem desafios para os próximos anos.

As autoridades devem começar a equacionar um desenvolvimento agrícola diversificado, que ligue a produção, a transformação, o turismo, e eventuais outros novos serviços. Caberá ao poder público o papel de promoção do sector empresarial, particularmente agrícola, através do fomento da produção agropecuária e piscatória, promoção da extensão rural, criação de infraestruturas de apoio a produção e sistemas de irrigação, assim como de medidas que garantem o acesso ao crédito, através da garantia do direito a terra com vista não só, promover a produção, mas também a exportação de produtos agrícolas e piscatórios.

Nesta óptica, a agricultura familiar continuará a merecer, uma atenção especial das autoridades, com um modelo de desenvolvimento baseado na diversificação de culturas de exportação, sobretudo (cacau, café, pimenta entre outras) e na produção de culturas alimentares (auto consumo das populações e venda) e integração das atividades agrícolas com as da pecuária.

As médias empresas agrícolas deverão ser reestruturadas, promovendo para o efeito a redistribuição e/ou fusão de parcelas abandonadas, e incentivando a pecuária extensiva e as atividades agrícolas orientadas para a exportação.

Para além, das melhorias necessárias no direito de propriedade rústica, a política agrícola deverá desenrolar-se em torno de cinco prioridades:

- a. Revitalização do dispositivo de vulgarização;
- b. Adequação da política de formação agrícola;
- c. Melhoria da quantidade, qualidade de produção, particularmente cacau, café e pimenta ;
- d. Organização dos produtores;
- e. Promoção das exportações.

A margem da política sectorial, a reabilitação de pistas rurais é uma condição prévia para o progresso da produção, assim como da melhoria do habitat rural.

O desenvolvimento da pecuária, também deve constituir uma das bases da diversificação agrícola, tendo em conta o papel desta atividade no rendimento das famílias rurais. Este desenvolvimento deve apoiar-se na pecuária familiar, e na pecuária empresarial, sobretudo ao nível de médias empresas. O papel do Estado neste domínio deverá resumir à : vulgarização técnica, reforço da proteção sanitária (criação e atualização de leis que regulam o transporte e comercio de animais, e do código de saúde animal), assim como a organização da importação e do acesso aos medicamentos, descentralização de atividades de abate de animais (criação de pequenos matadouros ao nível dos distritos).

As perspetivas para a pesca artesanal são boas, e é possível melhorar o atual nível de captura, e oferecer mais pescado para o mercado local, e contribuir largamente na criação de emprego. Três linhas de ação prioritárias são definidas : melhorar as técnicas e conseqüentemente as embarcações (barcos de maior autonomia), assim como, encorajar o associativismo no domínio pesqueiro ; criação de mecanismos de financiamento dos investimentos necessários para o aumento da produção pesqueira e do consumo nacional de peixe; melhoria das condições de transporte e conservação do pescado. Dado o potencial pesqueiro existente na ilha do Príncipe, é imprescindível que sejam criadas condições logísticas de apoio ao desenvolvimento deste sector na região do Príncipe, por forma a criar mais emprego e rendimento das famílias.

O turismo, embora pouco expressivo, apresenta um potencial importante de desenvolvimento, devidas às condições naturais existentes (mar e montanha), historia das ilhas, hospitalidade do seu povo e tranquilidade das ilhas. Mas, o seu desenvolvimento dependerá das condições prévias a serem criadas, como uma melhor valorização do produto turístico santomense, e políticas sectoriais nos domínios (transportes aéreos, saúde e saneamento, quadro legal e

institucional incitativo, entre outros). Tendo em conta as imensas riquezas e lugares que dispõe o país, STP deve valorizar o potencial que dispõe, com vista a elevar não só a contribuição do mesmo no PIB, como também na criação de emprego. Ações devem ser desencadeadas com vista a aumentar a taxa de ocupação dos estabelecimentos hoteleiros, o prolongamento médio de estadia dos turistas, assim como a melhoria progressiva das prestações de serviços turísticos (serviços de rent-a-car; barcos de recreio; bares; distrações náuticas; animações culturais e venda de produtos artesanais; ...).

Em traços gerais, a estratégia para o sector privado, preconizará, a melhoria do quadro legislativo para fazer negócios em STP, assim como promover a cooperação económica e financeira com os países da sub-região. Estímulos deverão continuar a ser concedidos com vista a desenvolver pequenas unidades de produção, nos domínios agroalimentar (oleaginosas, torrefação de café, conservação de frutas, produção de bebidas, secagem e fumagem de pescado entre outros).

Por outro lado, as infraestruturas económicas, jogam um papel importantíssimo na melhoria das condições de vida das populações.

A realização de investimento em infraestruturas económicas, visam por um lado a promoção do emprego, e por outro a dinamização da base económica, proporcionando recursos financeiros às famílias, através do emprego, o que constitui o melhor meio para minimizar a situação da pobreza dos estratos identificados como pobres e que representam 66,2% da população. Estes investimentos, deverão recorrer a mão-de-obra intensiva, no quadro das ações do eixo crescimento económico. Os benefícios desta opção política nos rendimentos das famílias terão um impacto direto na procura final, e um efeito multiplicador na dinamização da economia do país, e na melhoria do acesso aos serviços de saúde e de educação por parte das populações.

Importa frisar, que o dinamismo do sector produtivo, dependerá em grande parte do desenvolvimento das infraestruturas económicas: transporte (reabilitação, e manutenção de estradas e pistas rurais, construção e reabilitação de infraestruturas portuárias e aeroportuárias), energia elétrica (melhoria da capacidade de gestão da EMAE; aumento do acesso em quantidade e qualidade de energia da rede nacional, de forma a dar resposta a solicitação dos consumidores; elaboração e atualização de legislações do sector elétrico; estabelecimento de programas de eficiência energética; e de reabilitação da rede elétrica - transporte e distribuição elétrica (média e baixa tensão).

O desencravamento e diversificação das trocas comerciais, vis a vis ao continente e ao mundo, deve constituir o papel essencial para os próximos anos da política de transporte. Para isso, urge que as autoridades santomenses façam apelo a solidariedade sub-regional, ao nível das instituições sub-regional e regional, no sentido de reconhecerem as particularidades dos

microestados insulares como é o caso de São Tomé e Príncipe, por forma a poderem ser tidas em conta nos projetos estruturantes que visam a integração económica de África, no quadro da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África-NEPAD. De igual forma, serão reforçadas as relações de vizinhança com os países da sub-região, da lusofonia, assim como a União Europeia, entre outros, tendo em conta o papel que esta última joga no relacionamento comercial com o continente, e sobretudo a sub-região.

Neste eixo, as autoridades apostam na revalorização do sector primário da economia, nomeadamente, agricultura, pecuária e pescas, assim como do turismo, e na criação de condições infraestruturais para o relançamento do sector produtivo de forma sustentável e na promoção de condições favoráveis para o desenvolvimento do sector privado. Para isso, é necessário proceder-se a revisão das legislações, de forma a se adaptar a atual contexto socioeconómico. De igual forma, o Estado deve disponibilizar infraestruturas económicas de apoio ao sector privado.

Para que os sectores de agricultura, pecuário e pesqueiro possam representar nos próximos anos a principal fonte de crescimento, criação de emprego e de rendimento para a economia nacional, e em particular o meio rural, é necessário e urgente definir-se uma política clara de desenvolvimento para o mesmo, que passará pela criação de condições para o aumento de produção, diversificação, e implementação de pequenas indústrias de transformação de modo a se criar produtos com valor acrescentado para a sociedade, valorizando para o efeito as fileiras de produção.

Tendo em conta o que precede, , ao longo do quinquénio preconiza-se alcançar os seguintes objectivos específicos:

- Promover o desenvolvimento do sector primário como fator de aumento da produção nacional, da criação de emprego e do relançamento do sector económico;
- Travar o êxodo rural e melhorar as condições socioeconómicas das populações do mundo rural;
- Desenvolver infraestruturas de base de apoio ao desenvolvimento económico;
- Melhorar o ambiente de negócios para atrair o investimento privado

Os objetivos estabelecidos no âmbito da promoção de um crescimento económico sustentável e integrado serão alcançados através da concretização de programas nas seguintes vertentes:

8.1. Desenvolvimento do sector primário

Dada a importância do sector agrícola, nomeadamente, da agricultura, pecuária e pesca para o crescimento económico, redução da pobreza e, sobretudo, para a autossuficiência alimentar, esforços devem ser feitos para aumentar e diversificar a produção, de modo a que o país se torne

menos dependente das importações. Tendo em conta os objetivos definidos, são determinantes os seguintes programas:

8.1.1. Programa: Fomento da produção e produtividade das culturas de exportação

Este programa visa permitir a melhoria, aumento e diversificação produção de culturas alimentares, das culturas de alto rendimento, como o cacau e café, e também promover as novas atividades como o cultivo da baunilha e pimenta, de modo a diversificar a exportação, aumentar o rendimento nacional e reduzir a dependência externa.

Medidas de política:

- Descentralizar os Serviços Públicos da Agricultura;
- Melhorar a rede de abastecimento dos fatores de produção;
- Desenvolver estruturas de transformação e conservação dos produtos agrícolas;
- Promover e organizar circuitos de comercialização de produtores em fileiras;
- Concertar sobre medidas legislativas de combate ao roubo nas propriedades agrícolas;
- Reiniciar o processo de controlo do uso das terras distribuídas no âmbito da reforma agrária;
- Promover a produção e a garantia de qualidade dos produtos de origem vegetal e seus derivados, no âmbito da segurança alimentar nacional;
- Reabilitar e construir as infraestruturas de apoio à produção agrícola;
- Reforço institucional do centro de investigação existente para o acompanhamento científico e técnico do desenvolvimento agrícola;
- Promover uma política de microcrédito ao sector agrícola;
- Adotar um sistema integrado de controlo de pragas e doenças;
- Promover ações conducentes ao surgimento e o fortalecimento de cooperativas agropecuárias;
- Reforçar o título de direito de propriedade de terra

8.1.2. Programa: Aumento e melhoria da qualidade de produção animal

A pecuária deve ser encorajada, tendo em conta o seu papel na alimentação das populações e a importância de que se reveste na formação de rendimentos monetários das populações rurais.

Medidas de política:

- Reforçar a capacidade institucional da Direção de Pecuária (DP) com recursos humanos e financeiros para apoiar o desenvolvimento do subsector;
- Integrar a atividade pecuária na diversificação da produção agrícola;

- Apoiar tecnicamente os criadores, no que concerne a aquisição, produção e comercialização de todos os produtos pecuários e insumos zootécnicos e veterinários;
- Promover e vulgarizar as técnicas de criação de animais, através de microcréditos especiais;
- Incentivar o desenvolvimento da produção de matéria-prima para o fabrico de ração no país;
- Estimular a pecuária familiar de forma que o sector contribua para a fixação das populações no meio rural e para a redução da pobreza;
- Manter o controlo sanitário e vigilância epidemiológica nacional;
- Instituir um centro de pesquisa para o desenvolvimento pecuário;
- Regulamentar a prática da atividade pecuária a nível nacional;
- Desenvolver as estruturas de transformação e conservação dos produtos de origem animal
- Promover uma política de microcrédito para o sector pecuário.

8.1.3. Programa: Aumento e melhoria da qualidade de produção do pescado

Este programa visa o aumento da produção e da produtividade do sector das pescas através da difusão de equipamentos e técnicas mais adequadas ao desenvolvimento da pesca, (aquisição de embarcações de tipo oceânico, aumentar os dispositivos de concentração de pesca e a formação técnica dos pescadores), de modo a tirar partido de uma vasta área de águas territoriais não exploradas, a par de iniciativas para promover o processamento e métodos e infraestruturas de marketing.

Medidas de política:

- Tomar iniciativas de renegociação dos acordos sobre a Pesca Industrial com a União Europeia (UE) e Japão de modo a obter mais vantagens;
- Reforçar as capacidades técnicas e laboratoriais para a análise do pescado;
- Atualizar a Lei Sanitária para o levantamento do embargo sanitário do produto de pesca ao mercado europeu;
- Reorganizar as Associações dos pescadores e palaiês e incentivar a criação de Cooperativas;
- Fomentar o aumento da produção de pescado, através da promoção da pesca artesanal e semi-industrial, da melhoria das artes de pesca actualmente

utilizadas e introdução de novas tecnologias e divulgação de novos modelos de dispositivos de concentração de pescado;

- Reforçar a capacidade institucional do sector pesqueiro da Direcção das Pescas;
- Criar uma autoridade competente para controlo sanitário de produto das pescas;
- Criar um sistema de informação sobre a pesca (aspectos socioeconómico, biológico, estatístico e de desenvolvimento comunitário);
- Melhorar a rede de abastecimento dos fatores de produção e incrementar políticas de micro-finanças.

8.1.4. Programa: Promoção de um ambiente saudável e de utilização racional de recursos naturais

A vulnerabilidade e a fragilidade dos ecossistemas e das áreas costeiras impõem a necessidade de uma utilização adequada do espaço, sobretudo quando se tornam cada dia mais visíveis os efeitos negativos da pressão humana, tanto sobre o espaço físico, como sobre os recursos naturais neles existentes. A principal preocupação ambiental tem hoje a ver com a desflorestação. Cerca de 85% das famílias utilizam a madeira ou o carvão para a cozinha, e as construções e móveis são essencialmente em madeira, o que constitui o real perigo de desflorestação com o crescimento demográfico.

Medidas de política:

- Proteger e conservar os ecossistemas
- Promover o desenvolvimento económico sustentável;
- Melhorar a Rede de Monitorização Climática;
- Reforçar a capacidade das instituições ambientais;
- Implementar as ações de conformidade com as convenções internacionais, para a proteção da flora, fauna, recursos hídricos, biodiversidade, solos e eco sistemas inerentes;
- Implementar o plano de gestão dos parques naturais Ôbo de S.Tomé e do Príncipe;
- Construir aterros sanitários.

8.1.5. Programa: Garantia de Segurança alimentar

A segurança alimentar existe quando todos os seres humanos tem, a todo momento acesso físico e económico a uma alimentação suficiente, saudável e nutritiva, que lhes permita satisfazer as

suas necessidades energéticas e as suas preferências alimentares com vista a ter uma vida saudável e ativa.

A disponibilidade interna de alimentos de nosso país é insatisfatória para a Segurança Alimentar, isto é, a oferta de alimentos é insuficiente para satisfazer a necessidade de consumo dos cidadãos. Para alterar esta situação, torna-se necessário que seja feita uma revisão consistente nas políticas agrícolas que permita articular a agricultura de base familiar como prioridade e definir um padrão alimentar com base no respeito pela cultura alimentar nacional.

Medidas de política

- Definir políticas agrícolas que permitam a articulação da agricultura de base familiar como prioridade para a garantia de segurança alimentar;
- Apoiar atividades de transformação e conservação de alimentos e consumo de alimentos ricos em proteínas e outros nutrientes
- Apoiar à organização regular de Educação Nutricional a nível comunitário

8.2. Melhoramento do ambiente para o sector privado e reforço das performances no sector terciário

8.2.1. Programa: Promoção do sector Privado como opção viável para o desenvolvimento da economia nacional

O contexto económico e financeiro do país, aliado a dimensão do mercado, a exiguidade das infraestruturas, a fraqueza da poupança interna e a inadaptação do sistema de crédito tem vindo a desencorajar os operadores económicos nos seus projetos. Com este programa, pretende-se superar os constrangimentos com que deparam os homens de negócios santomenses e contribuir para a criação de um ambiente propício ao surgimento dum sector privado forte e competitivo.

Medidas de política:

- Valorizar a livre iniciativa como factor determinante do processo de desenvolvimento económico e social e de criação de um ambiente propiciador de iniciativas privadas;
- Promover incentivos favoráveis à criação e ao crescimento de micro, pequenas e médias empresas através da desburocratização, simplificação dos procedimentos e estabelecimento de formas flexíveis de acesso ao financiamento;
- Estimular a criação e a implantação de empresas nos diversos distritos do país, zonas rurais e desfavorecidas pela sua localização, como forma criar oportunidades de rendimento em os pontos do País;
- Rever o quadro institucional e legal de apoio ao sector;

- Elaborar um quadro de benefícios fiscais atrativos;
- Rever o quadro institucional de apoio ao comércio e ao investimento;
- Rever o código de trabalho para a flexibilização do mercado de trabalho;
- Criar uma Agência de promoção de exportações e investimentos;
- Criar um sistema eletrónico de atribuição/aquisição de vistos de entrada no País.

8.2.2. Programa: Valorização do turismo e atividades conexas

São Tomé e Príncipe oferece sem dúvida um potencial turístico extraordinário, graças a sua oferta primária (clima, paisagem, património histórico e cultural, tradições, folclore artesanato) que deverá servir de base para a conceção da natureza de oferta derivada a construir (hotéis, restaurantes, instalações de animação). Possuindo o País tais potencialidades, o presente programa visa dotar São Tomé e Príncipe dos requisitos que satisfaçam as exigências do turismo, não só em termos de equipamentos e de animação específicos, mas também de profissionais à altura, de reabilitação e preservação do património histórico edificado, da paisagem rural e urbana.

Medidas de política:

- Criar legislação adequada para a promoção do desenvolvimento turístico no País;
- Incentivar investimentos turísticos no meio rural;
- Promover a formação na área do Turismo (criação de Hotel Escola)
- Criar melhores condições materiais e humanas para o sector do Turismo;
- Valorizar o património arquitetónico natural e sociocultural, numa perspectiva de desenvolvimento do turismo;
- Elaborar leis que regulem as atividades turísticas hoteleiras e similares;
- Implementar serviços de estatística de turismo e da conta satélite do turismo.

8.2.3. Programa: Inserção da economia na sub-região e no sistema comercial multilateral

Este programa visa integrar convenientemente o país na sub-região e no sistema comercial multilateral, de modo a tirar pleno proveito da sua localização estratégica no golfo da Guiné e no mundo.

Medidas de política:

- Criar uma Comissão Nacional de Negociação Comercial;

- Consolidar o processo de negociação com as organizações regionais no momento da redução de barreiras tarifárias e não tarifárias intra-africanas, salvaguardando sempre a proteção das indústrias nascentes;
- Continuar o processo de adequação e de modernização da legislação comercial;
- Promover parcerias internacionais no sector do comércio e apostar na adesão aos instrumentos regionais e internacionais de facilitação do comércio;
- Conceber e implementar ações tendentes a inserção de STP na OMC

8.2.4. Programa: Desenvolvimento da indústria petrolífera

As informações disponíveis apontam para a exploração das jazidas petrolíferas a partir de 2015 ou 2016, e com impactos ainda desconhecidos nos agregados macroeconómicos do país, uma vez que as perspectivas de produção ainda não foram avaliadas. O petróleo poderá contribuir para o crescimento do país, desde que os recursos gerados sejam geridos com transparência e de acordo com os padrões de contabilidade pública.

Medidas de política:

- Assegurar os interesses nacionais na ZDC
- Estabelecer estratégias de desenvolvimento das atividades de pesquisa e produção de petróleo na ZEE e na ZDC
- Consolidar e fortalecer a ANP-STP enquanto órgão regulador do sector petrolífero
- Reavaliar o potencial geológico da ZEE

8.2.5. Programa: Programa Nacional de Apoio a Micro-Finanças

Este programa tem como principal objetivo favorecer o acesso das famílias pobres ou de baixo rendimento, micro e pequenos empreendedores aos serviços micro financeiros de forma sustentável, com a criação de instituições viáveis e integradas no mercado financeiro nacional. Deverá também servir como instrumento de operacionalização da política nacional de apoio ao desenvolvimento do quadro legal, regulamentar e institucional para o desenvolvimento harmonioso e assegurado do sector de micro-finanças e a profissionalização das instituições e o desenvolvimento de uma oferta perene de produtos e serviços diversificados. Espera-se através deste Programa criar especificamente dois órgãos: um comité nacional de promoção do micro finanças⁷ e uma célula de gestão do mesmo entre outros órgãos.

⁷ A unidade do comité nacional de promoção da micro-finanças constitui o comité de pilotagem, órgão de decisão do programa de apoio. Ele determina as orientações do programa e o quadro de parceria com os outros atores do

O fenómeno de micro-finanças é relativamente recente em São Tomé e Príncipe, ainda não dispõe de um quadro institucional-regulamentar e apresenta-se de forma desorganizada. É neste sentido que urge adotar uma Política Nacional de micro finanças.

Esta Política de micro finanças deverá resultar de uma abordagem concertada sobre a promoção do sector, definindo uma visão comum inerente a todos os intervenientes, os objetivos e os grandes eixos estratégicos de desenvolvimento do sector, os princípios de orientação de diferentes parceiros, assim como as condições críticas a serem preenchidas para que a micro finanças jogue efetivamente o seu papel no quadro do financiamento do desenvolvimento do país e da redução da pobreza.

A referida Política deverá ter em conta (i) Estratégia Nacional de Redução da Pobreza; (ii) o desenvolvimento do sector privado e apoio a micro e pequenas empresas, e, sobretudo, do sector; (iii) os princípios diretores, as boas práticas e o diagnóstico do sector de micro finanças. A sua implementação deve responder aos anseios dos beneficiários, instituições de micro finanças, Governo, doadores e fornecedores de apoio técnico. O financiamento do programa será assegurado através de recursos tanto do Governo como dos parceiros.

Assim, serão adotadas as seguintes Medidas de Política:

- Apoiar as intervenções orientadas para a criação de instituições financeiras perenes, a fim de assegurar de forma durável o acesso das populações aos serviços financeiros;
- Assegurar a coerência das intervenções de micro finanças, identificando as complementaridades e as articulações possíveis;
- Facilitar a adopção e aplicação de princípios de um código de deontologia sobre as boas práticas micro financeiras;
- Elaborar e implementar um quadro legal e regulamentar adaptado;
- Facilitar a implementação de uma política nacional de micro finanças.
- Criar um Fundo de apoio a micro-finanças;
- Criar um quadro institucional para a implementação de micro-finanças;
- Criar mecanismo para a implementação de um programa nacional de micro-finanças;
- Criar um gabinete de micro-finanças.

micro finanças, aprova as decisões de financiamento das atividades do programa e assegura o seguimento da gestão do programa (controlo da célula de gestão).

8.3. Desenvolvimento das redes e infraestruturas de transporte

A competitividade de STP é prejudicada pela escassez de infraestruturas. O país carece de infraestruturas de transportes modernas como portos, aeroportos e estradas necessárias para desenvolver o sector privado e estimular o crescimento.

As deficientes condições das infraestruturas do país, especialmente do porto e aeroporto, dificultam o comércio com o resto do mundo, dão origem a custos de transporte elevados e reduzem a rendibilidade do capital, prejudicando a competitividade, desencorajando o investimento interno e estrangeiro e limitam o crescimento económico.

Neste sentido, as ações a desenvolver centram-se nas infraestruturas de base de transportes e comunicações com vista à promoção do desenvolvimento equilibrado e sustentado do país.

8.3.1. Programa: Infraestrutura de transporte rodoviário

Este programa tem como objetivo melhorar as condições operacionais de estradas, contribuindo assim para a redução dos custos de transporte e criação de condições para a promoção de economia local.

Medidas de política:

- Reorganizar a rede de transportes públicos
- Fazer a manutenção e conservar a rede rodoviária
- Melhorar as atividades do GIME
- Elaborar e implementar o plano de mobilidade rodoviária.

8.3.2. Programa: Infraestruturas de transporte marítimo

O desenvolvimento dos transportes marítimos constitui uma prioridade dado que assegura 90% das trocas inter-ilhas e entre o arquipélago e o resto do mundo. A construção de um porto de águas profundas, constitui uma oportunidade impar para transformar São Tomé e Príncipe num centro de serviços para a região⁸.

Medidas de política:

- Reforçar a capacidade técnica e operacional do Porto de Ana Chaves em S. Tomé;
- Construir um novo porto na Região Autónoma de Príncipe;
- Elaborar um estudo para o desenvolvimento da cabotagem costeira;
- Construir um porto de águas profundas.

⁸ O estudo de viabilidade técnico-económica para a construção do porto de águas profundas em Fernão Dias, orçamentado em 475,990 USD já foi elaborado. Em Julho de 2007 foi assinado um acordo com o terceiro maior operador de contentores (Terminal Link) para a construção do porto de águas profundas, até ao momento as obras de implementação ainda não foram iniciadas.

8.3.3. Programa: Modernização e Expansão Aeroportuária

A modernização e extensão dos aeroportos de S.T.P, e muito em particular do aeroporto internacional de S. Tomé constitui um fator essencial para a promoção do desenvolvimento da RDSTP. Estas intervenções visam favorecer a ligação entre as ilhas e o resto do mundo. Por isso, este programa preconiza criar as condições de acolhimento de aeronaves de maior porte através do aumento das pistas, das placas de estacionamento e do terminal de passageiros em S. Tomé e Príncipe.

Medidas de política:

- Melhorar as infraestruturas de acolhimento e manobra de aeronaves de maior porte com segurança;
- Estender as pistas e alargar as placas de estacionamento (taxiway);
- Alargar o terminal dos passageiros às exigências do desenvolvimento do país;
- Melhorar os serviços de combate ao incêndio, assim como de comunicação e de apoio a navegação;
- Aperfeiçoar a gestão do processo de recertificação das capacidades aéreas;
- Dotar o Instituto de Aviação Civil (INAC) de legislações modernas e adequadas;
- Dotar os aeroportos de equipamentos de segurança e de meios informáticos adequados;
- Atrair outras companhias aéreas a prestar serviços no País;
- Melhorar a qualidade dos serviços aos utentes;
- Construir uma nova pista de pelo menos 1 800 metros de extensão no Príncipe e adequar as infraestruturas aeroportuárias às exigências de desenvolvimento regional e nacional.

8.4. Reforço do acesso a infraestruturas de apoio ao desenvolvimento

8.4.1. Programa: Provisão de energia fiável e de baixo custo

O fornecimento seguro de energia elétrica desempenha um papel importante no progresso das atividades económicas e sociais do país. O investimento destinado à eletrificação é considerado uma das condições importantes para conseguir estimular o desenvolvimento económico e social. A fim de aumentar a produção e eficiência energética e reduzir a dependência do país face às importações de combustível, proceder-se-á a uma reflexão sobre os meios de fazer aumentar rapidamente a parte da energia hidroelétrica e melhorar a capacidade técnica e de gestão da EMAE- Empresa Nacional de Água e Energia. Finalmente, realizar-se-á um estudo sobre as

potencialidades no domínio das energias não convencionais (biomassa, madeira, energia eólica e solar).

Medidas de política:

- Aumentar a capacidade instalada e de produção de energia elétrica;
- Melhorar a rede de transporte e distribuição de eletricidade;
- Melhorar e expandir os serviços de energia junto às populações;
- Reforçar as capacidades de gestão da EMAE, dando prioridades aos serviços de manutenção técnica, e aumentar a autonomia de gestão da empresa;
- Reabilitar e criar condições de segurança da rede;
- Organizar e regulamentar o mercado energético;
- Implementar projetos de geração de energia elétrica com recursos a energias renováveis (solar, hídrica e eólica);
- Implicação do sector privado na produção de eletricidade.

8.4.2. Programa: Promoção e desenvolvimento da rede de Telecomunicações

O presente programa pretende levar a cabo uma ampla reforma do sector das telecomunicações, assente numa estratégia para a maximização das oportunidades de investimento, a satisfação da procura de novos serviços e a melhoria da eficácia e da eficiência.

Medidas de política:

- Desenvolver os serviços universais, com particular incidência nos serviços telefónicos de base nas regiões rurais;
- Definir um quadro legal e regulamentar sectorial que assegura a promoção dos investimentos no sector e clarifica os objetivos específicos do Estado e dos operadores das redes e serviços.

8.4.3. Programa: Ordenamento do território e Urbanismo

O estabelecimento de uma Política Nacional para o Ordenamento do Território e Urbanismo é considerado um imperativo para os objetivos da redução da pobreza e para prossecução das metas do desenvolvimento. O ordenamento do território favorece a criação de empregos e contribui para a dotação de equipamentos e infraestruturas, aumentando a acessibilidade a esses equipamentos e a conseqüente redução das desigualdades.

Medidas de política:

- Elaborar um Plano Nacional de Ordenamento do Território;
- Criar um Sistema de Informação Geográfica (SIG);

- Dar continuidade ao projeto ESPERG-IPAD- Formação e atualização da cartografia nacional;
- Proceder a levantamentos topográficos em áreas de expansão e conceber e elaborar um plano integrado para relacionar atividades de uso e ocupação de solo, como área de serviços, de residência, lazer, parques nacionais, escolas, hospitais, shopping, etc;
- Atualizar as Plantas Topográficas das Cidades para implantação de infra-estruturas sociais de apoio autárquicas;
- Elaborar as Leis de base do Ordenamento de território, do cadastro e da cartografia;
- Elaboração planos urbanísticos em articulação com o Governo Regional e com as Câmaras Distritais;
- Promover a capacitação técnico-profissional dos quadros dos serviços geográficos e cadastrais e das autarquias locais.

8.4.4. Programa: Construção de habitação a custo controlado

No domínio de habitação continua havendo um défice de habitação não inferior a 60%, e ausência de um Regulamento Geral de construção que discipline as construções e habitações urbanas em São Tomé e Príncipe.

O presente programa propõe a criação de programas habitacionais específicos, não unicamente social, que inclui famílias tanto de baixa renda, como de classe média, disponibilizando a habitação a vários preços e de tipologias diferentes em função do patamar social dos utentes.

Medidas de política:

- Dotar o IHI (Instituto de Habitação Imobiliária) de meios humanos devidamente qualificados e financeiros para tornar mais operacionais os seus serviços;
- Criar um comité “ad hoc” multisectorial, integrando membros do IHI, Finanças, Autarquias locais e cooperação no sentido de ser mais atuante junto dos parceiros de cooperação com vista a obtenção de meios materiais e financeiros;
- Criar brigadas de autoconstrução ou cooperativas de construção em todos os Distritos do País com vista a redução de custo tendo em conta o cariz social que lhes caracterizem envolvendo à comunidade ou a família, construindo à sua própria casa;
- Atualizar todo o processo de registo matricial dos imóveis do Estado e adoptar medidas coercivas de cobrança ou com a banca;

- Criar um fundo de fomento de habitação devidamente estruturado e vocacionado para a habitação social, com arrecadação de receitas através dos imóveis
- Incentivar e apoiar as empresas privadas ou de iniciativas particulares que queiram ou que apostam no mercado Imobiliário;
- Criar novos bairros baseado em projetos integrados tais como casas sociais, zonas de lazer, escolas, comércio postos de saúde etc;
- Elaborar uma política nacional e um Plano Estratégico de Habitação e Imobiliária;
- Estabelecer prioridades de investimento habitacional para grupos de mais baixa renda e em situação de maior carência (grandes agregados familiares e ter em conta as perspetivas de género e respeitar os princípios que tratem de forma adequada os deficientes de qualquer natureza;
- Elaborar uma Lei de base do fomento habitacional;
- Projetar e construir casas sociais em função das tipologias vigentes e a baixo custo.

8.5. Integração das questões relativas a alterações climáticas nas políticas do país

As análises e dados estatísticos disponíveis sobre análise de riscos, indicam que São Tomé e Príncipe é propenso à ocorrência de ameaças tanto de origem natural como antrópica. No conjunto de ameaças de origem natural agrupam-se as de origem hidrometria, geológica e biológica e no grupo das antrópicas distinguem-se as de origem tecnológica e ambiental.

Com base nessa constatação, e tendo em linha de conta os objetivos traçados na Conferência de Kioto sobre mudanças climáticas⁹, S. Tomé e Príncipe deve se esforçar no sentido da implantação de uma cultura de prevenção e respostas às consequências das alterações climáticas, incorporando a problemática das mudanças climáticas de forma harmoniosa e uniforme na planificação ao nível de todos os sectores da vida nacional, por forma a minimizar as perdas da biodiversidade, a redução da segurança alimentar e a vulnerabilidade em geral.

Neste contexto, urge tomar medidas com vista a garantir:

⁹ Na Conferência de Kioto sobre mudanças climáticas foram traçados dois grandes objetivos:

1. A integração mais efetiva da análise de risco de desastres em políticas, planos e programas de desenvolvimento sustentável a todos os níveis, assente sobre a prevenção, mitigação e preparação de desastres assim como sobre a redução da vulnerabilidade;
2. A criação e o fortalecimento de instituições, mecanismo e capacidades a todos os níveis, particularmente ao nível das comunidades que possam contribuir sistematicamente para o aumento da resiliência perante as ameaças.

- a) A integração obrigatória da dimensão “Mudanças Climáticas”, nos diagnósticos sectoriais e nacional por forma a minimizar e repor os custos ambientais das políticas de desenvolvimento;
- b) A criação de competências e conhecimentos relativos a importância das mudanças climáticas no processo de desenvolvimento sustentável do país;
- c) Fazer o “Mainstreaming” das questões relativas as mudanças climáticas nos planos nacionais e sectoriais;
- d) Realização de acções de advocacia junto aos decisores sobre os efeitos nefastos das mudanças climáticas;
- e) Promoção de campanhas de sensibilização para a tomada de consciência da população sobre os efeitos nefastos das mudanças climáticas;
- f) Formação de técnicos sectoriais e a sociedade civil sobre os conceitos básicos relativos as mudanças climáticas, bem como dos seus efeitos nefastos.
- g) Elaboração urgente de um Guia sobre a integração das questões de mudanças climáticas nos instrumentos de política de desenvolvimento, bem como a sua aplicação.

9. Eixo 3: Desenvolvimento do capital humano e melhoria dos serviços sociais básicos

Justificação da intervenção: O desenvolvimento do capital humano constitui uma das preocupações centrais na equação das possibilidades e oportunidades de redução substancial da percentagem da população confrontada com o fenómeno da pobreza, considerando que a conjugação de ações em vários domínios requer capacidades e competências que garantam a eficácia e eficiência necessárias para a produção de resultados que correspondam e satisfaçam as grandes aspirações da população. Significa que S. Tomé e Príncipe necessita de capital humano em quantidade e qualidade que permite poder intervir em áreas de intervenção prioritárias e garantir ganhos de eficiência e eficácia no processo de luta contra a pobreza em que está empenhado.

Por isso, está empenhado na melhoria do ensino e da capacitação dos recursos humanos, através da educação básica e da formação profissional para impulsionar uma melhor abordagem dos cidadãos relativamente a questões de bem-estar (saúde, saneamento do meio) e da produtividade e promover o exercício da cidadania e do respeito mútuo.

Por isso, no intuito de “ democratizar a educação e reestruturar o sistema educativo”, o Governo entende que a valorização dos recursos humanos deve ser associada a medidas de política não só educativas, mas também de qualificação e requalificação profissionalizante de forma mais alargada.

A educação, enquanto área prioritária, constitui uma das vias para assegurar a promoção da pessoa humana e a preparação da sociedade como um todo. Deve-se, por isso, continuar com os esforços de alargamento da escolaridade básica de 6 anos e de garantia da qualidade e eficácia do ensino- aprendizagem.

Mas o fortalecimento do capital humano exige não só a melhoria da qualidade da educação e o seu acesso aos pobres e a orientação dos mesmos para o ensino técnico profissional, mas também a continuidade dos programas de luta contra o SIDA, o controlo do vector do paludismo, bem como a melhoria da prestação dos cuidados de saúde.

Por isso, são objectivos estratégicos específicos para o desenvolvimento do capital humano e melhoria dos serviços sociais básicos os seguintes:

- Desenvolver uma educação de qualidade e promover a formação profissional nos domínios prioritários de desenvolvimento;
- Assegurar que 100% das crianças e jovens em idade escolar concluam o ensino básico até 2016;

- | |
|--|
| <input type="checkbox"/> Garantir até 2016 que 100% da população tenham acesso aos serviços básicos de saúde e de qualidade. |
|--|

Para o cumprimento desses objetivos, serão desenvolvidas acções no âmbito dos programas inscritos nas vertentes seguintes:

9.1. Melhoria do acesso, equidade e qualidade no sistema da educação e da formação

Sendo os recursos humanos um dos recursos mais importantes e duradouros com que uma Nação deve contar, a política educativa deve estar direccionada para que várias categorias e modalidades de formação sejam disponibilizadas a todos os grupos sociais e faixas etárias. Faz-se assim necessário assegurar as condições de acesso e acessibilidade a todos, em todos os níveis de ensino, particularmente no ensino básico e secundário, devendo-se paralelamente empreender o esforço necessário para garantir a permanência das crianças nas escolas e promover o sucesso escolar.

A finalidade é de contribuir para a melhoria do acesso, equidade, qualidade e de gestão do ensino de modo a responder as necessidades da educação e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e de Educação para todos (EPT).

9.1.1. Programa - Educação Pré-Escolar

Medidas de política:

- Rever e atualizar o currículo para educação Pré-escolar;
- Criar normativos para a Educação Pré-Escolar;
- Reabilitar e construir as instituições de Infância;
- Regulamentar as atividades de todo o pessoal docente e docente;
- Realizar ações de formação de todo o pessoal docente, gestores, inspectores e supervisores da Educação Pré-Escolar.

9.1.2. Programa - Ensino Básico

Medidas de política:

- Reforçar as capacidades do sistema de forma à generalizar o acesso à escola e a escolarização básica completa de seis anos;
- Reforçar as cantinas escolares e sua generalização nos ensinos básicos;
- Implementar com eficácia o plano de carreira profissional;
- Alargar a oferta escolar;
- Atualizar do quadro legislativo;
- Definir o regime de gestão das escolas;

- Formar Recursos Humanos.

9.1.3. Programa - Ensino Secundário

Medidas de política:

- Implementar um plano de carreira profissional;
- Alargar a oferta escolar;
- Reforçar a capacidade institucional;
- Atualizar o quadro legislativo;
- Definir o regime de gestão das escolas;
- Formar os Recursos Humanos;
- Implementar a 12ª classe de forma generalizada no sistema público.

9.1.4. Programa - Ensino Especial

Medidas de política:

- Atualizar o quadro legislativo;
- Rever e atualizar a Estratégia e currículo;
- Alargar o acesso às capitais dos distritos;
- Formar dos Recursos Humanos.

9.1.5. Programa - Ensino Superior

Formar e capacitar os recursos humanos nas mais diversas áreas de conhecimento e saber com vista a responder as necessidades de competências para o mercado de trabalho e os desafios do desenvolvimento.

Medidas de política:

- Alargar a oferta formativa em diversos domínios de modo a atender a atual demanda.

9.1.6. Programa - Ensino técnico profissional

Medidas de política:

- Elaborar e aprovar o diploma que regulamente a formação profissional;
- Reforçar a capacidade de instituições que lidam com a formação profissional;
- Criar um departamento de ensino técnico e profissional;
- Aumentar e diversificar a oferta de formação profissional e com qualidade;
- Inserir os jovens em estruturas de formação profissional e criar condições para a formação de micro-empresas de jovens rapazes e raparigas.

9.1.7. Programa - Ensino recorrente/ alfabetização

Medidas de política:

- Erradicar o analfabetismo nos jovens com mais de 15 anos e adultos;

- Promover a educação de jovens e adultos em articulação com as atividades geradores de rendimento e inserir no mercado de emprego.

9.2. Melhoria do acesso e da qualidade da saúde, do abastecimento em água e do saneamento de base

Nessa vertente pretende-se contribuir para a melhoria no acesso e equidade dos serviços de cuidados de saúde, tanto na componente preventiva como curativa, bem como a melhoria no acesso à água potável e ao saneamento básico.

9.2.1. Programa: Equidade no acesso e na utilização de cuidados de saúde e viabilidade do sistema sanitário

Medidas de política:

- Construir novos hospitais a fim de reduzir o tempo de deslocação dos doentes/utentes aos hospitais;
- Formar e recrutar pessoal médico;
- Melhorar e restaurar os hospitais e centros de saúde existentes;
- Melhorar os serviços de maternidade existentes no país;
- Melhorar a qualidade dos serviços de atendimento de modo a reduzir o tempo de espera nos hospitais;
- Desenvolver serviços de especialidade nos centros hospitalares;
- Regulamentar, incentivar e fiscalizar o desenvolvimento do sector privado da saúde.

9.2.2. Programa: Reabilitação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água

Medidas de política:

- Promover a utilização racional dos serviços dos recursos hídricos;
- Reabilitar as redes de abastecimento, transportes e distribuição de água;
- Construir barragens e represas nas zonas agrícolas de maior escassez de água;
- Consolidar os estudos das bacias hidrográficas bem como das potencialidades de São Tomé e Príncipe;
- Reabilitar o sistema de adução de água;
- Renovar e expandir o sistema de abastecimento de água de maneira a fazer face à crescente procura;
- Melhorar o aparelho institucional do sector;
- Aprovar um código de água.

9.2.3. Programa: Melhoria de acesso ao saneamento básico

Medidas de política:

- Inventariar devidamente todas as áreas pantanosas de São Tomé e Príncipe de modo a permitir a definição de uma política coerente sobre as mesmas;
- Reabilitar as antigas redes de esgotos para a evacuação das águas pluviais na cidade de São Tomé e Príncipe e construir novas redes;
- Promover uma ampla campanha a favor de hábitos e estilos de vida saudáveis;
- Construir latrinas melhoradas.

10. Eixo 4: Reforço da coesão e proteção social

Justificação da intervenção: A coesão social é um princípio incontornável para a construção de uma sociedade mais integradora e equilibrada, e para a mitigação da pobreza. Nas atuais condições, porém, registam-se ainda desigualdades sociais inibidoras do exercício da cidadania, por um lado, e, por outro, com consequências críticas para o desenvolvimento das crianças, a sobrevivência condigna dos idosos e a participação social dos portadores de deficiência. Jovens e mulheres chefes de família engrossam a fila dos grupos vulneráveis sem alternativas de ocupação e oportunidades de emprego que lhes permitem a melhoria das condições de vida.

Na maior parte das vezes, as estratégias individuais de sobrevivência adotadas cumprem os objetivos de satisfação imediata das necessidades e não tem em linha de conta imediatas as preocupações de racionalização de recursos e de preservação do meio ambiente. Princípios e valores culturais e morais vão sofrendo erosão, num contexto de falta de orientação e de educação para as boas práticas.

Pretende-se com as intervenções nesta vertente melhorar as condições de vida da população através de programas de apoio à integração social, particularmente dos grupos mais vulneráveis, como chefes de famílias em situações de extrema pobreza, desempregos, os pensionistas, com vista ao desenvolvimento do autossustento; apoiar as vítimas de desastres e catástrofes naturais; prestar assistência aos idosos carenciados e em situação de vulnerabilidade em todos os distritos do País; promover o combate ao trabalho infantil, ao abuso e exploração sexual de menores e à violência doméstica; e melhorar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Os objetivos estratégicos prescritos são :

1. Promover a identidade santomense e valorizar o património cultural nacional
2. Garantir a igualdade e equidade de género
3. Promover iniciativas de proteção eficaz aos grupos sociais vulneráveis ou desfavorecidos através de políticas de apoio e de inserção social
4. Garantir a sustentabilidade ambiental

10.1.Promoção da cidadania e equidade social

10.1.1. Programa: Valorização e preservação da identidade histórica - cultural de STP

A cultura é o bilhete de identidade de um povo e fator impulsionador do desenvolvimento de um país. O País enfrenta situações que revelam crise de identidade com o aparecimento da globalização, tornando-se necessário elaborar e adotar políticas culturais internas dinâmicas, acompanhando o processo de integração regional e as dinâmicas de transformação global do planeta, salvaguardando, ao mesmo tempo, a diversidade nacional, garantindo desta forma a

nossa identidade. Por isso será de extrema importância uma reflexão transversal sobre o interesse do diálogo na afirmação da Cultura Nacional.

A finalidade do programa é reforçar a identidade cultural de STP, de forma a contribuir para a valorização da cultura através da implementação de estratégias que permitam responder as necessidades de todos os cidadãos.

Medidas de política:

- Definir e inventariar o património cultural nacional em estreita colaboração com as Câmaras Distritais e com a Região Autónoma do Príncipe;
- Intervir urgente nos arquivos de S. Tomé e do Príncipe, no sentido de se conservar e preservar os fundos existentes, incluindo a incorporação obrigatória de documentação relevante (de carácter histórico) no Arquivo Histórico de S. Tomé e Príncipe;
- Registrar a história geral de S. Tomé e Príncipe;
- Valorizar a memória histórica, através da erecção de estátuas e monumentos de figuras exemplares e marcantes da história e da cultura de S. Tomé e Príncipe;
- Definir políticas de apoio e promoção dos géneros musicais que identificam S. Tomé e Príncipe;
- Promover manifestações culturais em vias de extinção (quiná e outras)
- Promover uma melhor inter-ligação entre a medicina tradicional e científica de modo a aproveitar as potencialidades da nossa flora para o desenvolvimento;
- Resgatar os valores ético-morais através do reforço da identidade cultural nacional;
- Melhorar a articulação entre o sector da cultura, os mecenas e os produtores da cultura;
- Criar redes de grupos culturais, homens e mulheres da cultura;
- Promover a criatividade e dinamizar a cultura santomense;
- Promover a investigação, em diferentes domínios da cultura, com vista a melhor conhecer a nossa realidade social, cultural e histórica;
- Preservar sítios e construir monumentos e marcos históricos;
- Reforçar a capacidade institucional da Direção da Cultura;
- Valorizar e preservar a arquitetura colonial mormente nas roças, dado ao seu avançado estado de degradação;

10.1.2. Programa: Promoção da igualdade e equidade de gênero

Este programa visa promover a igualdade entre os homens e as mulheres e diminuir a marginalização das mulheres para se conseguir um desenvolvimento humano durável e erradicar a pobreza.

Medidas de política:

- Melhorar o acesso das mulheres aos postos de decisão;
- Criar condições para que haja maior acesso das raparigas aos diferentes níveis de ensino;
- Habituar as crianças (raparigas e rapazes) a participarem igualmente em todas tarefas (domésticas, escolares, etc.);
- Promover ações que permitam a eliminação de todas as formas de violência.

10.1.3. Programas: Promoção da juventude e do desporto

Medidas de política:

- Reforçar o quadro legal e regulamentar do Instituto da Juventude
- Elaborar e implementar o Plano Nacional da Juventude,

10.2. Assistência e proteção social

10.2.1. Programa: Desenvolvimento do sistema de proteção social

Este programa visa a adoção de um conjunto de transferências de facilidades de serviços fundamentais às quais todos os cidadãos deverão ter acesso, isto é uma proteção social que coloca tónica sobre os mais vulneráveis e a necessidade de tirar as famílias pobres do ciclo da pobreza” inter-geracional”.

Medidas de política:

- Desenvolver uma Estratégia Nacional de Proteção Social que une todos os programas num quadro conceitual e servirá como guia para o desenvolvimento de um sistema de proteção social eficiente e eficaz;
- Orçar um plano operacional baseado na estratégia, incluindo as fontes de financiamento seguros e identificação clara dos parceiros de cooperação;
- Elaborar um plano de advocacia para conquistar o espaço fiscal para o financiamento do Plano Operacional;
- Elaborar um plano de desenvolvimento do pessoal do serviço público na área de social.

11. Áreas de Concentração Prioridades

O fenómeno da pobreza degenera em carências múltiplas e reproduz necessidades que fazem com que as prioridades se multipliquem ao nível dos sectores e esferas de intervenção.

Por isso mesmo, num contexto de crise a que não são alheias as incertezas relativamente às possibilidades reais de mobilização de recursos, o Governo entende que se torna necessário definir domínios de concentração de ações consideradas as mais prioritárias que possam efetivamente garantir a estabilidade macroeconómica e o acesso aos bens essenciais para uma sobrevivência condigna.

Nesse sentido, são definidos os domínios de intervenção seguintes:

- (i) Boa Governação, Credibilidade Judiciária e Estabilidade Macroeconómica – considerando que urge a redefinição da missão do Estado, adaptação dos meios humanos e materiais em função da sua missão do Estado, reorganização do seu funcionamento e da forma da sua gestão. No domínio judiciário, são necessárias reformas que visem credibilizar e tornar a justiça mais célere, nomeadamente nos domínios de modernização legislativa, reforço e capacitação dos juízes, inspeção judiciária, acesso universal a justiça, cumprimento das obrigações e contratos entre outros. No domínio da gestão das finanças públicas, urge prosseguir com ações de consolidação das conquistas já alcançadas, nomeadamente melhoria do quadro legal subjacente à gestão das finanças públicas, melhorias na prestação de contas por parte do Estado, aperfeiçoamento do sistema de licitações e contratações públicas, do sistema informático, aperfeiçoamento do sistema de coleta de impostos e outras receitas fiscais e não fiscais; integração dos diferentes serviços e instituições envolvidas na administração de recursos numa plataforma informática única, entre outros.
- (ii) Recuperação, promoção e diversificação da produção – para que o sector primário, e em particular a agricultura, pecuária e pesca, possam vir a desempenhar um papel importantíssimo nos próximos anos, uma vez que são estes domínios que apresentam a curto e médio prazos, melhores possibilidades de emprego, redução da fome e pobreza e contribuem para a estabilização das populações rurais.
- (iii) Reforço e melhoria das infraestruturas económicas de base – porque jogam um papel importantíssimo na melhoria das condições de vida das populações. Além disso, o dinamismo do sector produtivo, depende também em grande parte do desenvolvimento das infraestruturas económicas : transporte (reabilitação, e manutenção de estradas e pistas rurais, construção e reabilitação de

infraestruturas portuárias e aeroportuárias), energia elétrica (melhoria da capacidade de gestão da EMAE; aumento do acesso em quantidade e qualidade de energia da rede nacional, de forma a dar resposta a solicitação dos consumidores; elaboração e atualização de legislações do sector elétrico; estabelecimento de programas de eficiência energética; e de reabilitação da rede elétrica - transporte e distribuição elétrica (média e baixa tensão)).

- (iv) Valorização do capital humano e solidariedade social – visto que a melhoria do ensino e da capacitação dos recursos humanos, através da educação básica e da formação profissional, para além de melhorar o engajamento das cidadãs e dos cidadãos relativamente às questões do bem-estar (saúde, saneamento do meio) e da produtividade, promove o exercício da cidadania e do respeito mútuo. Nessa vertente urge igualmente priorizar questões ligadas a saúde, saneamento e aprovisionamento em água potável, implicando a promoção de melhorias no funcionamento e desempenho do sistema de saúde; melhorias no acesso e qualidade de cuidados primários de saúde e de serviços especializados de saúde; promoção de atividades de comunicação para mudanças de comportamentos; reforço das capacidades de formação de quadros da saúde; prossecução dos esforços de prevenção da transmissão vertical do HIV/SIDA; redução das taxas de mortalidade infantil, bem como de menores de cinco anos; disponibilização de medicamentos e insumos (antipalúdicos, antirretrovirais, tuberculostáticos, mosquiteiros impregnados, testes de despistagem, equipamentos e materiais de diagnóstico); prossecução de campanhas de luta contra o paludismo, e doenças não transmissíveis; melhoria das infraestruturas sanitárias; melhoria do acesso e cobertura das populações em água potável e saneamento básico (IEC em matéria de gestão de água, construção de redes de drenagem e tratamento de esgotos, construção e reabilitação de sistemas de captação de água, abastecimento de água a zonas rurais, e reforço do quadro institucional e legal do sector de água e saneamento). Também será reforçada a a solidariedade social, a favor dos que mais necessitam, nomeadamente através de criação de centros de dia e centros de acolhimento para o atendimento de crianças em situação de riscos, entre outros).

12.1. Perspetiva macroeconómica internacional

A economia mundial mostra uma rápida recuperação, após a forte recessão de 2009. De facto, após um declínio de 0,7% em 2009, o produto mundial cresceu 5% em 2010 e 4% em 2011. Mas, o ritmo de recuperação difere substancialmente entre as várias regiões mundiais, com as economias de mercado emergentes e de alguns países em desenvolvimento a revelarem uma dinâmica mais forte. A recuperação da economia mundial deverá continuar em 2012 ao ritmo semelhante ao de 2011, segundo os cálculos do FMI.

No mercado das matérias-primas, os preços dos produtos energéticos (petrolíferos) apresentam uma tendência crescente, em resposta à forte procura global, mas também a choques de oferta. O Brent, que em 2009 era comercializado a 63,21 USD/barril, valor inferior ao de 2008, aumentou para 93,21 USD/barril. A expectativa é de um aumento continuado nos anos subsequentes. É esperado que em 2012 o Brent seja transaccionado no valor de 95,34 USD/barril e em 2016 em 119,34 USD/barril.

No que concerne aos produtos não petrolíferos (alimentares), os preços dos principais bens alimentares de consumo, a nível internacional, caíram em 2011. O índice de preços de alimentos da FAO ficou em 211 pontos em Dezembro de 2011, uma queda de 5,5% comparado com o mês homólogo. A queda foi motivada por uma brusca descida nos preços internacionais dos cereais, óleo, açúcar e produtos lácteos. A perspectiva da FAO é de uma contínua diminuição dos preços dos alimentos em boa parte do ano de 2012, provocado pela expectativa do aumento de oferta de vários produtos alimentares básicos e a incerteza sobre a situação económica mundial.

A economia americana recuperou igualmente da forte recessão de 2009, o PIB real cresceu perto de 3% em 2010 e 1,5% em 2011. O crescimento foi sobretudo suportado pelo consumo privado, impulsionado por medidas de estímulos fiscais e pelas exportações. As projecções do Fundo Monetário apontam para um crescimento do PIB real, na ordem de 1,8% em 2012. Quanto a inflação esta tem mantido estável e moderada.

A economia da zona euro acusa um ritmo de crescimento económico muito modesto, após ter sofrido uma forte recessão económica em 2009 de -4,3%. Apesar da elevada instabilidade financeira vivida em 2010 na zona euro, o crescimento económico registado surpreendeu pela positiva, tendo crescido 1,8% em 2010 e 1,7% em 2011. Em 2012 espera-se uma desaceleração do crescimento económico para 1,1%. O nível de inflação na Área Euro, medido pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou, em 2010, uma taxa de 1,6%, e 2,5 em 2011. A previsão para 2012 é de redução da taxa de inflação para 1,5%.

África subsariana. Embora com menor magnitude, a económica subsariana também foi afetada pela crise financeira internacional, o ritmo de crescimento económico diminuiu de 7,2% em 2007 para 2,7% em 2009, o valor mais baixos dos últimos anos. Mas rapidamente conseguiu recuperar o ritmo da atividade económica, tendo crescido 5,4 e 5,2% em 2010 e 2011, respetivamente. As projeções para 2012 apontam para uma expansão da atividade económica em 5,8%. Todavia, a sustentabilidade do crescimento económico, continua a depender de forma significativa da conjuntura externa, dos preços das matérias-primas, continuação de estímulos internos e fortes entradas de capitais provenientes do IDE.

A inflação em África subsariana foi de 7,5% em 2010 e 8,4% em 2011, percentagens superiores ao verificado em 2009.

A economia chinesa resistiu muito bem a crise, com a ajuda de políticas fiscais expansionistas. Em 2009, o crescimento ultrapassou os 9%, e em 2010 e 2011 alcançou valores muito próximo de 10%. Para 2012 prevê-se um crescimento em torno de 9%. Ao mesmo tempo, as pressões inflacionistas aumentaram, fruto da alta dos preços dos alimentos, causada principalmente por problemas de abastecimento.

Em relação à economia japonesa, após uma forte recessão de 6,3% em 2009, a maior recessão dos últimos anos, esta economia cresceu 4% em 2010. Em 2011, o Japão foi gravemente atingido por um forte terramoto e por um tsunami, que causaram milhares de vítimas, provocaram sérios danos em centrais nucleares e perturbaram todo o funcionamento da economia, o que levou a uma recessão da atividade económica (-0,5%). Para 2012 prevê-se um crescimento de 2,3%.

12.2. Perspetiva macroeconómica nacional

O quadro macroeconómico para o período 2012–16, foi concebido em dois cenários, designadamente: i) o cenário de base, que presume o arranque da produção/exportação de petróleo em 2015 e ii) um cenário alternativo, sem a produção/exportação de petróleo. Para além disso, ambos os cenários presumem que a taxa de câmbio nominal continuará vinculada ao euro à taxa de Dbs. 24 500 por euro. As projeções orçamentais partem do pressuposto de que o Governo manterá em dia os pagamentos pelo fornecimento de energia, através de um esforço que combinará uma forte disciplina orçamental, reformas estruturais na EMAE e a adoção de um mecanismo de reajuste automático dos preços dos combustíveis no retalho. As principais características das perspetivas macroeconómicas em ambos os cenários são:

- No cenário petrolífero, o crescimento deverá subir para 6% até 2014 e em seguida disparar com o início da produção/exportação petrolífera, enquanto a inflação deverá baixar para um dígito. Espera-se que o governo estabilize o défice primário interno em

cerca de 3% do PIB até 2014, em linha com o financiamento disponível, enquanto o défice da conta corrente deverá declinar.

- No cenário não petrolífero, projeta-se um crescimento menor do que no cenário petrolífero, dada a ausência de despesas de investimento relacionadas ao petróleo e de efeitos de segunda ordem decorrentes da receita do petróleo. O financiamento do orçamento será limitado, e o governo terá de adotar políticas orçamentais mais restritivas e utilizar como meta um défice primário interno de cerca de 2% do PIB.

12.2.1. Cenário de base

Ambiente externo

À medida que a procura mundial se recupera, S. Tomé e Príncipe poderá começar a colher os benefícios do seu programa de investimento público, com avanços positivos no turismo e nas telecomunicações e investimentos adicionais no sector petrolífero. Segundo as previsões, os preços do petróleo continuarão altos o suficiente para atrair investimentos adicionais neste sector até ao médio prazo. O país é extremamente dependente das importações e, por conseguinte, variações nos preços mundiais dos produtos de base e na taxa de câmbio euro-dólar teriam um forte impacto sobre a inflação interna. A esperada moderação dos preços do petróleo e dos alimentos no médio prazo mais do que compensaria a expectativa de enfraquecimento do euro e da dobra frente ao dólar. O ritmo de crescimento das importações diminuirá em linha com a descida dos preços mundiais dos produtos de base.

Perspetivas em termos de crescimento e inflação e projeções sectoriais

O melhor caminho para reduzir a pobreza é através do crescimento do PIB real. A estratégia de crescimento económico assenta no desenvolvimento do sector privado e na diversificação económica. O quadro de médio prazo (2012-2016) prevê um crescimento anual do PIB de cerca de 5,5% em 2012 e 6% até 2014 (Tabela 1). A produção de petróleo faz o crescimento do PIB saltar para cerca de 25% em 2015. Os motores do crescimento serão as perfurações na ZDC com a Nigéria e, potencialmente, na ZEE, já que é possível a perfuração de poços nos blocos 2, 3 e 4. O sector da construção será beneficiado de investimentos nos domínios de infraestruturas de transportes (porto e aeroporto), bem como de energia e telecomunicações. O programa de investimento social continuará a ser custeado com o apoio dos doadores. As melhorias nas infraestruturas ajudarão a fomentar o crescimento do turismo, dos serviços de transportes externos e de telecomunicações.

As perspetivas para a inflação refletem o declínio projetado nos preços dos produtos de base não combustíveis no médio prazo. A inflação deverá diminuir de uma média de 14,3% em 2011 para cerca de 9% em 2012, com novos declínios até chegar a cerca de 3% em 2015, à medida que a

paridade fixa com o euro consegue ancorar as expectativas inflacionistas e que prossegue a diversificação económica.

Finanças públicas

No médio prazo, o objetivo do Governo é estabilizar o défice primário interno mantendo-o em linha com o financiamento disponível não gerador de dívida. Para o efeito, o Governo planeia reforçar a arrecadação de receitas e mobilizar mais receitas internas, enquanto beneficia da expansão económica resultante do arranque da produção petrolífera, a partir de 2015. O total da receita, excluídas as receitas do petróleo, deverá aumentar de Dbs. 0,8 mil milhões (17,5% do PIB) em 2011 para Dbs. 1,4 mil milhões (16% do PIB) em 2016 (Tabelas 2 e 3). A maior fonte de crescimento da receita deverá ser a receita fiscal (sobretudo dos impostos diretos), cujo aumento projetado será de cerca de 1 p.p. do PIB no médio prazo, como reflexo dos esforços de mobilização de receitas fiscais através de medidas para aperfeiçoar as administrações fiscal e aduaneira. Em complemento a estes esforços, o Governo planeia controlar os gastos, especialmente ao dar prioridade a gastos com bens e serviços e a transferências compatíveis com os recursos disponíveis. Na generalidade, o défice primário global deverá melhorar gradativamente para 3% do PIB até 2014, vindo a subir para cerca de 6% do PIB com o início da produção/exportação de petróleo, à medida que o Governo alarga o seu programa de investimento público. A expectativa é que o financiamento — na forma de donativos de apoio ao orçamento — deverá provir do Banco Mundial, de outros parceiros de desenvolvimento, tais como a UE, e de parceiros regionais até 2014, enquanto o Governo ainda puder continuar a transferir recursos da CNP. A partir de 2015, o financiamento provirá na sua maioria dos fundos de receitas petrolíferas.

Sector externo e perspetivas para a dívida

O défice da conta corrente externa não apresenta melhoria substancial com o início da produção petrolífera por causa do pressuposto de que um grande investimento relacionado ao petróleo será realizado em 2015 e 2016.¹⁰ Com o arranque da produção petrolífera em 2015, o salto significativo projetado nas exportações é em grande medida atenuado pelo forte aumento esperado nas importações ligadas a um investimento petrolífero de grande escala em 2015 e 2016, da ordem de USD 200 milhões. A melhoria do défice da balança comercial será atenuada pelo esperado agravamento da conta de serviços factoriais líquidos relacionados às remessas de lucros e recuperação de custos das empresas petrolíferas (Tabelas 4 e 5). O crescimento das exportações antes do petróleo será impulsionado por incrementos na produção de cacau, reexportação de combustíveis para as empresas de transporte aéreo e marítimo, conforme S. Tomé e Príncipe reabilita o seu aeroporto e alarga a sua conectividade, e expansão do turismo.

¹⁰ Este pressuposto será revisto com todo o rigor nos próximos meses.

O financiamento externo deverá permanecer mais ou menos inalterado, dada a expectativa de que os fluxos privados — sobretudo o investimento direto estrangeiro — acompanhem o crescimento do investimento petrolífero esperado, enquanto o financiamento na forma de donativos deverá diminuir como proporção do financiamento total à medida que o país faz a transição entre donativos e empréstimos da Agência Internacional de Desenvolvimento (AID). Mesmo com o início da produção petrolífera, S. Tomé e Príncipe ainda apresentará um risco elevado de sobre-endividamento. Uma recente análise de sustentabilidade da dívida (ASD)¹¹, elaborada em conjunto pelo FMI e Banco Mundial, mostra que o rácio Valor Acrescentado (VA) da dívida/exportações permanece acima do limiar indicativo específico para o país por um período prolongado. Os indicadores globais da dívida externa são elevados no curto prazo mas deverão começar a cair após o início da produção/exportação de petróleo em 2015. De referir, a este respeito, que o perfil projetado da dívida é coerente com uma dinâmica da dívida elevada porém manejável, e que o país será capaz de cumprir as suas obrigações correntes.

Projeções monetárias

A previsão é que a expansão monetária acompanhe o crescimento económico. O crédito ao sector privado deverá crescer cerca de 10% ao ano no período 2012-2016, com um salto no crescimento em 2015 quando as receitas do petróleo entrarem na economia (Tabelas 6 e 7). A taxa de expansão da massa monetária seria coerente com a manutenção de reservas internacionais brutas equivalentes a cerca de quatro meses de importações, para uma média de 13,5% ao ano. A velocidade de circulação da moeda deverá continuar a rondar os 2,7% até ao início da produção petrolífera.

Os fluxos de entrada de IDE em preparação para a produção petrolífera elevarão o nível das reservas internacionais de cerca de 3,5 meses de importações no final de 2011 para cerca de 4 meses de importações no final de 2014. Com o início da produção petrolífera em 2015, projeta-se que as reservas internacionais subirão para cerca de cinco meses de importações no médio prazo. A taxa de câmbio nominal deverá permanecer vinculada ao euro à taxa de Db. 24.500 por euro, apoiada por uma linha de crédito do Tesouro português. A dobra — à semelhança do euro — deverá sofrer uma depreciação gradual frente ao dólar.

A supervisão bancária será reforçada através de visitas periódicas de inspeção, da monitorização regular dos indicadores de solidez bancária (entre eles o rácio entre empréstimos e depósitos), da revisão dos planos de negócios dos bancos e da aplicação de um quadro de gestão de liquidez.

¹¹ Relatório do FMI No. 12/34.

12.2.2. Cenário alternativo (não petrolífero)

Ambiente externo

Este cenário presume que as quantidades de reservas petrolíferas na ZDC e na ZEE não serão comercialmente viáveis. Neste caso, o país terá de buscar a diversificação da sua base de exportação. A assistência dos doadores será ainda mais crítica para modernizar as infraestruturas do país e formar as suas capacidades em matéria de gestão económica.

Perspetivas em termos de crescimento e inflação

Presume-se que o crescimento do PIB real será 0,5% do PIB menor do que no cenário petrolífero em 2013–14, com menores fluxos de IDE relacionados ao petróleo e um ritmo mais lento de execução do programa de investimento público do governo dada a ausência de financiamento a partir das receitas petrolíferas (Tabela 8). No longo prazo, projeta-se que o crescimento se sustente na faixa de 5,5%, próximo à norma histórica. Para alcançar este potencial, serão necessárias políticas macroeconómicas sólidas, medidas para melhorar o clima de investimento e o êxito na aplicação de uma estratégia de desenvolvimento do turismo. O crescimento seria impulsionado pelo turismo, a agricultura e as pescas. Na ausência do petróleo, o investimento teria de ser suportado pela entrada de donativos. As projeções para a inflação permaneceriam inalteradas, pois esta seria influenciada sobretudo por fatores externos e pela paridade cambial.

Finanças públicas

Na ausência da produção de petróleo, os recursos para financiar o orçamento seriam mais restritos, pois o Governo não poderia continuar a contar com os bónus do petróleo; os recursos da Conta Nacional de Petróleo (CNP) seriam mais escassos e a atividade económica também seria menos intensa, gerando menos receitas fiscais. Nestas circunstâncias, o Governo adotaria como meta um défice primário interno de cerca de 2% do PIB até 2016, que estaria em linha com o financiamento disponível não gerador de dívida (Tabelas 9 e 10). Isto exige um ajustamento de cerca de 1,5 p.p. do PIB no médio prazo. Para o efeito, o Governo planeia redobrar os esforços para mobilizar mais receitas, e espera que as receitas totais aumentem para cerca de 17% do PIB em 2016. A expectativa é que as medidas relacionadas à administração da receita visando alargar a base de tributação produzam um aumento das receitas fiscais e ajudem a mitigar o impacto da ausência de receitas do petróleo. Em simultâneo, o Governo pretende restringir os gastos não prioritários e manter a folha salarial fixa em termos reais. Neste cenário, o Governo continuaria a depender de donativos dos seus parceiros de desenvolvimento em apoio ao orçamento.

Sector externo e perspectivas para a dívida

O défice projetado da conta corrente externa (excluindo as transferências oficiais) declinará de cerca de 48% do PIB em 2011 para um nível de médio prazo próximo de 30% do PIB em 2016, como reflexo do declínio das importações que ocorreria na hipótese de não realização dos projetos relacionados ao petróleo (Tabelas 12 e 13). Seria difícil obter recursos para financiar o défice da conta corrente, uma vez que é pouco provável que se possa manter os empréstimos em condições não concessionais nos insustentáveis níveis elevados verificados em 2009-2011. O investimento de capital de cerca de USD 24 milhões cujo financiamento deverá provir de empréstimos concessionais em 2013 e 2014 terá de ser adiado para evitar uma dinâmica da dívida potencialmente insustentável. Para manter a sustentabilidade da dívida, o endividamento externo terá de ser reduzido em 2012-15 em cerca de 3% do PIB ao ano. Na ausência de oportunidades de investimento no sector petrolífero, os fluxos de IDE diminuirão para cerca de 6,5% do PIB, o que é consistente com a média dos países subsarianos. Espera-se que o financiamento na forma de donativos permaneça próximo das normas históricas, mas a mobilização de donativos adicionais poderia atenuar o impacto da menor contratação de empréstimos para fins de investimentos de capital.

Num cenário não petrolífero, S. Tomé e Príncipe continuaria a apresentar um alto risco de sobre-endividamento no médio prazo e estaria mais vulnerável a choques económicos adversos. O rácio dívida/PIB teria um aumento constante, para mais de 30%, antes de apresentar um declínio gradual resultante de uma combinação de disciplina orçamental e crescimento do PIB. Garantir a sustentabilidade da dívida no longo prazo exigiria um esforço sustentado de ajustamento orçamental.

Projeções monetárias

Com o declínio dos investimentos no sector petrolífero, a procura por moeda abrandaria, assim como os depósitos em divisas nos bancos comerciais. A massa monetária crescerá a uma taxa compatível com a manutenção de reservas internacionais brutas utilizáveis equivalentes a cerca de quatro meses de importações, a uma média de cerca de 11% ao ano (contra 13,5% ao ano no cenário petrolífero). O menor crescimento da massa monetária e a acumulação mais lenta de ativos externos líquidos reduziriam o ritmo de crescimento dos ativos internos líquidos. O crédito ao sector privado crescerá cerca de 8% ao ano entre 2012-2016, em comparação a uma taxa de 10% caso fosse iniciada a produção de petróleo (Tabelas 13 e 14).

12.3. Riscos

Entre as principais vulnerabilidades no médio prazo figuram o crescimento mais lento do PIB, o prolongamento dos problemas financeiros e económicos na Europa e choques nos preços internacionais.

- O crescimento mais lento do PIB poderia ser uma consequência da não descoberta de petróleo em quantidades comercialmente viáveis na ZDC e na ZEE ou das dificuldades financeiras nos países desenvolvidos.
- O alto risco de recessão no mundo desenvolvido gera riscos significativos de deterioração das perspectivas aqui apresentadas. As dificuldades na zona do euro, a principal fonte de investimento e de comércio de S. Tomé e Príncipe, poderiam limitar as perspectivas de crescimento do país. As perturbações económicas dos países da zona do euro, especialmente Portugal, teriam repercussões imediatas em S. Tomé e Príncipe, através do declínio da ajuda externa, dos fluxos financeiros e das remessas.
- Choques nos preços internacionais dos alimentos e combustíveis poderiam gerar um impacto negativo sobre a inflação, ao elevar a taxa de câmbio efetiva real e reduzir a competitividade do país, para além do seu enorme impacto negativo sobre os pobres.

13. MECANISMO DE IMPLEMENTAÇÃO, SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO

A existência de uma estrutura funcional de implementação, seguimento e avaliação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza constitui garantia para a implementação efetiva das ações programadas.

Porém, a experiência do mecanismo de seguimento da ENRP I revelou debilidades e demonstrou funcionamento deficiente devido ao fraco engajamento tanto ao nível sectorial como nacional. Essa situação, cujas causas também se podem atribuir a distorções nas relações horizontais e verticais entre as instituições responsáveis pela programação, execução e seguimento das prioridades estratégicas, repercutiu necessariamente tanto no desempenho como na qualidade e difusão de informações e dados estatísticos e, por conseguinte, na apreciação das ações desenvolvidas, bem como do respetivo impacto.

Por isso, a Estratégia Quinquenal tem como um dos seus principais trunfos reforçar o mecanismo existente para que na plenitude das suas funções possa assumir com maior determinação o compromisso de implementação, seguimento e avaliação da estratégia, com base nos programas estabelecidos.

Para o efeito, e considerando que o que está em causa é a eficácia e a eficiência do mecanismo de implementação, seguimento e avaliação da estratégia, deverá ser desencadeado um processo de revisão das disposições do Decreto-lei nº. 32/2005, com o propósito de:

- Criar condições para o funcionamento regular do mecanismo de implementação, seguimento e avaliação;
- Incorporar a Unidade de Coordenação das Ajudas (UCA);
- Integrar a participação da Direção do Orçamento;
- Reforçar o papel do Observatório de Redução da Pobreza e precisar o quadro institucional do seu relacionamento com as demais instituições envolvidas, nomeadamente a Direção do Planeamento e o Instituto Nacional de Estatística;
- Redefinir os pontos focais ao nível dos diferentes sectores e dos órgãos de poder regional e local;
- Clarificar as formas de participação (auscultação e contribuição) dos parceiros técnicos e financeiros;
- Responsabilizar as instituições envolvidas, tanto ao nível central como regional e distrital, no processo de recolha, sistematização e disponibilização de informações e dados necessários relativos ao processo de implementação e seguimento dos programas previstos, bem na avaliação dos resultados e impactos respetivos.

13.1. Quadro organizativo para a implementação, seguimento e avaliação

O quadro organizativo para a implementação, seguimento e avaliação da Estratégia Quinquenal pretende superar as debilidades constatadas no passado para garantir uma melhor coordenação da implementação e circulação das informações.

Nesse sentido, a revisão do decreto-lei n.º 32/2005 permitirá recompor e introduzir melhorias no mecanismo de implementação, seguimento e avaliação que passará a compreender os seguintes órgãos:

- (i) Conselho Ministerial;
- (ii) Conselho Consultivo Nacional;
- (iii) Comissão de Coordenação Técnica;
- (iv) Observatório de Redução da Pobreza;
- (v) Pontos Focais.

Conselho Ministerial

O Conselho Ministerial é o órgão de orientação e supervisão das ações de redução da pobreza, cabendo-lhe promover o cumprimento dos programas e tomar decisões e medidas conducentes ao aperfeiçoamento do quadro institucional e do sistema de seguimento e avaliação do impacto das políticas, da implementação das atividades realizadas e dos resultados obtidos.

O Conselho Ministerial reúne todos os membros do Governo sempre que necessário para a apreciação do cumprimento da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. As reuniões do Conselho Ministerial serão programadas sob proposta do Ministro responsável pelo planeamento.

As sessões do Conselho Ministerial são presididas pelo Primeiro-Ministro e Chefe do Governo ou, em caso de ausência ou impedimento deste, pelo Ministro responsável pelo planeamento.

Em caso de necessidade, poderão ser convidados para as sessões do Conselho Ministerial especialistas ou técnicos diretamente envolvidos no processo de implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza.

Conselho Consultivo Nacional

O Conselho Consultivo Nacional é um órgão de consulta alargada em matéria de redução da pobreza, ao qual compete apresentar sugestões e iniciativas, dar pareceres, formular recomendações e contribuir para a apropriação efetiva da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza ao nível de todas as instâncias superiores de decisão.

São membros do Conselho Consultivo Nacional os Diretores do Planeamento, do Orçamento, do Instituto Nacional de Estatística, da Unidade de Coordenação das Ajudas e do Observatório de Redução da Pobreza, os Pontos Focais sectoriais, regional e distritais, bem como os representantes das instituições representativas do sector privado e da sociedade civil organizada.

O Conselho Consultivo Nacional reúne pelo menos duas vezes por ano sob a presidência do Ministro responsável pelo Planejamento, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias em caso de necessidade.

Sempre que necessário, o Conselho Consultivo Nacional convocará reuniões extraordinárias, copresididas pelos Ministros titulares do Planejamento, Finanças, Cooperação e Negócios Estrangeiros, com a participação dos parceiros técnicos e financeiros para fins de auscultação e consultas sobre questões de cooperação e parceria em torno da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza.

Comissão de Coordenação Técnica

A Comissão de Coordenação Técnica é um órgão de coordenação técnica permanente de todas as atividades relacionadas com a implementação, seguimento, avaliação e atualização ou revisão da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza.

Compete à Comissão de Coordenação Técnica:

- (i) Promover o relacionamento institucional entre todas as partes envolvidas no processo de implementação, seguimento, avaliação da Estratégia Quinquenal;
- (ii) Garantir o funcionamento das relações institucionais horizontais para a garantia do fluxo de informações sobre as prestações regional, distritais e setoriais no cumprimento da Estratégia Quinquenal;
- (iii) Prestar assistência técnica permanente aos órgãos de decisão em matéria de apreciação do cumprimento da Estratégia Quinquenal;
- (iv) Apreciar os resultados do desempenho dos diferentes Pontos Focais para fins de acompanhamento;
- (v) Contribuir para a produção e apresentação dos relatórios de síntese relativas às prestações das instituições-membros;
- (vi) Propor revisões ou atualizações da Estratégia em função da evolução da situação da pobreza.

São membros da Comissão de Coordenação Técnica, os Diretores do Planejamento, do Orçamento, do Instituto Nacional de Estatística, da Unidade de Coordenação das Ajudas e do Observatório de Redução da Pobreza.

Para fins de concertação e esclarecimento, qualquer dos pontos focais poderão ser convidados a participar nas reuniões da Comissão de Coordenação Técnica que reúne trimestralmente, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias, mediante proposta de qualquer dos seus membros.

As reuniões da Comissão de Coordenação Técnica são copresididas pelos Diretores do Observatório de Redução da Pobreza e do Planejamento.

Observatório de Redução da Pobreza

O Observatório de Redução da Pobreza é o órgão técnico responsável pelo seguimento e avaliação da implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza e garante da interação entre os órgãos que compõem o mecanismo de implementação, seguimento e avaliação. Para isso não pode ser negligenciado o seu (re)enquadramento institucional, visando conceder-lhe a autoridade e competência necessárias para o cumprimento da sua missão. Implica que no quadro da nova dinâmica do processo de luta contra a pobreza, independentemente da orientação/decisão no que toca ao seu estatuto, está fundamentalmente em causa o reforço tanto em termos de recursos humanos como de materiais e financeiros para que as componentes análise e avaliação se vejam efetivamente como prioridade, cujos resultados determinarão a substância das programações futuras. Nesse sentido deverá orientar a revisão das disposições do Decreto-lei n.º 32/2005.

Pontos Focais

Os Pontos Focais são órgãos técnicos de apoio ao Observatório de Redução da Pobreza e encarregues de assegurar a coordenação das intervenções das diferentes estruturas envolvidas no processo de realização de programas e projetos no âmbito da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, deles dependendo em grande medida a fiabilidade e o fluxo de dados e informações para fins de seguimento e avaliação.

Para efeitos de seguimento e avaliação da implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, são estabelecidos pontos focais com responsabilidades nos níveis de intervenção seguintes:

- (i) ao nível dos Ministérios técnicos ou sectoriais e das instituições centrais autónomas;
- (ii) ao nível da Região Autónoma do Príncipe;
- (iii) ao nível dos Distritos.

Pontos Focais Sectoriais: São Pontos Focais Sectoriais os serviços responsáveis por estudos e planeamento nos Ministérios sectoriais e nas instituições centrais autónomas ou os serviços para os quais forem delegados as missões de planificação, programação e implementação de políticas, programas e orçamento e seu seguimento¹².

Ponto Focal Regional: O Ponto Focal Regional é a Comissão Regional para a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, criada ao nível da Região Autónoma do Príncipe e composta

¹² A existência de um serviço de planeamento ao nível de todos os sectores, na Região Autónoma do Príncipe e nos Distritos inclusive, sob orientação do Ministério titular do planeamento, seria de grande vantagem, pois (1) resolveria o problema de indicação ou indigitação dos pontos focais, (2) viabilizaria as atividades de coordenação, (3) facilitaria a uniformização dos procedimentos de relacionamento institucional e (4) agilizaria os expedientes relacionados com a recolha, sistematização, tratamento e fluxo de circulação de dados e informações, de uma maneira geral.

A Comissão de Coordenação Técnica poderá jogar um papel central nesse sentido.

por representantes do Governo Regional e da Assembleia Regional, do Governo central na Região, bem como do sector privado e das organizações da sociedade civil regionais. A Comissão Regional para a Redução da Pobreza reúne trimestralmente sob a presidência do Presidente do Governo Regional, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias sempre que necessário.

Pontos Focais Distritais: Pontos Focais Distritais são Comissões Distritais para a Redução da Pobreza, criada ao nível de cada Distrito e compostas por representantes das Câmaras Distritais e das Assembleias Distritais, do Governo central no Distrito, bem como representantes do sector privado e das organizações da sociedade civil representadas no Distrito. Cada Comissão Distrital para a Redução da Pobreza reúne trimestralmente sob a presidência do Presidente da Câmara Distrital, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias sempre que necessário.

Os pontos focais a diferentes níveis serão representados pelos respetivos responsáveis ou por técnicos por estes indigitados nas reuniões do Conselho Consultivo Nacional.

Cabe aos pontos focais:

- Manter o relacionamento institucional com o Observatório de Redução da Pobreza para fins de coordenação das atividades de seguimento e avaliação da implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza;
- Coligir dados e informações que permitam o seguimento da execução física e financeira dos programas e projetos de redução da pobreza, tendo em conta as particularidades dos sectores ou instituições que representam;
- Produzir relatórios periódicos das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos, bem como do respetivo impacto na evolução da situação da pobreza, considerando os eixos estratégicos definidos na Estratégia Nacional de Redução da Pobreza.

13.2. Processo de Implementação e Monitorização da Estratégia

A Estratégia 2012-2016, tem por missão melhorar a vida das populações, através da promoção do crescimento da economia, redução da pobreza e realização dos OMD. O seu desempenho não será única e exclusivamente medido pelas acções materializadas e pelos recursos mobilizados, mas também pelo alcance dos objectivos inicialmente traçados. Por isso, o princípio de gestão com base em resultados será tido em conta em todas as etapas dos processos de planificação, implementação e seguimento e avaliação dos diferentes programas sectoriais. Esta preocupação, foi manifestada pelos diferentes intervenientes no processo de elaboração desta estratégia.

A operacionalização da estratégia, deverá ser feita através dos seguintes instrumentos de programação: o Programa de Acções Prioritárias (PAP) e os Planos Operacionais Regional e Distrital (PORD). O PAP deve incluir todos os investimentos e acções prioritárias inerentes aos

diferentes eixos estratégicos. O PAP é a tradução da ENRP em programas e projectos e deverá estar em consonância com o Programa de Investimentos Públicos (PIP), em função dos Orçamentos Programas dos sectores, e servir de elo de ligação entre a Estratégia e o Orçamento Geral do Estado, que constitui o principal instrumento de implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza.

Cada um dos Ministérios deve organizar-se e trabalhar para uma melhor estruturação de Programas sectoriais, assim como munir-se de meios para a sua implementação e instrumentos de seguimento e avaliação.

Ao nível dos poderes Regional e Distrital, a operacionalização da Estratégia será conforme os Planos Operacionais, que tenham em conta os eixos da estratégia e as prioridades de investimentos contidas tanto na Estratégia, como no Plano de Acções da mesma.

Os projectos para o desenvolvimento das comunidades locais serão implementados com o envolvimento das comunidades, e através e/ou em articulação com os órgãos do poder local de forma a promover não só as capacidades deste nível de Governo, como também melhor focalizar as intervenções com base em evidências.

Os parceiros técnicos e financeiros deverão, na base da ***Declaração de Paris sobre a eficácia da ajuda***, harmonizar os seus **programas-país, e intervenções**, com a referida Estratégia. Os programas e projectos propostos pelos parceiros de desenvolvimento deverão ser analisados e avaliados, por forma a assegurar que os mesmos prossigam os objetivos e prioridades da estratégia, antes da sua implementação.

Em 2014, uma avaliação intermédia deverá ser realizada para:

- avaliação do grau de alinhamento de diferentes intervenções aos objectivos e prioridades da estratégia;
- avaliação do grau de cumprimento da estratégia;
- Ajuste, caso necessário, das intervenções, por forma a contribuir para a melhoria do desempenho e implementação da estratégia.

13.3. Sistema de seguimento e avaliação

A análise dos fatores determinantes da pobreza assim como as mudanças esperadas exigem ações vigorosas e deverão apoiar-se em princípios e medidas de acompanhamento, com vista a assegurar a eficácia da estratégia de redução da pobreza.

Nesse contexto, urge assegurar o seguimento das intervenções previstas, construindo para o efeito um Sistema de Seguimento e Avaliação para se conseguir:

- (i) o reforço das capacidades humanas e institucionais nos domínios de planificação, seguimento e avaliação;
- (ii) a coordenação na implementação das intervenções e circulação de informação;

(iii) o seguimento e avaliação dos resultados.

Nesse domínio propõe-se dois níveis de seguimento:

A) O seguimento a nível global ou estratégico tem como objetivo:

- Recolher e tratar os dados sobre a execução física e financeira dos programas sectoriais, com maior relevância nos indicadores de produto e de resultado nos sectores diretamente ligados a pobreza;
- Recolher, registar, analisar e divulgar em relatório próprio produzido periodicamente a evolução dos indicadores inseridos nas matrizes previamente assumidas;
- Produzir periodicamente um relatório de seguimento do processo de implementação da ENRP a ser submetido aos diferentes órgãos do mecanismo.

B) O seguimento sectorial, distrital e regional refere-se ao seguimento da implementação sectorial, regional e distrital, através dos pontos focais sectoriais e dos comités regional e distritais:

- Seguimento sectorial é assegurado pelo Ponto Focal Sectorial (PFS), representado pelos serviços de planeamento sectorial (SPS), que tem por missão velar pela coerência na planificação das intervenções e coordenar a implementação e seguimento das ações no domínio das competências do sector;
- Seguimento regional é assegurado pelo Ponto Focal Regional (PFR), representado por um Representante do Governo Regional, que tem por missão coordenar a implementação e o seguimento das ações no terreno ao nível regional;
- Seguimento distrital é assegurado pelo Ponto Focal Distrital (PFD), representado por um Representante da Câmara Distrital, que tem por missão coordenar a implementação e o seguimento das ações no terreno ao nível distrital.

13.4. Disseminação das informações de seguimento e avaliação dos resultados

13.4.1. Disseminação de informações

O seguimento e avaliação devem permitir devolver informações aos decisores políticos e a sociedade sobre o desempenho das instituições e o impacto das políticas e programas existentes. Nesse contexto a disseminação de informações é o meio a partir do qual os resultados de seguimento e avaliação são difundidos para que possam ser tomadas em conta no processo de tomada de decisões justas e em momento oportuno. Os resultados devem ser largamente difundidos a fim de garantir uma larga utilização. A larga difusão dos resultados consolida o sistema e reforça a cultura de gestão baseada em resultados.

13.4.2. Formas e meios de disseminação de informações

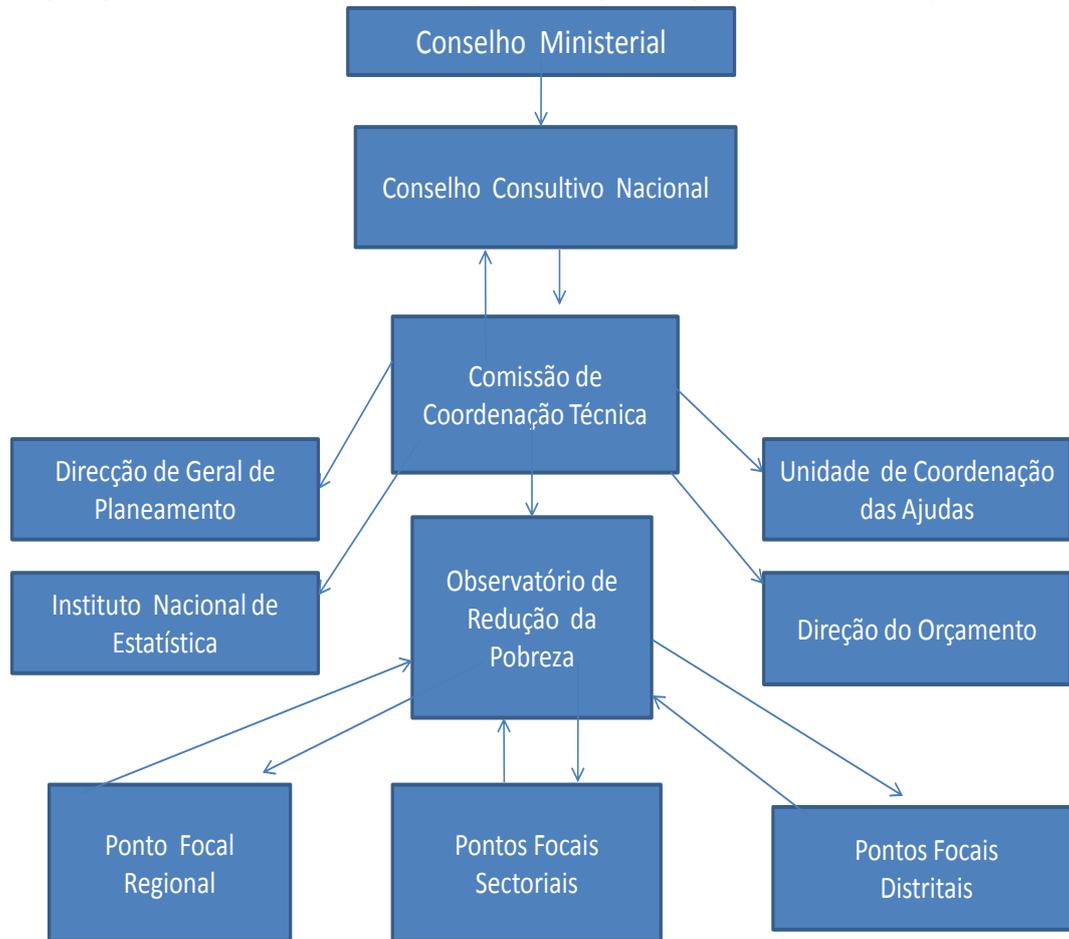
Em face das lacunas constatadas a esse nível, torna-se imprescindível a (re)definição de uma estratégia de comunicação que tenha em conta as necessidades diversas dos diversos utilizadores (decisores, responsáveis dos programas, os parceiros técnicos e financeiros, os médias e o grande público).

Por outro lado, faz-se necessário a identificação de comunicadores competentes e vocacionados para uma disseminação de informação estruturada e adequada, visando os consumidores-alvo.

Serão utilizadas diferentes formas e meios de disseminação de informações a saber:

- Publicação de Relatórios Periódicos;
- Organização de Seminários de disseminação;
- Reuniões sectoriais com quadros técnicos;
- Programas radiofónicos e televisivos;
- Publicação na imprensa escrita;
- Encontros nas instituições de ensino e nas comunidades;
- Distribuição de panfletos e brochuras;
- Promoção de Website com informação atualizada.

Organigrama do Mecanismo de Implementação, Seguimento e Avaliação da ENRP II



Estratégia Nacional de Crescimento e Redução da Pobreza 2012-2016
Matriz de Seguimento e Avaliação

Eixos/Objectivos	Indicadores	Situação de referência		Metas					Entidade Responsável
		Níveis de referência	Meios de verificação / Fontes	2012	2013	2014	2015	2016	
Eixo I - Reforma das instituições públicas, reforço da política de boa governação									
	Tempo médio de resolução de casos judiciais por	nd		nd	nd	nd	nd	nd	MJEE/Tribunais
	% crianças registadas em menos de um mês no país	100							
	% de serviços centrais racionalizadas e com novas organicas	nd							
	Nº de sectores com instrumentos de planeamento estrategico	8	Dados disponíveis em 2011-DGP					10	
	Nº de serviços públicos na rede do Estado	nd						15	INIC
	Nível d e cumprimento do Plano de Acção da Governação Electronica (%)	nd							
	Nível de cumprimento do Plano de Acção do SAFE(%)								
	Nº de Unidades Gestoras FP conectada no SAFE	0				15	15	15	INIC/DTEI
	PIB/habitante	USD 1.017	INE(2010)						
	Taxa de inflação anual		INE(2011)	6	4	3	3	3	INE
	IDH	0,488	Relatorio de Desenvolvimento Humano(2010)						
	Taxa de crescimento real do PIB	4,9	INE(2011)	5,5	6	6	25	4,1	
	Despesas de investimento público em % do PIB	62,5	FMI(2011)	34,6					
	Taxa de inflação anual	13	INE(2010)	8,0					
	Reservas câmbiais(meses de importação)	4,3	BCSTP(2010)						
	APD em % do PIB	29	DT(2010)						
	Taxa de desemprego	13,9	INE(2010)						
	Taxa de crescimento efectivo da população	1,77	Projecções Demograficas de STP no Horizonte 2025	1,83	1,8	1,7	172	1,69	
	Revisão das leis sobre a descentralização								
	Grau de participação dos cidadãos nos assuntos do Estado	Fraco						Rasõavel	Ógãos de Soberania
	Grau de desconcentração dos serviços administrativos	Fraco						Rasoável	MAPD
	Grau de adesão da Sociedade civil as iniciativas de interesse economico,social e cultural	Rasável						Médio	Governo & Parceiros de Desenvolvimento
	Extensão da cobertura radiofonica e televisiva	Boa						Boa	Governo
	Garantia da liberdade de imprensa	Boa						Boa	Governo
	Acesso aos meios de comunicação	Bom						Bom	Governo
	Linhas telemóveis exploradas	18424	STP_CST_2007						
	Nº de utilizadores de telef fixo por 1000 habitantes	48	STP_CST_2007						
	Nº de utilizadores de telef móvel por 1000 habitantes	503	STP_CST_2009						
	Percentagem de agregados q dispõem de um aparelho de rádio	59,2	STP_CST_2007						
	Percentagem de agregados q dispõem de um aparelho de TV	37,6	INE(QUIIB)						
	Taxa da população com acesso a internet	21,8	STP_CST_2007						

Eixo III - Desenvolvimento do capital humano e melhoria dos serviços sociais básicos

Taxa bruta de admissão no ensino básico	117	STP_MECF_2009							MECF
Taxa líquida de escolarização no ensino básico	118	Direcção de Estatística(2010/11)	114	111	107	104	100		MECF
Taxa de abandono no ensino básico	2	Eixo III-2009-2010	2	1	1	0	0		MECF
Taxa de conclusão no ensino básico	86	Direcção de Estatística(2010/11)	89	92	94	97	100,0		MECF
Taxa de repetência no ensino básico	12	Direcção de Estatística(2010/11)	11	10	8	7	6		MECF
Taxa de promoção no ensino básico	87	Direcção de Estatística(2010/11)	88	89	91	92	94		MECF
% de professores do ensino básico com formação específica	40	Direcção de Estatística(2010/11)	52	64	76	88	100		MECF
Taxa de escolarização das raparigas no ensino básico	50	Direcção de Estatística(2010/11)	50	50	50	50	50		MECF
Taxa bruta de admissão no ensino secundario	84	Direcção de Estatística(2010/11)	86	87	89	90	92		MECF
Taxa bruta de escolarização no ensino técnico	590	Direcção de Estatística(2010/11)	772	954	1136	1318	1500		MECF
Taxa de promoção no secundario	56	Direcção de Estatística(2010/11)	60	65	69	74	78		MECF
% de repetencia no ensino secundario	20	Direcção de Estatística(2010/11)	18	17	15	14	12		MECF
Racio alunos turmas no ensino secundario	54	Direcção de Estatística(2010/11)	52	49	47	44	42		MECF
% de abandono no ensino secundario	24	Direcção de Estatística(2010/11)	21	18	16	13	10		MECF
Taxa de alfabetismo	89,1	INE(2005)					98		MECF
Nº de alunos beneficiados com bolsas de estudos internas no ensino superior	253	Direcção de Estatística(2010/11)	5	752	1001	1251	1500		MECF
Nº de alunos com bolsas de estudos no exterior	708	Direcção de Estatística(2010/11)	586	465	343	222	100		MECF
Estudantes no ensino superior por 100 mil habitantes	956	Direcção de Estatística(2010/11)	1085	1214	1342	1471	1600		MECF
Taxa bruta de escolarização no ensino superior	766	STP_MECF_2009							MECF
Nº de estruturas de formação profissional	5	Direcção de Estatística(2010/11)	6	7	8	9	10		MECF
% de despesas com educação no OGE	11,6	STP_MPF_2009		7,6			10		MECF
Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos	63	IDS-STP:2008-2009	58%	50%	45%	40%	40%		
Taxa de mortalidade infantil	38	IDS-STP:2008-2009	30%	25%	20%	20%	20%		
Taxa de mortalidade materna	158	IDS-STP:2008-2009	120				17,3		
Proporção de partos assistidos por pessoal de saúde	94,6	MS-SR:2008	94,6%	95%	95%	95%	96%		
% de unid sanitárias oferec pelo menos cinco servi de cuidados de SR(PF,cuidados pré e pós natal prevenção,ISTs e gestão VBG)	86,4	Instrumento de Planificação e Seguimento do CPAP 2010	88%	88%	90%	90%	90%		
% unid sanitárias oferec serviços de SR integrados aos jovens e adolescentes	75,6	Instrumento de Planificação e Seguimento do CPAP 2010	81%	85%	85%	90%	100%		
% unid sanitárias(Nível distrital) oferecendo Cuidados Obstétricos Básicos de qualidade	75	Instrumento de Planificação e Seguimento do CPAP 2010	75%	75%	80%	90%	90%		
% pessoal saúde por distrito e por posto de saúde q tenha beneficiado de pelo menos uma actividade de formação	97	Instrumento de Planificação e Seguimento do CPAP 2010	98%	98%	98%	98%	98%		
% de população c/ acesso aos serviços saúde <30min	74,1	QUIBB-2005							
Rácio médico/habitante	2300	MS-SR:2008	2926	2743	2587	2452	2334		
Rácio enfermeiro/habitante	908	MS-SR:2008	461	368	368	352	320		
Taxa de incidência do paludismo	22,3/1000	IDS-STP:2008-2009					4/1000		MSAS
Taxa de mortalidade por paludismo	0,14/1000	IDS-STP:2008-2009							
Unidades sanitarias que prestam cuidados de saúde materna	72,9	STP_CPAP_2009	90	90	90	92	92		
Indice sistetico de fecundidade	3,7	Projecções Demograficas de STP no Horizonte 2025	3,63	3,56	3,49	3,41	3,34		
Taxa de cobertura vacinal	77	IDS-STP:2008-2009	80%	82%	82%	84%	85%		
Taxa de incidência de tuberculose	77	OMD6-2009							
Taxa de prevalência por tuberculose		OMD6-2009							
Taxa de mortalidade por tuberculose	0,04	STP_INE_2007							
Nº de prestadores prestando serviços de prevenção do VIH	105	Instrumento de Planificação e Seguimento do CPAP 2010	120	130	140	150	150		
Nº de prestadores prestando serviços de tratamento do SIDA	22	Instrumento de Planificação e Seguimento do CPAP 2010	25	25	30	35	40		

Nº de Agentes de Saúde Comunitária orientados e prestando serviços activamente	170	Instrumento de Planificação e Seguimento do CPAP 2010	172	192	200	210	220	
% de mulheres grávidas com testes do VIH	98	Instrumento de Planificação e Seguimento do CPAP 2010	98%	98%	98%	99%	99%	
% de mulheres grávidas infectadas com VIH recebendo tratamento ARV para reduzir risco de transmissão mãe para filho	70	Instrumento de Planificação e Seguimento do CPAP 2010	75%	85%	90%	99%	100%	
% unidat sanitárias oferecendo aconselhamento e testagem voluntária (ATV)	91,8	Instrumento de Planificação e Seguimento do CPAP 2010	98%	98%	99%	100%	100%	
Taxa de prevalência do HIV/SIDA nas mulheres grávidas frequentando consulta pré natal	0,6	STP_CPAP_2009	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	
Nº de associações e ONGs activas na luta contra VIH/SIDA	8	Instrumento de Planificação e Seguimento do CPAP 2010	10	10	12	12	15	MSAS
Proporção de pessoas que fazem tratamento anti retroviral								
Taxa de prevalência contraceptiva	38,5	Instrumento de Planificação e Seguimento do CPAP 2010					50%	
Taxa de prevalência de pessoas HIV positivas em vida após 12 meses de TARV	12%	Iniciativa OMD da União Europeia				95%		
Esperança de vida a nascença	67,2	STP_INE_2008	68,3	68,6	68,9	69,2	69,4	
% das despesas da saúde no OGE	10		10%	10%	10%	10%	10%	
Nº de associações juvenis funcionais								
Nº de dispositivos legais do quadro regulador do comercio	nd							
Nº de parcerias existentes com congéneres estrangeiras	nd							

Eixo IV - Reforço da coesão e protecção social

Taxa de desemprego(H/M)	13,9	STP_INE_2008						
Areas históricas reabilitadas	nd							
Nº de beneficiários da pensão social	nd							
Nº de estudantes oriundos das famílias carentes beneficiados com formação	nd							
Nº de associações comunitárias e ONG's apoiadas	nd							
Nº de centros dia/lares de acolhimento apoiados	nd							
Nº de agentes sociais formados e operacionais	nd							
Nº de crianças em situações de risco acolhidas em instituições vocacionadas	nd							
Nº de casos de denúncias por violação dos direitos das crianças recebidos	nd							
Nº de instituições de acolhimento das crianças em situação de risco criadas e funcionais	nd							
Taxa de desnutrição crónica de crianças menores de 5 anos	8,5	IDS-STP:2008-2009				3		MSAS/MPD
contribuição do sector primário no PIB(%)	17	STP_INE_2009				20		MPD-DGA
% de famílias abaixo do limiar da pobreza chefiadas por mulheres	66,2	STP_INE_2006						
% de famílias chefiadas por mulheres	38	IOF_2010						MPD/MFCI
Nº de carenciados beneficiados do patrocínio jurídico	nd							
Nº de áreas protegidas(terrestres e marinhas)	nd							
Política nacional de habitação elaborada	nd							
% de população com acesso aos serviços de recolha de lixo	nd							
% de população que têm fossa séptica e ligada a rede de esgotos	nd						0,80	
cobertura com latrinas e saneamento básico(%)	29,7	QUIBB-2005					?	
% de população com acesso a uma instalação melhorada de saneamento %	26	Estratégia Participativa para a Água e Saneamento de STP para 2030				58,0	58	
% de pessoas com acesso a fonte de água segura para beber a partir de casa ou com acesso razoável, nas áreas rurais	12					53,0		
% de pessoas com acesso a fonte de água segura para beber a partir de casa ou com acesso razoável, nas áreas urbanas	57	Estratégia Participativa para a Água e Saneamento de STP para 2030				75,0		

Tabela 1. S. Tomé e Príncipe: Principais Indicadores Económicos, 2007–2016

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Efectivo			Est.		Projeções				
	(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)									
Rendimento nacional e preços										
PIB a preços constantes	6.0	9.1	4.0	4.5	4.9	5.5	6.0	6.0	24.9	4.1
Preços no consumidor										
Fim do período	27.6	24.8	16.1	12.9	11.9	6.0	4.0	3.0	3.0	3.0
Média do período	18.6	32.0	17.0	13.3	14.3	8.8	5.0	3.5	3.0	3.0
Comércio externo										
Exportações de bens e serviços não factoriais	-20.5	29.4	12.1	21.3	9.2	10.2	11.7	12.5	477.1	0.6
Importações de bens e serviços não factoriais	-5.4	35.7	-9.5	29.8	4.3	7.9	9.5	7.5	43.5	5.6
Taxa de câmbio (Dobras por USD; fim do período) ¹	14,362	15,228	16,814	18,336	19,008
Taxa de câmbio efectiva real (depreciação = -)	-0.4	13.2	12.0	-2.8	11.7
Moeda e crédito										
Base monetária	50.0	18.9	22.3	-7.9	-15.4	31.8	15.7	12.3	15.9	14.4
Massa monetária (M3)	38.1	36.8	8.2	25.1	17.5	11.7	13.8	11.9	15.5	14.0
Crédito à economia	33.9	22.8	39.1	40.0	12.3	9.2	7.6	7.6	16.0	9.7
Velocidade (PIB/média de M3)	2.6	2.6	2.8	2.6	2.6	2.7	2.7	2.7	3.0	2.8
Taxa de juro de referência do banco central (%)	28.0	28.0	16.0	15.0	15.0
Taxa de juro activa (%)	32.4	32.4	31.1	28.9	27.0
Taxa de juro passiva (%)	12.8	12.8	11.9	11.0	12.4
Finanças públicas (Percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)										
Total da receita, donativos e bónus de assinatura do petróleo ²	165.5	45.4	31.2	38.1	30.9	37.7	27.2	26.6	35.5	33.2
<i>D/q:</i> receita fiscal	16.4	15.2	14.5	16.6	15.9	16.2	16.2	16.3	14.4	14.7
Receita não fiscal	2.8	1.5	2.1	2.2	1.7	1.4	1.4	1.4	1.5	1.5
donativos	126.6	28.7	14.6	19.3	12.4	11.1	9.6	8.9	5.0	3.8
bónus de assinatura do petróleo	19.8	0.0	0.0	0.0	0.8	9.0	0.0	0.0	0.0	0.0
receitas do petróleo	14.7	13.3
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	40.1	31.2	49.8	49.1	47.4	38.7	33.5	32.2	26.7	25.8
<i>D/q:</i> custos com pessoal	8.9	8.1	7.9	8.3	8.3	8.2	8.2	8.2	7.1	7.3
despesa corrente excl. juros e custos c/pessoal	15.7	12.1	11.7	11.1	9.9	9.7	9.7	9.6	8.2	8.1
despesas de capital custeadas pelo Tesouro	1.1	1.3	4.0	2.3	1.8	2.0	2.0	2.0	5.6	6.0
despesas de capital custeadas por doadores	10.4	6.9	24.5	26.3	25.9	17.6	12.3	11.2	4.8	3.6
Saldo primário interno ³	-8.5	-7.0	-8.0	-4.1	-3.5	-3.4	-3.3	-3.0	-5.8	-5.8
Saldo global (base de compromissos)	125.4	14.2	-18.6	-11.0	-16.5	-1.1	-6.3	-5.6	8.8	7.5
Sector externo										
Saldo da conta corrente										
Incl. transferências oficiais	-36.9	-22.5	-26.1	-33.6	-34.6	-33.5	-32.6	-30.9	-27.7	-29.8
Excl. transferências oficiais	-48.0	-53.1	-43.6	-55.6	-48.2	-45.7	-43.2	-40.6	-33.3	-33.8
VA da dívida externa	12.4	10.6	18.7	33.8	34.2	34.9	32.4	31.4	25.3	24.6
Serviço da dívida externa (% das exportações) ⁴	68.7	49.2	18.9	11.2	13.8	12.6	13.7	13.2	2.7	2.4
Exportações de bens e serviços não factoriais (milhões de USD)	13.7	17.7	19.8	24.0	26.2	28.9	32.3	36.3	209.7	211.0
Reservas internacionais brutas ^{5, 6, 7}										
Meses de importações de bens e serviços não factoriais ⁸	3.5	6.9	5.7	4.4	3.5	3.5	3.7	3.9	5.1	5.2
Milhões de USD	22.5	40.9	43.7	37.9	32.7	34.1	38.4	40.7	55.8	59.6
Como proporção de M2 (%)	70	91	93	129	117	110	99	87	94	83
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD) ⁹	14.9	12.1	9.8	7.9	8.4	30.7	24.8	20.0	68.2	115.1
Por memória:										
PIB										
Mil milhões de Dobras	1,953	2,696	3,185	3,719	4,376	5,090	5,771	6,435	8,250	8,781
Milhões de USD	137	182	194	201	236	266	307	347	441	466
Conta de privatização (milhões de USD)	0	21	6	0	0	0	0	0	0	0

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Ponto médio da taxa do BCSTP.

² Inclui o alívio da dívida HIPC e MDRI.

³ Excl. receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e gastos de capital com financiamento externo.

⁴ Em percentagem das exportações de bens e serviços não factoriais. Inclui o alívio da dívida HIPC e MDRI.

⁵ As reservas brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as RMC sobre depósitos em divisas ou a pagar a taxa de licenciamento.

⁶ Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na empresa de distribuição de combustíveis (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

⁷ Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

⁸ Importações de bens e serviços não factoriais excl. importações de bens de investimento e assistência técnica.

⁹ Para 2012, parte do pressuposto de que a disputa será resolvida para que seja efectuado o desembolso dos bónus relativos ao Bloco 6.

Tabela 2. S. Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2007–2016

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Efectivo				Est.	Projectões				
Total da receita e donativos	3233	1225	995	1417	1352	1918	1568	1710	2931	2918
Total da receita	374	451	529	698	770	895	1012	1138	1311	1418
Receita fiscal	320	411	462	617	697	822	932	1050	1191	1289
Receita não fiscal, da qual:	55	40	67	80	73	73	79	88	120	129
Programa petrolífero com a Nigéria	7	6	0	20	11	23	15	16	16	17
Donativos	2471	774	466	719	545	563	557	572	409	334
Donativos a projectos	168	165	387	686	380	401	481	498	398	318
Donativos não destinados a projectos	21	93	13	5	132	128	75	74	0	0
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC ¹	2282	516	66	28	32	34	0	0	11	15
Bónus de assinatura do petróleo	387	0	0	0	37	459	0	0	0	0
Receita do petróleo	1211	1166
Total da despesa	783	841	1587	1824	2075	1972	1931	2070	2202	2263
Despesa primária interna	554	633	783	829	911	1046	1188	1315	1772	1913
Despesa corrente	506	569	646	737	831	943	1062	1178	1297	1380
D/q: custos com pessoal	174	219	252	309	364	418	471	529	588	638
juros devidos	24	23	22	16	32	32	31	31	30	30
bens e serviços	112	164	195	191	209	232	253	282	306	332
transferências	140	124	144	192	202	237	271	292	323	328
Despesas de capital	226	219	907	1066	1209	994	830	852	866	843
Financiadas pelo Tesouro	22	34	126	87	77	100	117	128	466	524
Financiadas por fontes externas	203	185	781	979	1132	894	712	724	400	319
Gastos sociais relacionados à Iniciativa HIPC	51	53	33	21	35	35	40	39	39	40
Saldo primário interno²	-166	-188	-254	-152	-152	-173	-191	-194	-477	-512
Saldo orçamental global (base de compromissos)	2449	383	-592	-408	-723	-54	-363	-360	729	655
Varição líq. nos atrasados, float e discrepâncias estatísticas (redução = -)	25	46	37	-58	0	0	0	0	0	0
Atrasados externos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atrasados internos	6	21	0	0	0	0	0	0	0	0
Float e discrepâncias estatísticas	20	25	37	-58	0	0	0	0	0	0
Saldo orçamental global (base de caixa)	2475	430	-555	-465	-723	-54	-363	-360	729	655
Financiamento	-2475	-430	555	465	723	54	363	360	-729	-655
Externo líquido	-2461	-473	354	246	720	472	198	257	10	13
Desembolsos (projectos)	39	20	394	293	752	493	231	226	2	1
Financiamento de programas (empréstimos)	30	30	0	1	0	64	45	114	106	96
Empréstimos de curto prazo líquidos ³	-213	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortização programada	-2319	-530	-75	-48	-18	-67	-62	-66	-81	-68
Varição nos atrasados (capital)	-144	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reescalonamento bilateral ^{4,5}	147	7	2	0	3	0	0	0	0	0
Economias de fluxos da HIPC	0	0	32	0	-17	-17	-17	-17	-17	-17
Interno líquido	-14	44	201	219	3	-418	165	102	-739	-668
Crédito bancário líquido ao governo	-14	-270	168	219	3	-418	165	102	-739	-668
Crédito do sistema bancário (excl. Conta Nacional do Petróleo)	46	-298	148	201	-35	50	50	10	-90	-98
d/q: Conta de privatização ⁶	0	-312	196	13	0	0	0	0	0	0
Conta Nacional do Petróleo	-60	29	21	18	38	-468	116	92	-649	-569
Financiamento não bancário	0	313	33	0	0	0	0	0	0	0
Défice de financiamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Por memória:										
Saldo global (compromissos, incl. donativos, fluxos petrolíferos, excl. bónus do petróleo)	-234	-402	-490	-216	-790	-966	-198	-257	-22	-28
Alívio da dívida MDRI (fluxo em milhões de USD)	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo da conta de privatização (milhões de USD)	0	21	6	0	0	0	0	0	0	0
Saldo da Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD, excl. transf. ao orçamento) ⁷	15	12	10	8	8	31	25	20	68	115

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projectões do corpo técnico do FMI.

¹ Para 2007, inclui o alívio da dívida da AID e do BAfD ao abrigo da MDRI como redução do stock da dívida.

² Excl. receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e gastos de capital financiados com recursos externos.

³ Para 2007, inclui a amortização de três empréstimos de USD 5 milhões desembolsados pela Nigéria em 2002–04 mediante o recebimento de bónus de assinatura do petróleo relativos aos Blocos 2–4 da Zona de Desenvolvimento Conjunto.

⁴ Para 2007, presume acordos de reescalonamento com os credores bilaterais fora do Clube de Paris que cobrem os vencimentos correntes e o stock de atrasados.

⁵ Para 2007, inclui o alívio da dívida do FMI ao abrigo da MDRI como redução do stock da dívida.

⁶ Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na empresa de distribuição de combustíveis (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

⁷ Para 2012, parte do pressuposto de que a disputa será resolvida para que seja efectuado o desembolso dos bónus relativos ao Bloco 6.

Tabela 3. S. Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2007–2016

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Efectivo			Est.		Projeções				
Total da receita e donativos	165.5	45.4	31.2	38.1	30.9	37.7	27.2	26.6	35.5	33.2
Total da receita	19.2	16.7	16.6	18.8	17.6	17.6	17.5	17.7	15.9	16.1
Receita fiscal	16.4	15.2	14.5	16.6	15.9	16.2	16.2	16.3	14.4	14.7
Receita não fiscal, da qual:	2.8	1.5	2.1	2.2	1.7	1.4	1.4	1.4	1.5	1.5
Programa petrolífero com a Nigéria	0.4	0.2	0.0	0.5	0.3	0.4	0.3	0.3	0.2	0.2
Donativos	126.6	28.7	14.6	19.3	12.4	11.1	9.6	8.9	5.0	3.8
Donativos a projectos	8.6	6.1	12.2	18.5	8.7	7.9	8.3	7.7	4.8	3.6
Donativos não destinados a projectos	1.1	3.4	0.4	0.1	3.0	2.5	1.3	1.2	0.0	0.0
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC ¹	116.9	19.1	2.1	0.7	0.7	0.7	0.0	0.0	0.1	0.2
Bónus de assinatura do petróleo	19.8	0.0	0.0	0.0	0.8	9.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Receita do petróleo	14.7	13.3
Total da despesa	40.1	31.2	49.8	49.1	47.4	38.7	33.5	32.2	26.7	25.8
Despesa primária interna	28.4	23.5	24.6	22.3	20.8	20.6	20.6	20.4	21.5	21.8
Despesa corrente	25.9	21.1	20.3	19.8	19.0	18.5	18.4	18.3	15.7	15.7
D/q: custos com pessoal	8.9	8.1	7.9	8.3	8.3	8.2	8.2	8.2	7.1	7.3
juros devidos	1.3	0.9	0.7	0.4	0.7	0.6	0.5	0.5	0.4	0.3
bens e serviços	5.7	6.1	6.1	5.1	4.8	4.6	4.4	4.4	3.7	3.8
transferências	7.2	4.6	4.5	5.2	4.6	4.6	4.7	4.5	3.9	3.7
Despesas de capital	11.6	8.1	28.5	28.7	27.6	19.5	14.4	13.2	10.5	9.6
Financiadas pelo Tesouro	1.1	1.3	4.0	2.3	1.8	2.0	2.0	2.0	5.6	6.0
Financiadas por fontes externas	10.4	6.9	24.5	26.3	25.9	17.6	12.3	11.2	4.8	3.6
Gastos sociais relacionados à Iniciativa HIPC	2.6	2.0	1.0	0.6	0.8	0.7	0.7	0.6	0.5	0.5
Saldo primário interno ²	-8.5	-7.0	-8.0	-4.1	-3.5	-3.4	-3.3	-3.0	-5.8	-5.8
Saldo orçamental global (base de compromissos)	125.4	14.2	-18.6	-11.0	-16.5	-1.1	-6.3	-5.6	8.8	7.5
Variação líquida nos atrasados, float e discrepâncias estatísticas (redução = -)	1.3	1.7	1.2	-1.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Atrasados externos	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Atrasados internos	0.3	0.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Float e discrepâncias estatísticas	1.0	0.9	1.2	-1.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Saldo fiscal global (base de caixa)	126.7	15.9	-17.4	-12.5	-16.5	-1.1	-6.3	-5.6	8.8	7.5
Financiamento	-126.7	-15.9	17.4	12.5	16.5	1.1	6.3	5.6	-8.8	-7.5
Externo líquido	-126.0	-17.6	11.1	6.6	16.5	9.3	3.4	4.0	0.1	0.1
Desembolsos (projectos)	2.0	0.7	12.4	7.9	17.2	9.7	4.0	3.5	0.0	0.0
Financiamento de programas (empréstimos)	1.5	1.1	0.0	0.0	0.0	1.3	0.8	1.8	1.3	1.1
Empréstimos de curto prazo líquidos ³	-10.9	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Amortização programada	-118.8	-19.7	-2.3	-1.3	-0.4	-1.3	-1.1	-1.0	-1.0	-0.8
Variação nos atrasados (capital)	-7.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Reescalonamento bilateral ^{4,5}	7.6	0.3	0.1	0.0	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Economias de fluxos da HIPC										
Interno líquido	-0.7	1.6	6.3	5.9	0.1	-8.2	2.9	1.6	-9.0	-7.6
Crédito bancário líquido ao governo	-0.7	-10.0	5.3	5.9	0.1	-8.2	2.9	1.6	-9.0	-7.6
Crédito do sistema bancário (excl. Conta Nacional do Petróleo)	2.4	-11.1	4.6	5.4	-0.8	1.0	0.9	0.2	-1.1	-1.1
d/q: Conta de privatização ⁶	0.0	-11.6	6.2	0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Conta Nacional do Petróleo	-3.1	1.1	0.6	0.5	0.9	-9.2	2.0	1.4	-7.9	-6.5
Financiamento não bancário	0.0	11.6	1.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Défice de financiamento	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Por memória:										
Saldo global (compromissos, incl. donativos, fluxos petrolíferos, excl. bónus do petróleo)	-12.0	-14.9	-15.4	-5.8	-18.1	-19.0	-3.4	-4.0	-0.3	-0.3
Alívio da dívida MDRI (fluxo em milhões de USD)	1.7	1.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Saldo da conta de privatização (milhões de USD)	0.0	21.0	5.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Saldo da CNP (milhões de USD, excl. transferências ao orçamento) ⁷	14.9	12.1	9.8	7.9	8.4	30.7	24.8	20.0	68.2	115.1
PIB nominal (mil milhões de Dobras)	1,953	2,696	3,185	3,719	4,376	5,090	5,771	6,435	8,250	8,781

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Para 2007, inclui o alívio da dívida da AID e do BAFD ao abrigo da MDRI como redução do stock da dívida.

² Excl. receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e gastos de capital financiados com recursos externos.

³ Para 2007, inclui a amortização de três empréstimos de USD 5 milhões desembolsados pela Nigéria em 2002-04 mediante o recebimento de bónus de assinatura do petróleo relativos aos Blocos 2-4 da Zona de Desenvolvimento Conjunto.

⁴ Para 2007, presume acordos de reescalonamento com os credores bilaterais fora do Clube de Paris que cobrem os vencimentos correntes e o stock de atrasados.

⁵ Para 2007, inclui o alívio da dívida do FMI ao abrigo da MDRI como redução do stock da dívida.

⁶ Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na empresa de distribuição de combustíveis (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

⁷ Para 2012, parte do pressuposto de que a disputa será resolvida para que seja efectuado o desembolso dos bónus relativos ao Bloco 6.

Tabela 4. S. Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2007–2016

(Milhões de USD)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Efectivo				Est.	Projeções				
Balança comercial	-58.1	-84.3	-74.6	-87.4	-96.4	-102.9	-112.7	-121.3	-23.5	-34.9
Exportações, FOB	6.8	7.8	9.2	12.0	13.6	14.5	15.2	15.7	164.9	163.7
<i>D/q</i> : Petróleo	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	149.4	146.0
cacau	3.5	5.0	5.4	4.3	5.7	5.0	5.3	5.5	5.1	4.9
reexportação	2.9	2.2	3.0	5.1	5.1	6.2	6.4	6.5	6.7	6.9
Importações, FOB	-64.9	-92.2	-83.8	-99.4	-109.9	-117.4	-127.9	-137.0	-188.3	-198.6
<i>D/q</i> : alimentos	-17.6	-24.2	-29.0	-31.8	-40.0	-40.7	-42.3	-43.1	-44.0	-45.9
produtos petrolíferos	-14.6	-22.1	-14.7	-18.4	-25.4	-31.2	-32.1	-32.5	-33.4	-34.6
Serviços e rendimentos (líquido)	-7.7	-11.9	-8.9	-22.6	-15.6	-17.3	-18.1	-17.8	-121.9	-121.1
Exportações de serviços não factoriais	6.8	9.8	10.6	12.0	12.7	14.5	17.2	20.7	44.8	47.3
<i>D/q</i> : viagens e turismo	5.1	7.9	8.5	9.6	10.1	11.8	14.3	17.5	23.3	26.1
Importações de serviços não factoriais	-19.0	-21.6	-19.2	-34.3	-29.4	-32.9	-36.7	-39.9	-65.5	-69.4
Serviços factoriais (líquido)	4.5	-0.1	-0.3	-0.4	1.2	1.2	1.4	1.4	-101.2	-98.9
Juros devidos	-0.7	-2.5	-1.0	-0.5	-0.8	-0.8	-0.8	-0.8	-0.7	-0.7
Rendimento de juros da CNP	3.0	0.2	0.0	0.0	0.1	0.1	0.2	0.2	0.3	1.5
Transferências privadas (líquidas)	-0.3	-0.2	-0.9	-1.5	-1.5	-1.5	-1.5	-1.6	-1.6	-1.6
Transferências oficiais (líquidas)	15.3	55.4	33.9	44.0	31.9	32.6	32.4	33.7	24.8	18.6
<i>D/q</i> : donativos para projectos	11.8	11.1	23.6	37.0	20.5	21.0	25.6	26.8	21.3	16.9
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	0.0	34.8	4.0	1.5	1.7	1.8	0.0	0.0	0.6	0.8
Saldo da conta corrente										
Incl. transferências oficiais	-50.7	-41.0	-50.4	-67.5	-81.5	-89.1	-100.0	-107.0	-122.2	-138.9
Excl. transferências oficiais	-66.0	-96.4	-84.3	-111.5	-113.5	-121.7	-132.4	-140.7	-146.9	-157.5
Saldo da conta de capital e financeira	68.7	72.1	71.5	58.0	85.4	114.1	96.8	104.0	184.0	189.0
Transferências de capital ¹	162.7	34.8	79.4	0.0	3.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Conta financeira	-94.0	37.3	-7.9	58.0	82.2	114.1	96.8	104.0	184.0	189.0
Sector público (líquido)	-176.9	-32.5	-52.9	28.5	23.6	22.1	11.1	14.9	1.7	1.8
Empréstimos para projectos	1.4	1.9	2.7	2.3	4.7	3.3	2.4	1.5	1.0	0.5
Empréstimos para programas	2.1	2.0	0.3	0.1	0.0	0.0	0.0	4.6	4.6	4.6
Amortização	-178.2	-35.7	-80.7	-1.2	-2.6	-2.6	-2.7	-2.6	-3.3	-2.6
Outros investimentos	-2.2	-0.8	24.7	27.3	21.4	21.3	11.3	11.3	-0.7	-0.7
<i>D/q</i> : transferências para a ZDC	-3.0	-0.1	-0.1	-0.1	-0.6	-0.7	-0.7	-0.7	-0.7	-0.7
Sector privado (líquido)	82.9	69.9	45.0	29.6	58.6	92.1	85.8	89.1	182.3	187.3
Investimento directo estrangeiro	58.4	79.0	20.9	24.6	20.0	47.5	30.0	33.9	119.4	122.2
<i>D/q</i> : Bónus de assinatura do petróleo ²	28.6	0.0	0.0	0.0	2.0	24.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Bancos comerciais	-3.2	-2.3	11.4	17.0	3.1	-1.8	-0.2	6.0	-0.8	0.0
Capital privado de curto prazo	27.7	-6.8	12.7	-12.0	35.5	46.3	56.0	49.2	63.7	65.0
Erros e omissões	-9.1	-16.1	-12.5	2.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Saldo global	8.9	15.1	8.5	-7.2	3.8	25.0	-3.2	-3.1	61.9	50.1
Financiamento	-8.9	-15.1	-8.5	7.2	-3.8	-25.0	3.2	3.1	-61.9	-50.1
Variação nas reservas oficiais, excl. CNP (aumento = -)	-1.9	-18.5	-2.8	5.2	-3.4	-2.6	-2.7	-1.7	-13.7	-3.2
Uso dos recursos do Fundo (líquido)	-0.8	0.7	0.5	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Compras	1.3	0.7	0.5	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Recompras (incl. reembolso MDR)	-2.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	-6.3	2.7	2.4	1.9	-0.5	-22.4	5.9	4.8	-48.1	-46.9
Variação nos atrasados (líquida; diminuição = -)	-10.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Alívio da dívida	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Financiamento excepcional ³	0.0	0.0	-8.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Por memória:										
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)										
Antes das transferências oficiais	-48.0	-53.1	-43.6	-55.6	-48.2	-45.7	-43.2	-40.6	-33.3	-33.8
Após as transferências oficiais	-36.9	-22.5	-26.1	-33.6	-34.6	-33.5	-32.6	-30.9	-27.7	-29.8
Rácio do serviço da dívida (percentagem das exportações) ⁴	68.7	49.2	18.9	11.2	13.8	12.6	13.7	13.2	2.7	2.4
Reservas brutas utilizáveis ^{5,6}										
Milhões de USD	22.5	40.9	43.7	37.9	32.7	34.1	38.4	40.7	55.8	59.6
Meses de importações de bens e serviços não factoriais ⁷	3.5	6.9	5.7	4.4	3.5	3.5	3.7	3.9	5.1	5.2
Como proporção de M2 (%)	69.8	90.8	92.8	128.7	116.7	109.6	98.8	87.0	93.7	83.5

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui o alívio da dívida HIPC e MDRI prestado no ponto de conclusão em 2007.

² Para 2012, parte do pressuposto de que a disputa será resolvida para que seja efectuado o desembolso dos bónus relativos ao Bloco 6.

³ Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

⁴ Em percentagem das exportações de bens e serviços não factoriais.

⁵ As reservas brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as RMC sobre depósitos em divisas ou a pagar a taxa de licenciamento.

⁶ Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na empresa de distribuição de combustíveis (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

⁷ Importações de bens e serviços não factoriais excl. importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 5. S. Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2007–2016

(Porcentagem do PIB)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Efectivo			Est.		Projeções				
Balança comercial	-42.2	-46.4	-38.5	-43.5	-40.9	-38.7	-36.7	-35.0	-5.3	-7.5
Exportações, FOB	5.0	4.3	4.8	6.0	5.8	5.4	4.9	4.5	37.4	35.1
<i>D/q</i> : Petróleo	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	33.9	31.3
cacau	2.5	2.8	2.8	2.2	2.4	1.9	1.7	1.6	1.2	1.1
reexportação	2.1	1.2	1.5	2.5	2.2	2.3	2.1	1.9	1.5	1.5
Importações, FOB	-47.2	-50.7	-43.3	-49.5	-46.7	-44.1	-41.7	-39.5	-42.7	-42.6
<i>D/q</i> : alimentos	-12.8	-13.3	-15.0	-15.9	-17.0	-15.3	-13.8	-12.4	-10.0	-9.8
produtos petrolíferos	-10.6	-12.2	-7.6	-9.2	-10.8	-11.7	-10.5	-9.4	-7.6	-7.4
Serviços e rendimentos (líquido)	-5.6	-6.5	-4.6	-11.3	-6.6	-6.5	-5.9	-5.1	-27.6	-26.0
Exportações de serviços não factoriais	5.0	5.4	5.5	6.0	5.4	5.4	5.6	6.0	10.2	10.1
<i>D/q</i> : viagens e turismo	3.7	4.3	4.4	4.8	4.3	4.4	4.7	5.0	5.3	5.6
Importações de serviços não factoriais	-13.8	-11.9	-9.9	-17.1	-12.5	-12.4	-11.9	-11.5	-14.8	-14.9
Serviços factoriais (líquido)	3.3	0.0	-0.1	-0.2	0.5	0.4	0.4	0.4	-23.0	-21.2
Juros devidos	-0.5	-1.4	-0.5	-0.3	-0.3	-0.3	-0.3	-0.2	-0.2	-0.1
Rendimento de juros da CNP	2.2	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	0.1	0.1	0.3
Transferências privadas (líquidas)	-0.2	-0.1	-0.5	-0.7	-0.6	-0.6	-0.5	-0.4	-0.4	-0.3
Transferências oficiais (líquidas)	11.1	30.5	17.5	21.9	13.6	12.3	10.6	9.7	5.6	4.0
<i>D/q</i> : donativos para projectos	8.6	6.1	12.2	18.5	8.7	7.9	8.3	7.7	4.8	3.6
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	0.0	19.1	2.1	0.7	0.7	0.7	0.0	0.0	0.1	0.2
Saldo da conta corrente										
Incl. transferências oficiais	-36.9	-22.5	-26.1	-33.6	-34.6	-33.5	-32.6	-30.9	-27.7	-29.8
Excl. transferências oficiais	-48.0	-53.1	-43.6	-55.6	-48.2	-45.7	-43.2	-40.6	-33.3	-33.8
Saldo da conta de capital e financeira	50.0	39.7	36.9	28.9	36.3	42.9	31.6	30.0	41.7	40.5
Transferências de capital ¹	118.4	19.2	41.0	0.0	1.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Conta financeira	-68.4	20.5	-4.1	28.9	34.9	42.9	31.6	30.0	41.7	40.5
Sector público (líquido)	-128.7	-17.9	-27.3	14.2	10.0	8.3	3.6	4.3	0.4	0.4
Empréstimos para projectos	1.0	1.1	1.4	1.1	2.0	1.3	0.8	0.4	0.2	0.1
Empréstimos para programas	1.5	1.1	0.2	0.0	0.0	0.0	1.3	1.1	1.0	1.0
Amortização	-129.7	-19.6	-41.7	-0.6	-1.1	-1.0	-0.9	-0.7	-0.7	-0.6
Outros investimentos	-1.6	-0.4	12.8	13.6	9.1	8.0	3.7	3.3	-0.2	-0.1
<i>D/q</i> : transferências para a ZDC	-2.2	-0.1	-0.1	0.0	-0.3	-0.3	-0.2	-0.2	-0.2	-0.1
Sector privado (líquido)	60.3	38.4	23.2	14.7	24.9	34.6	28.0	25.7	41.3	40.2
Investimento directo estrangeiro	42.5	43.5	10.8	12.2	8.5	17.9	9.8	9.8	27.1	26.2
<i>D/q</i> : Bónus de assinatura do petróleo ²	20.8	0.0	0.0	0.0	0.8	9.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Bancos comerciais	-2.3	-1.3	5.9	8.5	1.3	-0.7	-0.1	1.7	-0.2	0.0
Capital privado de curto prazo	20.1	-3.7	6.6	-6.0	15.1	17.4	18.3	14.2	14.4	13.9
Erros e omissões	-6.6	-8.9	-6.5	1.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Saldo global	6.5	8.3	4.4	-3.6	1.6	9.4	-1.0	-0.9	14.0	10.7
Financiamento	-6.5	-8.3	-4.4	3.6	-1.6	-9.4	1.0	0.9	-14.0	-10.7
Variação nas reservas oficiais, excl. CNP (aumento = -)	-1.4	-10.2	-1.4	2.6	-1.4	-1.0	-0.9	-0.5	-3.1	-0.7
Uso dos recursos do Fundo (líquido)	-0.6	0.4	0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Compras	0.9	0.4	0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Recompras (incl. reembolso MDRI)	-1.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	-4.6	1.5	1.2	0.9	-0.2	-8.4	1.9	1.4	-10.9	-10.1
Variação nos atrasados (líquida; diminuição = -)	-7.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Alívio da dívida	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Financiamento excepcional ³	0.0	0.0	-4.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Por memória:										
Rácio do serviço da dívida (porcentagem das exportações) ⁴	68.7	49.2	18.9	11.2	13.8	12.6	13.7	13.2	2.7	2.4
Reservas brutas utilizáveis ^{5,6}										
Milhões de USD	22.5	40.9	43.7	37.9	32.7	34.1	38.4	40.7	55.8	59.6
Meses de importações de bens e serviços não factoriais ⁷	3.5	6.9	5.7	4.4	3.5	3.5	3.7	3.9	5.1	5.2
Como proporção de M2 (%)	70	91	93	129	117	110	99	87	94	83

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui o alívio da dívida HIPC e MDRI prestado no ponto de conclusão em 2007.

² Para 2012, parte do pressuposto de que a disputa será resolvida para que seja efectuado o desembolso dos bónus relativos ao Bloco 6.

³ Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

⁴ Em percentagem das exportações de bens e serviços não factoriais.

⁵ As reservas brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as RMC sobre depósitos em divisas ou a pagar a taxa de licenciamento.

⁶ Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na empresa de distribuição de combustíveis (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

⁷ Importações de bens e serviços não factoriais excl. as importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 6. S. Tomé e Príncipe: Síntese das Contas do Banco Central, 2007-2016

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Efectivo					Projeções				
Activos externos líquidos	857	1,199	1,228	998	891	1,367	1,298	1,243	2,429	3,412
Reservas internacionais líquidas ¹	699	1,019	1,192	942	861	1,336	1,268	1,214	2,399	3,381
Reservas brutas ¹	775	1,111	1,284	1,052	1,148	1,634	1,547	1,470	2,638	3,600
<i>D/q</i> : Conta Nacional do Petróleo (CNP)	212	183	163	145	157	625	467	372	1,275	2,167
Depósitos em ME dos bancos comerciais	165	212	295	71	82	58	67	75	87	98
depósitos garantidos	0	0	0	23	0	0	0	0	0	0
Passivo de curto prazo	-76	-93	-91	-110	-287	-297	-279	-257	-239	-218
Outros activos externos	172	195	385	259	237	246	241	238	240	242
Outros passivos ¹	-14	-15	-348	-203	-207	-215	-211	-209	-210	-212
Activos internos líquidos	-440	-703	-622	-439	-419	-745	-577	-435	-1,492	-2,340
Crédito interno líquido	-152	-393	-211	14	70	-346	-268	-234	-1,724	-2,698
Crédito líquido ao governo	-163	-406	-232	-23	35	-382	-304	-271	-1,762	-2,738
Crédito ao governo	112	126	157	258	262	264	249	228	209	210
<i>D/q</i> : uso de DSE/PRGF	69	82	113	211	215	216	201	181	162	163
Depósitos do governo	-274	-532	-389	-281	-228	-646	-553	-499	-1,971	-2,948
Ordinários	-13	-89	-42	-26	-25	25	-41	-82	-651	-736
<i>D/q</i> : recursos da Iniciativa HIPC	-8	-5	-1	-1	0	0	0	0	0	0
Recursos de contrapartida	-8	-22	-30	-43	-30	-30	-30	-30	-30	-30
Moeda estrangeira	-253	-420	-318	-211	-173	-641	-482	-387	-1,291	-2,182
<i>D/q</i> : CNP	-212	-183	-163	-145	-157	-625	-467	-372	-1,275	-2,167
Crédito aos bancos comerciais	1	1	1	9	1	1	0	0	0	0
Crédito a outros sectores	10	13	20	28	35	35	37	37	38	40
Certificados de depósito do banco central	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras rubricas (líquidas)	-288	-311	-411	-454	-489	-399	-310	-200	232	358
Base monetária	417	496	606	558	472	622	720	809	937	1,072
Emissão de moeda	126	141	167	191	204	193	223	250	290	332
Reservas bancárias	291	355	439	367	268	430	497	558	647	740
<i>D/q</i> : moeda nacional	126	143	144	297	186	372	430	483	560	640
moeda estrangeira	165	212	295	71	82	58	67	75	87	100
Por memória:										
Reservas internacionais brutas (milhões de USD)	54.0	73.0	76.3	56.6	60.4	85.4	80.9	78.2	142.1	192.5
excl. CNP e depósitos garantidos	39.2	60.9	66.7	47.6	52.1	52.7	56.5	58.4	73.4	76.6
Reservas internacionais líquidas (milhões de USD)	48.7	66.9	70.9	50.7	45.3	69.9	66.3	64.5	129.2	180.8
<i>D/q</i> : Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	14.8	12.0	9.7	7.8	8.3	32.7	24.4	19.8	68.7	115.9
Depósitos garantidos (milhões de USD)	0.0	0.0	0.0	1.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Reservas internacionais líquidas (milhões de USD; excl. CNP)	33.9	54.9	61.2	41.7	37.0	37.2	41.9	44.7	60.5	64.9
<i>D/q</i> : Reservas dos bancos comerciais em ME	11.5	13.9	17.5	3.8	4.3	3.0	3.5	4.0	4.7	5.3
Reservas internacionais líquidas utilizáveis										
em milhões de USD	22.5	40.9	43.7	37.9	32.7	34.1	38.4	40.7	55.8	59.6
em meses de importações	3.5	6.9	5.7	4.4	3.5	3.5	3.7	3.9	5.1	5.2
Base monetária (variação percentual anual)	50.0	18.9	22.3	-7.9	-15.4	31.8	15.7	12.3	15.9	14.4

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FML

¹ Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

Tabela 7. S. Tomé e Príncipe: Síntese Monetária, 2007–2016

(Mil milhões de Dobras)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Efectivo					Projeções				
Activos externos líquidos	1,030	1,418	1,279	1,364	1,197	1,641	1,558	1,617	2,791	3,776
Banco central	857	1,199	1,228	998	891	1,367	1,298	1,243	2,429	3,412
Bancos comerciais	173	219	50	367	306	274	261	374	362	364
Activos internos líquidos	-266	-373	-148	50	465	214	553	746	-62	-666
Crédito interno líquido	460	334	810	1,466	1,696	1,438	1,655	1,838	691	-44
Crédito líquido ao governo	-178	-450	-280	-60	-17	-434	-359	-328	-1,822	-2,801
Crédito ao governo	112	127	158	261	269	270	255	235	216	217
Depósitos do governo	-290	-577	-438	-321	-286	-704	-614	-563	-2,038	-3,018
Depósitos orçamentais	-13	-89	-42	-26	-25	25	-41	-82	-651	-736
Recursos de contrapartida	-8	-22	-30	-43	-30	-30	-30	-30	-30	-30
Depósitos em moeda estrangeira	-269	-465	-366	-252	-231	-700	-543	-451	-1,358	-2,252
D/q: Conta Nacional do Petróleo	-212	-183	-163	-145	-157	-625	-467	-372	-1,275	-2,167
Crédito à economia	638	784	1,090	1,526	1,713	1,872	2,014	2,166	2,513	2,757
D/q: crédito em moeda estrangeira	460	572	739	1,099	1,119	1,224	1,317	1,419	1,649	1,811
(Milhões de USD)	32	38	44	59	59	64	69	75	89	97
Outras rubricas (líquidas)	-726	-707	-958	-1,415	-1,232	-1,223	-1,102	-1,092	-752	-622
Massa monetária (M3)	764	1,045	1,130	1,415	1,662	1,855	2,111	2,363	2,729	3,110
Moeda nacional	329	534	553	585	693	792	902	1,032	1,220	1,421
Moeda	285	429	437	562	661	756	861	986	1,164	1,357
Em circulação	109	120	149	163	183	210	239	273	323	376
Depósitos à ordem	176	309	288	399	478	547	622	712	842	981
Depósitos a prazo	43	105	116	23	31	36	41	47	55	64
Depósitos em moeda estrangeira	435	511	578	829	969	1,063	1,210	1,330	1,509	1,689
Por memória:										
Velocidade (rácio PIB/média de M3)	2.6	2.6	2.8	2.6	2.6	2.7	2.7	2.7	3.0	2.8
Multiplicador monetário (M3/M0)	1.8	2.1	1.9	2.5	3.5	3.0	2.9	2.9	2.9	2.9
Base monetária (taxa de crescimento, 12 meses)	50.0	18.9	22.3	-7.9	-15.4	31.8	15.7	12.3	15.9	14.4
Crédito à economia (taxa de crescimento, 12 meses)	33.9	22.8	39.1	40.0	12.3	9.2	7.6	7.6	16.0	9.7
M3 (taxa de crescimento em 12 meses) ¹	38.1	36.8	8.2	25.1	17.5	11.7	13.8	11.9	15.5	14.0

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Os dados monetários revistos dos bancos comerciais a partir de Janeiro de 2010 não são comparáveis às séries históricas.

Tabela 8. S. Tomé e Príncipe: Principais Indicadores Económico, 2007–2016 (cenário não petrolífero)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Efectivo			Est.		Projeções				
	(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)									
Rendimento nacional e preços										
PIB a preços constantes	6.0	9.1	4.0	4.5	4.9	5.5	5.5	5.5	5.5	6.0
Preços no consumidor										
Fim do período	27.6	24.8	16.1	12.9	11.9	6.0	4.0	3.0	3.0	3.0
Média do período	18.6	32.0	17.0	13.3	14.3	8.8	5.0	3.5	3.0	3.0
Comércio externo										
Exportações de bens e serviços não factoriais	-20.5	29.4	12.1	21.3	9.2	3.1	7.2	6.7	4.6	5.3
Importações de bens e serviços não factoriais	-5.4	35.7	-9.5	29.8	4.3	4.0	0.8	1.8	2.5	1.4
Taxa de câmbio (Dobras por USD; fim do período) ¹	14,362	15,228	16,814	18,336	19,008
Taxa de câmbio efectiva real (depreciação = -)	-0.4	13.2	12.0	-2.8	11.7
Moeda e crédito										
Base monetária	50.0	18.9	22.3	-7.9	-15.4	35.0	15.5	12.3	8.6	8.7
Massa monetária (M3)	38.1	36.8	8.2	25.1	17.5	12.8	13.5	11.9	8.8	8.7
Crédito à economia	33.9	22.8	39.1	40.0	12.3	9.2	7.1	7.1	8.1	9.6
Velocidade (PIB/M3 média)	2.6	2.6	2.8	2.6	2.6	2.7	2.7	2.7	2.7	2.7
Taxa de juro de referência do banco central (%)	28.0	28.0	16.0	15.0	15.0
Taxa de juro activa (%)	32.4	32.4	31.1	28.9	27.0
Taxa de juro passiva (%)	12.8	12.8	11.9	11.0	12.4
Finanças públicas (Percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)										
Total da receita, donativos e bônus de assinatura do petróleo ²	165.5	45.4	31.2	38.1	30.9	37.3	27.0	26.6	26.5	26.1
<i>D/q:</i> receita fiscal	16.4	15.2	14.5	16.6	15.9	16.0	16.0	16.4	16.7	16.7
Receita não fiscal	2.8	1.5	2.1	2.2	1.7	1.4	1.4	1.4	1.4	1.4
donativos	126.6	28.7	14.6	19.3	12.4	11.0	9.6	8.8	8.4	8.0
bônus de assinatura do petróleo	19.8	0.0	0.0	0.0	0.8	8.9	0.0	0.0	0.0	0.0
receita do petróleo
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	40.1	31.2	49.8	49.1	47.4	38.4	33.2	31.9	31.5	30.3
<i>D/q:</i> custos com pessoal	8.9	8.1	7.9	8.3	8.3	8.1	8.1	8.2	8.2	8.2
despesa corrente excl. juros e custos c/pessoal	15.7	12.1	11.7	11.1	9.9	9.6	9.6	9.6	9.5	9.2
despesas de capital custeadas pelo Tesouro	1.1	1.3	4.0	2.3	1.8	1.9	2.0	2.0	2.0	1.7
despesas de capital custeadas por doadores	10.4	6.9	24.5	26.3	25.9	17.4	12.3	11.2	10.8	10.3
Saldo primário interno ³	-8.5	-7.0	-8.0	-4.1	-3.5	-3.4	-3.3	-2.7	-2.4	-1.8
Saldo global (base de compromissos)	125.4	14.2	-18.6	-11.0	-16.5	-1.1	-6.2	-5.3	-5.0	-4.3
External sector										
Saldo da conta corrente										
Incl. transferências oficiais	-36.9	-22.5	-26.1	-33.6	-34.6	-32.2	-27.7	-24.3	-25.5	-25.3
Excl. transferências oficiais	-48.0	-53.1	-43.6	-55.6	-48.2	-44.4	-38.2	-34.1	-32.1	-29.9
VA da dívida externa	12.4	10.6	18.7	33.8	34.2	34.6	32.2	31.2	29.7	28.4
Serviço da dívida externa (% das exportações) ⁴	68.7	49.2	18.9	11.2	13.8	12.6	13.7	13.0	13.6	11.6
Exportações de bens e serviços não factoriais (milhões de USD)	13.7	17.7	19.8	24.0	26.2	27.1	29.0	31.0	32.4	34.1
Reservas internacionais brutas ^{5,6,7}										
Meses de importações de bens e serviços não factoriais ⁸	3.5	6.9	5.7	4.4	3.5	3.5	3.6	3.9	4.3	4.6
Milhões de USD	22.5	40.9	43.7	37.9	32.7	34.2	36.8	40.7	46.4	52.0
Como proporção de M2 (%)	70	91	93	129	117	103	92	82	77	74
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD) ⁹	14.9	12.1	9.8	7.9	8.4	30.7	24.8	20.0	16.3	13.4
Por memória:										
PIB										
Mil milhões de Dobras	1,953	2,696	3,185	3,719	4,376	5,141	5,814	6,481	7,023	7,608
Milhões de USD	137	182	194	201	236	269	309	349	375	404
Conta de privatização (milhões de USD)	0	21	6	0	0	0	0	0	0	0

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Ponto médio da taxa do BCSTP.

² Inclui o alívio da dívida HIPC e MDRI.

³ Excl. receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e gastos de capital com financiamento externo.

⁴ Em percentagem das exportações de bens e serviços não factoriais. Inclui o alívio da dívida HIPC e MDRI.

⁵ As reservas brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as RMC sobre depósitos em divisas ou a pagar a taxa de licenciamento.

⁶ Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na empresa de distribuição de combustíveis (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

⁷ Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

⁸ Importações de bens e serviços não factoriais excl. as importações de bens de investimento e assistência técnica.

⁹ Para 2012, parte do pressuposto de que a disputa será resolvida para que seja efectuado o desembolso dos bônus relativos ao Bloco 6.

Tabela 9. S. Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2007–2016 (cenário não petrolífero)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Efectivo				Est.	Projectões				
Total da receita e donativos	3233	1225	995	1417	1352	1918	1568	1725	1859	1983
Total da receita	374	451	529	698	770	895	1012	1154	1270	1376
Receita fiscal	320	411	462	617	697	822	932	1065	1174	1272
Receita não fiscal, da qual:	55	40	67	80	73	73	79	88	96	104
Programa petrolífero com a Nigéria	7	6	0	20	11	23	15	16	18	19
Donativos	2471	774	466	719	545	563	557	572	589	607
Donativos a projectos	168	165	387	686	380	401	481	498	512	528
Donativos não destinados a projectos	21	93	13	5	132	128	75	74	77	79
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC ¹	2282	516	66	28	32	34	0	0	0	0
Bónus de assinatura do petróleo	387	0	0	0	37	459	0	0	0	0
Receita do petróleo
Total da despesa	783	841	1587	1824	2075	1972	1931	2070	2209	2307
Despesa primária interna	554	633	783	829	911	1046	1188	1315	1422	1497
Despesas correntes	506	569	646	737	831	943	1062	1178	1273	1356
D/q: custos com pessoal	174	219	252	309	364	418	471	529	576	624
juros devidos	24	23	22	16	32	32	31	31	30	30
bens e serviços	112	164	195	191	209	232	253	282	306	332
transferências	140	124	144	192	202	237	271	292	310	317
Despesas de capital	226	219	907	1066	1209	994	830	852	897	911
Financiadas pelo Tesouro	22	34	126	87	77	100	117	128	140	131
Financiadas por fontes externas	203	185	781	979	1132	894	712	724	757	780
Gastos sociais relacionados à Iniciativa HIPC	51	53	33	21	35	35	40	39	39	40
Saldo primário interno ²	-166	-188	-254	-152	-152	-173	-191	-178	-170	-140
Saldo orçamental global (base de compromissos)	2449	383	-592	-408	-723	-54	-363	-344	-351	-324
Variação liq. nos atrasados, float e discrepâncias estatísticas (redução = -)	25	46	37	-58	0	0	0	0	0	0
Atrasados externos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atrasados internos	6	21	0	0	0	0	0	0	0	0
Float e discrepâncias estatísticas	20	25	37	-58	0	0	0	0	0	0
Saldo fiscal global (base de caixa)	2475	430	-555	-465	-723	-54	-363	-344	-351	-324
Financiamento	-2475	-430	555	465	723	54	363	344	351	324
Externo líquido	-2461	-473	354	246	720	472	198	269	253	264
Desembolsos (projectos)	39	20	394	293	752	493	231	238	245	252
Financiamento de programas (empréstimos)	30	30	0	1	0	64	45	114	106	96
Empréstimos de curto prazo liquidados ³	-213	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortização programada	-2319	-530	-75	-48	-18	-67	-62	-66	-81	-68
Variação nos atrasados (capital)	-144	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reescalamento bilateral ^{4,5}	147	7	2	0	3	0	0	0	0	0
Economias de fluxos da HIPC	0	0	32	0	-17	-17	-17	-17	-17	-17
Interno líquido	-14	44	201	219	3	-418	165	75	97	60
Crédito bancário líquido ao governo	-14	-270	168	219	3	-418	165	75	97	60
Crédito do sistema bancário (excl. Conta Nacional do Petróleo)	46	-298	148	201	-35	50	50	-17	21	-3
d/q: Conta de privatização ⁶	0	-312	196	13	0	0	0	0	0	0
Conta Nacional do Petróleo	-60	29	21	18	38	-468	116	92	76	63
Financiamento não bancário	0	313	33	0	0	0	0	0	0	0
Défice de financiamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Por memória:										
Saldo global (compromissos, incl. donativos, fluxos petrolíferos, excl. bónus do petróleo)	-234	-402	-490	-216	-790	-966	-198	-269	-253	-264
Alívio da dívida MDRI (fluxo em milhões de USD)	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo da conta de privatização (milhões de USD)	0	21	6	0	0	0	0	0	0	0
Saldo da CNP (milhões de USD, excl. transferências ao orçamento) ⁷	15	12	10	8	8	31	25	20	16	13

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Para 2007, inclui o alívio da dívida da AID e do BAfD ao abrigo da MDRI como redução do stock da dívida.

² Excl. receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e gastos de capital com financiamento externo.

³ Para 2007, inclui a amortização de três empréstimos de USD 5 milhões desembolsados pela Nigéria em 2002–04 mediante o recebimento de bónus de assinatura do petróleo relativos aos Blocos 2–4 da Zona de Desenvolvimento Conjunto.

⁴ Para 2007, presume acordos de reescalamento com os credores bilaterais fora do Clube de Paris que cobrem os vencimentos correntes e o stock de atrasados.

⁵ Para 2007, inclui o alívio da dívida do FMI ao abrigo da MDRI como redução do stock da dívida.

⁶ Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na empresa de distribuição de combustíveis (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

⁷ Para 2012, parte do pressuposto de que a disputa será resolvida para que seja efectuado o desembolso dos bónus relativos ao Bloco 6.

Tabela 10. S. Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2007–2016 (cenário não petrolífero)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Efectivo			Est.	Projeções					
Total da receita e donativos	165.5	45.4	31.2	38.1	30.9	37.3	27.0	26.6	26.5	26.1
Total da receita	19.2	16.7	16.6	18.8	17.6	17.4	17.4	17.8	18.1	18.1
Receita fiscal	16.4	15.2	14.5	16.6	15.9	16.0	16.0	16.4	16.7	16.7
Receita não fiscal, da qual:	2.8	1.5	2.1	2.2	1.7	1.4	1.4	1.4	1.4	1.4
Programa petrolífero com a Nigéria	0.4	0.2	0.0	0.5	0.3	0.4	0.3	0.3	0.3	0.3
Donativos	126.6	28.7	14.6	19.3	12.4	11.0	9.6	8.8	8.4	8.0
Donativos a projectos	8.6	6.1	12.2	18.5	8.7	7.8	8.3	7.7	7.3	6.9
Donativos não destinados a projectos	1.1	3.4	0.4	0.1	3.0	2.5	1.3	1.1	1.1	1.0
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC ¹	116.9	19.1	2.1	0.7	0.7	0.7	0.0	0.0	0.0	0.0
Bónus de assinatura do petróleo	19.8	0.0	0.0	0.0	0.8	8.9	0.0	0.0	0.0	0.0
Receita do petróleo
Total da despesa	40.1	31.2	49.8	49.1	47.4	38.4	33.2	31.9	31.5	30.3
Despesa primária interna	28.4	23.5	24.6	22.3	20.8	20.3	20.4	20.3	20.2	19.7
Despesas correntes	25.9	21.1	20.3	19.8	19.0	18.3	18.3	18.2	18.1	17.8
D/q: custos com pessoal	8.9	8.1	7.9	8.3	8.3	8.1	8.1	8.2	8.2	8.2
juros devidos	1.3	0.9	0.7	0.4	0.7	0.6	0.5	0.5	0.4	0.4
bens e serviços	5.7	6.1	6.1	5.1	4.8	4.5	4.3	4.3	4.4	4.4
transferências	7.2	4.6	4.5	5.2	4.6	4.6	4.7	4.5	4.4	4.2
Despesas de capital	11.6	8.1	28.5	28.7	27.6	19.3	14.3	13.1	12.8	12.0
Financiadas pelo Tesouro	1.1	1.3	4.0	2.3	1.8	1.9	2.0	2.0	2.0	1.7
Financiadas por fontes externas	10.4	6.9	24.5	26.3	25.9	17.4	12.3	11.2	10.8	10.3
Gastos sociais relacionados à Iniciativa HIPC	2.6	2.0	1.0	0.6	0.8	0.7	0.7	0.6	0.6	0.5
Saldo primário interno ²	-8.5	-7.0	-8.0	-4.1	-3.5	-3.4	-3.3	-2.7	-2.4	-1.8
Saldo orçamental global (base de compromissos)	125.4	14.2	-18.6	-11.0	-16.5	-1.1	-6.2	-5.3	-5.0	-4.3
Varição líquida nos atrasados, float e discrepâncias estatísticas (redução = -)	1.3	1.7	1.2	-1.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Atrasados externos	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Atrasados internos	0.3	0.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Float e discrepâncias estatísticas	1.0	0.9	1.2	-1.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Saldo fiscal global (base de caixa)	126.7	15.9	-17.4	-12.5	-16.5	-1.1	-6.2	-5.3	-5.0	-4.3
Financiamento	-126.7	-15.9	17.4	12.5	16.5	1.1	6.2	5.3	5.0	4.3
Externo líquido	-126.0	-17.6	11.1	6.6	16.5	9.2	3.4	4.2	3.6	3.5
Desembolsos (projectos)	2.0	0.7	12.4	7.9	17.2	9.6	4.0	3.7	3.5	3.3
Financiamento de programas (empréstimos)	1.5	1.1	0.0	0.0	0.0	1.2	0.8	1.8	1.5	1.3
Empréstimos de curto prazo líquidos ³	-10.9	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Amortização programada	-118.8	-19.7	-2.3	-1.3	-0.4	-1.3	-1.1	-1.0	-1.2	-0.9
Varição nos atrasados (capital)	-7.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Reescalamento bilateral ^{4,5}	7.6	0.3	0.1	0.0	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Economias de fluxos da HIPC										
Interno líquido	-0.7	1.6	6.3	5.9	0.1	-8.1	2.8	1.2	1.4	0.8
Crédito bancário líquido ao governo	-0.7	-10.0	5.3	5.9	0.1	-8.1	2.8	1.2	1.4	0.8
Crédito do sistema bancário (excl. Conta Nacional do Petróleo)	2.4	-11.1	4.6	5.4	-0.8	1.0	0.9	-0.3	0.3	0.0
d/q: Conta de privatização ⁶	0.0	-11.6	6.2	0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Conta Nacional do Petróleo	-3.1	1.1	0.6	0.5	0.9	-9.1	2.0	1.4	1.1	0.8
Financiamento não bancário	0.0	11.6	1.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Défi ce de financiamento	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Por memória:										
Saldo global (compromissos, incl. donativos, fluxos petrolíferos, excl. bónus do petróleo)	-12.0	-14.9	-15.4	-5.8	-18.1	-18.8	-3.4	-4.2	-3.6	-3.5
Alívio da dívida MDRI (fluxo em milhões de USD)	1.7	1.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Saldo da conta de privatização (milhões de USD)	0.0	21.0	5.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Saldo da CNP (milhões de USD, excl. transferências ao orçamento) ⁷	14.9	12.1	9.8	7.9	8.4	30.7	24.8	20.0	16.3	13.4
PIB nominal (mil milhões de Dobras)	1,953	2,696	3,185	3,719	4,376	5,141	5,814	6,481	7,023	7,608

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Para 2007, inclui o alívio da dívida da AID e do BAfD ao abrigo da MDRI como redução do stock da dívida.

² Exclui receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e gastos de capital financiados com recursos externos.

³ Para 2007, inclui a amortização de três empréstimos de USD 5 milhões desembolsados pela Nigéria em 2002–04 mediante o recebimento de bónus de assinatura do petróleo relativos aos Blocos 2–4 da Zona de Desenvolvimento Conjunto.

⁴ Para 2007, presume acordos de reescalamento com os credores bilaterais fora do Clube de Paris que cobrem os vencimentos correntes e o stock de atrasados.

⁵ Para 2007, inclui o alívio da dívida do FMI ao abrigo da MDRI como redução do stock da dívida.

⁶ Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na empresa de distribuição de combustíveis (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

⁷ Para 2012, parte do pressuposto de que a disputa será resolvida para que seja efectuado o desembolso dos bónus relativos ao Bloco 6.

Tabela 11. S. Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2007–2016 (cenário não petrolífero)

(Milhões de USD)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Efectivo				Est.	Projeções				
Balança comercial	-58.1	-84.3	-74.6	-87.4	-96.4	-99.2	-98.2	-98.8	-103.0	-105.5
Exportações, FOB	6.8	7.8	9.2	12.0	13.6	13.7	14.3	14.8	14.6	14.5
Das quais: petróleo	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
cacau	3.5	5.0	5.4	4.3	5.7	5.0	5.3	5.5	5.1	4.9
reexportação	2.9	2.2	3.0	5.1	5.1	5.4	5.6	5.7	5.8	6.0
Importações, FOB	-64.9	-92.2	-83.8	-99.4	-109.9	-112.9	-112.6	-113.6	-117.6	-119.9
D/q: alimentos	-17.6	-24.2	-29.0	-31.8	-40.0	-37.7	-39.2	-39.9	-40.8	-42.5
produtos petrolíferos	-14.6	-22.1	-14.7	-18.4	-25.4	-27.2	-28.0	-28.4	-29.1	-30.2
Serviços e rendimentos (líquido)	-7.7	-11.9	-8.9	-22.6	-15.6	-17.4	-17.5	-17.7	-15.7	-13.5
Exportações de serviços não factoriais	6.8	9.8	10.6	12.0	12.7	13.4	14.7	16.1	17.8	19.6
D/q: viagens e turismo	5.1	7.9	8.5	9.6	10.1	10.7	11.8	13.1	14.6	16.3
Importações de serviços não factoriais	-19.0	-21.6	-19.2	-34.3	-29.4	-32.0	-33.6	-35.2	-34.9	-34.8
Serviços factoriais (líquido)	4.5	-0.1	-0.3	-0.4	1.2	1.2	1.4	1.4	1.5	1.7
Juros devidos	-0.7	-2.5	-1.0	-0.5	-0.8	-0.8	-0.8	-0.8	-0.7	-0.7
Rendimento de juros da CNP	3.0	0.2	0.0	0.0	0.1	0.1	0.2	0.2	0.3	0.4
Transferências privadas (líquidas)	-0.3	-0.2	-0.9	-1.5	-1.5	-1.5	-1.5	-1.6	-1.6	-1.6
Transferências oficiais (líquidas)	15.3	55.4	33.9	44.0	31.9	32.6	32.4	33.7	24.8	18.6
D/q: donativos para projectos	11.8	11.1	23.6	37.0	20.5	21.0	25.6	26.8	21.3	16.9
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	0.0	34.8	4.0	1.5	1.7	1.8	0.0	0.0	0.6	0.8
Saldo da conta corrente										
Incl. transferências oficiais	-50.7	-41.0	-50.4	-67.5	-81.5	-85.6	-84.9	-84.4	-95.5	-102.0
Excl. transferências oficiais	-66.0	-96.4	-84.3	-111.5	-113.5	-118.2	-117.3	-118.0	-120.2	-120.6
Saldo da conta de capital e financeira	68.7	72.1	71.5	58.0	85.4	108.7	82.1	83.0	95.8	103.9
Transferências de capital ¹	162.7	34.8	79.4	0.0	3.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Conta financeira	-94.0	37.3	-7.9	58.0	82.2	108.7	82.1	83.0	95.8	103.9
Sector público (líquido)	-176.9	-32.5	-52.9	28.5	23.6	22.7	12.0	16.0	2.8	2.7
Empréstimos para projectos	1.4	1.9	2.7	2.3	4.7	3.3	2.4	1.5	1.0	0.5
Empréstimos para programas	2.1	2.0	0.3	0.1	0.0	0.0	0.0	4.6	4.6	4.6
Amortização	-178.2	-35.7	-80.7	-1.2	-2.6	-2.6	-2.7	-2.6	-3.3	-2.6
Outros investimentos	-2.2	-0.8	24.7	27.3	21.4	21.9	12.3	12.4	0.4	0.3
D/q: transferências para a ZDC	-3.0	-0.1	-0.1	-0.1	-0.6	-0.7	-0.7	-0.7	-0.7	-0.7
Sector privado (líquido)	82.9	69.9	45.0	29.6	58.6	86.0	70.1	67.0	93.0	101.1
Investimento directo estrangeiro	58.4	79.0	20.9	24.6	20.0	42.5	20.0	22.6	24.4	26.3
D/q: Bónus de assinatura do petróleo ²	28.6	0.0	0.0	0.0	2.0	24.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Bancos comerciais	-3.2	-2.3	11.4	17.0	3.1	-1.8	-0.2	6.0	-0.8	0.0
Capital privado de curto prazo	27.7	-6.8	12.7	-12.0	35.5	45.3	50.3	38.4	69.3	74.8
Erros e omissões	-9.1	-16.1	-12.5	2.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Saldo global	8.9	15.1	8.5	-7.2	3.8	23.1	-2.9	-1.4	0.3	1.9
Financiamento	-8.9	-15.1	-8.5	7.2	-3.8	-23.1	2.9	1.4	-0.3	-1.9
Varição nas reservas oficiais, excl. CNP (aumento = -)	-1.9	-18.5	-2.8	5.2	-3.4	-0.1	-2.1	-2.3	-3.0	-3.8
Uso dos recursos do Fundo (líquido)	-0.8	0.7	0.5	0.1	0.0	-0.6	-0.9	-1.1	-1.1	-1.0
Compras	1.3	0.7	0.5	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Recompras (incl. reembolso MDRI)	-2.1	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.6	-0.9	-1.1	-1.1	-1.0
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	-6.3	2.7	2.4	1.9	-0.5	-22.4	5.9	4.8	3.7	2.9
Varição nos atrasados (líquida; diminuição = -)	-10.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Alívio da dívida	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Financiamento excepcional ³	0.0	0.0	-8.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Por memória:										
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)										
Antes das transferências oficiais	-48.0	-53.1	-43.6	-55.6	-48.2	-44.4	-38.2	-34.1	-32.1	-29.9
Após as transferências oficiais	-36.9	-22.5	-26.1	-33.6	-34.6	-32.2	-27.7	-24.3	-25.5	-25.3
Rácio do serviço da dívida (percentagem das exportações) ⁴	68.7	49.2	18.9	11.2	13.8	12.6	13.7	13.0	13.6	11.6
Reservas brutas utilizáveis ^{5,6}										
Milhões de USD	22.5	40.9	43.7	37.9	32.7	34.2	36.8	40.7	46.4	52.0
Meses de importações de bens e serviços não factoriais ⁷	3.5	6.9	5.7	4.4	3.5	3.5	3.6	3.9	4.3	4.6
Como proporção de M2 (%)	69.8	90.8	92.8	128.7	116.7	102.5	91.7	81.8	77.2	73.7

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui o alívio da dívida HIPC e MDRI prestado no ponto de conclusão em 2007.

² Para 2012, parte do pressuposto de que a disputa será resolvida para que seja efectuado o desembolso dos bónus relativos ao Bloco 6.

³ Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

⁴ Em percentagem das exportações de bens e serviços não factoriais.

⁵ As reservas brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as RMC sobre depósitos em divisas ou a pagar a taxa de licenciamento.

⁶ Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na empresa de distribuição de combustíveis (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

⁷ Importações de bens e serviços não factoriais excl. importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 12. S. Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2007–2016 (cenário não petrolífero)

(Porcentagem do PIB)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Efectivo			Est.		Projeções				
Balança comercial	-42.2	-46.4	-38.5	-43.5	-40.9	-36.9	-31.8	-28.3	-27.4	-26.1
Exportações, FOB	5.0	4.3	4.8	6.0	5.8	5.1	4.6	4.3	3.9	3.6
<i>Das quais:</i> petróleo	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
cacau	2.5	2.8	2.8	2.2	2.4	1.9	1.7	1.6	1.4	1.2
reexportação	2.1	1.2	1.5	2.5	2.2	2.0	1.8	1.6	1.6	1.5
Importações, FOB	-47.2	-50.7	-43.3	-49.5	-46.7	-42.0	-36.4	-32.6	-31.3	-29.7
<i>D/q:</i> alimentos	-12.8	-13.3	-15.0	-15.9	-17.0	-14.0	-12.7	-11.4	-10.9	-10.5
produtos petrolíferos	-10.6	-12.2	-7.6	-9.2	-10.8	-10.1	-9.1	-8.1	-7.8	-7.5
Serviços e rendimentos (líquido)	-5.6	-6.5	-4.6	-11.3	-6.6	-6.5	-5.7	-5.1	-4.2	-3.3
Exportações de serviços não factoriais	5.0	5.4	5.5	6.0	5.4	5.0	4.7	4.6	4.7	4.9
<i>D/q:</i> viagens e turismo	3.7	4.3	4.4	4.8	4.3	4.0	3.8	3.8	3.9	4.0
Importações de serviços não factoriais	-13.8	-11.9	-9.9	-17.1	-12.5	-11.9	-10.9	-10.1	-9.3	-8.6
Serviços factoriais (líquido)	3.3	0.0	-0.1	-0.2	0.5	0.4	0.4	0.4	0.4	0.4
Juros devidos	-0.5	-1.4	-0.5	-0.3	-0.3	-0.3	-0.3	-0.2	-0.2	-0.2
Rendimento de juros da CNP	2.2	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	0.1	0.1	0.1
Transferências privadas (líquidas)	-0.2	-0.1	-0.5	-0.7	-0.6	-0.6	-0.5	-0.4	-0.4	-0.4
Transferências oficiais (líquidas)	11.1	30.5	17.5	21.9	13.6	12.1	10.5	9.6	6.6	4.6
<i>D/q:</i> donativos para projectos	8.6	6.1	12.2	18.5	8.7	7.8	8.3	7.7	5.7	4.2
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	0.0	19.1	2.1	0.7	0.7	0.7	0.0	0.0	0.2	0.2
Saldo da conta corrente										
Incl. transferências oficiais	-36.9	-22.5	-26.1	-33.6	-34.6	-31.8	-27.5	-24.2	-25.4	-25.2
Excl. transferências oficiais	-48.0	-53.1	-43.6	-55.6	-48.2	-44.0	-38.0	-33.8	-32.0	-29.8
Saldo da conta de capital e financeira	50.0	39.7	36.9	28.9	36.3	40.4	26.6	23.8	25.5	25.7
Transferências de capital ¹	118.4	19.2	41.0	0.0	1.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Conta financeira	-68.4	20.5	-4.1	28.9	34.9	40.4	26.6	23.8	25.5	25.7
Sector público (líquido)	-128.7	-17.9	-27.3	14.2	10.0	8.4	3.9	4.6	0.7	0.7
Empréstimos para projectos	1.0	1.1	1.4	1.1	2.0	1.2	0.8	0.4	0.3	0.1
Empréstimos para programas	1.5	1.1	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	1.3	1.2	1.1
Amortização	-129.7	-19.6	-41.7	-0.6	-1.1	-1.0	-0.9	-0.7	-0.9	-0.7
Outros investimentos	-1.6	-0.4	12.8	13.6	9.1	8.2	4.0	3.6	0.1	0.1
<i>D/q:</i> transferências para a ZDC	-2.2	-0.1	-0.1	0.0	-0.3	-0.3	-0.2	-0.2	-0.2	-0.2
Sector privado (líquido)	60.3	38.4	23.2	14.7	24.9	32.0	22.7	19.2	24.8	25.0
Investimento directo estrangeiro	42.5	43.5	10.8	12.2	8.5	15.8	6.5	6.5	6.5	6.5
<i>D/q:</i> Bónus de assinatura do petróleo ²	20.8	0.0	0.0	0.0	0.8	8.9	0.0	0.0	0.0	0.0
Bancos comerciais	-2.3	-1.3	5.9	8.5	1.3	-0.7	-0.1	1.7	-0.2	0.0
Capital privado de curto prazo	20.1	-3.7	6.6	-6.0	15.1	16.9	16.3	11.0	18.5	18.5
Erros e omissões	-6.6	-8.9	-6.5	1.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Saldo global	6.5	8.3	4.4	-3.6	1.6	8.6	-0.9	-0.4	0.1	0.5
Financiamento	-6.5	-8.3	-4.4	3.6	-1.6	-8.6	0.9	0.4	-0.1	-0.5
Variação nas reservas oficiais, excl. CNP (aumento = -)	-1.4	-10.2	-1.4	2.6	-1.4	-0.1	-0.7	-0.7	-0.8	-0.9
Uso dos recursos do Fundo (líquido)	-0.6	0.4	0.3	0.0	0.0	-0.2	-0.3	-0.3	-0.3	-0.2
Compras	0.9	0.4	0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Recompras (incl. reembolso MDRI)	-1.5	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.2	-0.3	-0.3	-0.3	-0.2
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	-4.6	1.5	1.2	0.9	-0.2	-8.3	1.9	1.4	1.0	0.7
Variação nos atrasados (líquida; diminuição = -)	-7.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Alívio da dívida	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Financiamento excepcional ³	0.0	0.0	-4.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Por memória:										
Rácio do serviço da dívida (porcentagem das exportações) ⁴	68.7	49.2	18.9	11.2	13.8	12.6	13.7	13.0	13.6	11.6
Reservas brutas utilizáveis ^{5,6}										
Milhões de USD	22.5	40.9	43.7	37.9	32.7	34.2	36.8	40.7	46.4	52.0
Meses de importações de bens e serviços não factoriais ⁷	3.5	6.9	5.7	4.4	3.5	3.5	3.6	3.9	4.3	4.6
Como proporção de M2 (%)	69.8	90.8	92.8	128.7	116.7	102.5	91.7	81.8	77.2	73.7

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui o alívio da dívida HIPC e MDRI prestado no ponto de conclusão em 2007.

² Para 2012, parte do pressuposto de que a disputa será resolvida para que seja efectuado o desembolso dos bónus relativos ao Bloco 6.

³ Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

⁴ Em percentagem das exportações de bens e serviços não factoriais.

⁵ As reservas brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as RMC sobre depósitos em divisas ou a pagar a taxa de licenciamento.

⁶ Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na empresa de distribuição de combustíveis (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

⁷ Importações de bens e serviços não factoriais excl. importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 13. S. Tomé e Príncipe: Síntese das Contas do Banco Central, 2007–2016 (cenário não petrolífero)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Efectivo				Projeções					
Activos externos líquidos	857	1,199	1,228	998	891	1,331	1,268	1,245	1,279	1,346
Reservas internacionais líquidas	699	1,019	1,192	942	861	1,300	1,238	1,215	1,249	1,316
Reservas brutas ¹	775	1,111	1,284	1,052	1,148	1,598	1,518	1,472	1,489	1,534
<i>D/q</i> : Conta Nacional do Petróleo (CNP)	212	183	163	145	157	586	467	372	305	252
Depósitos em ME dos bancos comerciais	165	212	295	71	82	59	68	77	83	91
depósitos garantidos	0	0	0	23	0	0	0	0	0	0
Passivo de curto prazo	-76	-93	-91	-110	-287	-297	-279	-257	-239	-218
Outros activos externos	172	195	385	259	237	246	241	238	240	242
Outros passivos ¹	-14	-15	-348	-203	-207	-215	-211	-209	-210	-212
Activos internos líquidos	-440	-703	-622	-439	-419	-694	-533	-419	-383	-371
Crédito interno líquido	-152	-393	-211	14	70	-349	-310	-262	-157	-195
Crédito líquido ao governo central	-163	-406	-232	-23	35	-385	-347	-298	-195	-235
Crédito ao governo	112	126	157	258	262	264	249	228	209	210
<i>D/q</i> : uso de DSE/PRGF	69	82	113	211	215	216	201	181	162	163
Depósitos do governo	-274	-532	-389	-281	-228	-649	-595	-526	-404	-445
Ordinários	-13	-89	-42	-26	-25	-17	-83	-109	-54	-148
<i>D/q</i> : recursos da Iniciativa HIPC	-8	-5	-1	-1	0	0	0	0	0	0
Recursos de contrapartida	-8	-22	-30	-43	-30	-30	-30	-30	-30	-30
Moeda estrangeira	-253	-420	-318	-211	-173	-602	-482	-387	-320	-268
<i>D/q</i> : CNP	-212	-183	-163	-145	-157	-586	-467	-372	-305	-252
Créditos aos bancos comerciais	1	1	1	9	1	1	0	0	0	0
Crédito a outros sectores	10	13	20	28	35	35	37	37	38	40
Certificados de depósito do banco central	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras rubricas (líquidas)	-288	-311	-411	-454	-489	-344	-223	-157	-226	-176
Base monetária	417	496	606	558	472	637	736	826	897	975
Emissão de moeda	126	141	167	191	204	197	228	256	278	302
Reservas bancárias	291	355	439	367	268	440	508	570	619	673
<i>D/q</i> : moeda nacional	126	143	144	297	186	381	440	493	536	583
moeda estrangeira	165	212	295	71	82	59	68	77	83	91
Por memória:										
Reservas internacionais brutas (milhões de USD)	54.0	73.0	76.3	56.6	60.4	83.5	79.3	78.3	80.2	82.0
excl. CNP e depósitos garantidos	39.2	60.9	66.7	47.6	52.1	52.9	54.9	58.5	63.8	68.5
Reservas internacionais líquidas (milhões de USD)	48.7	66.9	70.9	50.7	45.3	68.0	64.7	64.6	67.3	70.4
<i>D/q</i> : Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	14.8	12.0	9.7	7.8	8.3	30.7	24.4	19.8	16.4	13.5
Depósitos garantidos (milhões de USD)	0.0	0.0	0.0	1.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Reservas internacionais líquidas (milhões de USD; excl. CNP)	33.9	54.9	61.2	41.7	37.0	37.3	40.3	44.8	50.9	56.9
<i>D/q</i> : Reservas dos bancos comerciais em ME	11.5	13.9	17.5	3.8	4.3	3.1	3.6	4.1	4.5	4.8
Reservas internacionais líquidas utilizáveis										
em milhões de USD	22.5	40.9	43.7	37.9	32.7	34.2	36.8	40.7	46.4	52.0
em meses de importações	3.5	6.9	5.7	4.4	3.5	3.5	3.6	3.9	4.3	4.6
Base monetária (variação percentual anual)	50.0	18.9	22.3	-7.9	-15.4	35.0	15.5	12.3	8.6	8.7

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

Tabela 14. S. Tomé e Príncipe: Síntese Monetária, 2007–2016 (cenário não petrolífero)

(Mil milhões de Dobras)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Efectivo					Projeções				
Activos externos líquidos	1,030	1,418	1,279	1,364	1,197	1,605	1,529	1,618	1,641	1,711
Banco central	857	1,199	1,228	998	891	1,331	1,268	1,245	1,279	1,346
Bancos comerciais	173	219	50	367	306	274	261	374	362	364
Activos internos líquidos	-266	-373	-148	50	465	269	598	761	947	1,104
Crédito interno líquido	460	334	810	1,466	1,696	1,435	1,604	1,791	2,066	2,245
Crédito líquido ao governo central	-178	-450	-280	-60	-17	-437	-401	-356	-255	-298
Crédito ao governo	112	127	158	261	269	270	255	235	216	217
Depósitos do governo	-290	-577	-438	-321	-290	-707	-656	-590	-471	-515
Depósitos orçamentais	-13	-89	-42	-26	-25	-17	-83	-109	-54	-148
Recursos de contrapartida	-8	-22	-30	-43	-30	-30	-30	-30	-30	-30
Depósitos em moeda estrangeira	-269	-465	-366	-252	-231	-661	-543	-451	-387	-338
D/q: Conta Nacional do Petróleo	-212	-183	-163	-145	-157	-586	-467	-372	-305	-252
Crédito à economia	638	784	1,090	1,526	1,713	1,872	2,005	2,147	2,321	2,543
D/q: crédito em moeda estrangeira	460	572	739	1,099	1,119	1,224	1,312	1,406	1,521	1,668
(Milhões de USD)	32	38	44	59	59	64	69	75	82	89
Outras rubricas (líquidas)	-726	-707	-958	-1,415	-1,232	-1,165	-1,006	-1,030	-1,119	-1,142
Massa monetária (M3)	764	1,045	1,130	1,415	1,662	1,874	2,127	2,380	2,588	2,814
Moeda nacional	329	534	553	585	693	800	908	1,040	1,157	1,286
Moeda	285	429	437	562	661	764	867	993	1,104	1,228
Em circulação	109	120	149	163	183	212	240	275	306	340
Depósitos à ordem	176	309	288	399	478	552	627	718	798	887
Depósitos a prazo	43	105	116	23	31	36	41	47	52	58
Depósitos em moeda estrangeira	435	511	578	829	969	1,074	1,219	1,340	1,431	1,528
Por memória:										
Velocidade (rácio PIB/média de M3)	2.6	2.6	2.8	2.6	2.6	2.7	2.7	2.7	2.7	2.7
Multiplicador monetário (M3/M0)	1.8	2.1	1.9	2.5	3.5	2.9	2.9	2.9	2.9	2.9
Base monetária (taxa de crescimento, 12 meses)	50.0	18.9	22.3	-7.9	-15.4	35.0	15.5	12.3	8.6	8.7
Crédito à economia (taxa de crescimento, 12 meses)	33.9	22.8	39.1	40.0	12.3	9.2	7.1	7.1	8.1	9.6
M3 (taxa de crescimento em 12 meses) ¹	38.1	36.8	8.2	25.1	17.5	12.8	13.5	11.9	8.8	8.7

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Os dados monetários revistos dos bancos comerciais a partir de Janeiro de 2010 não são comparáveis às séries históricas.